



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Luciana da Silva Alcantara

**Serviço social e envelhecimento: um balanço da produção
acadêmica das pós-graduações nas universidades públicas do Rio
de Janeiro**

Rio de Janeiro

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Luciana da Silva Alcantara

Serviço social e envelhecimento: um balanço da produção acadêmica das pós-graduações nas universidades públicas do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Maria Torres de Alencar

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

A347	<p>Alcantara, Luciana da Silva. Serviço social e envelhecimento: um balanço da produção acadêmica nas universidades públicas do Rio de Janeiro/ Luciana da Silva Alcantara. - 2010. 124 f.</p> <p>Orientadora: Mônica Maria Torres de Alencar. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Bibliografia.</p> <p>1. Serviço social – Teses. 2. Envelhecimento – Teses. 3. Idosos - Teses. I. Alencar, Mônica Maria Torres de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 36</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Luciana da Silva Alcantara

Serviço social e envelhecimento: um balanço da produção acadêmica das pós-graduações nas universidades públicas do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em

Banca Examinadora:

Profª Drª Mônica Maria Torres de Alencar (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Profª Drª Marilda Villela Iamamoto
Faculdade de Serviço Social da UERJ

Profª Drª Sara Nigri Goldman
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2010

AGRADECIMENTOS

Apreendi...
...que todos querem viver no topo da montanha, mas toda felicidade e crescimento ocorre quando você está escalando-a.
William Shakespeare.

Sim, conforme a bela passagem de Shakespeare supracitada, eu aprendi, ao longo da trajetória da vida e especificamente da jornada acadêmica, que costumamos, via de regra, ansiar chegar o mais rápido possível à conclusão de um estudo, de um pensamento, de uma reflexão, sem no entanto aproveitarmos as descobertas encontradas durante o percurso, esquecendo-nos que é durante o trajeto da busca que atingimos o auge do crescimento.

É reconhecendo tal falha [humanamente perdoável] que aproveito para agradecer o fato de ter estabelecido contato mais próximo, neste percurso de realização do Mestrado, com pessoas tão especiais, dentre elas as brilhantes professoras que compõem minha Banca de Avaliação _ Mônica Maria Torres de Alencar, Marilda Villela Iamamoto e Sara Nigri Goldman.

Agradeço, no âmbito profissional e acadêmico, ao fato de fazer parte, como Apoio Técnico, do Centro de Estudos Octavio Ianni_CEOI, sob a coordenação da professora Marilda. Por sua vez, a recente experiência de exercer a profissão em uma área até então desconhecida para mim [a Saúde] contribuiu para que eu levasse um verdadeiro “banho” de realidade: a realidade da saúde pública no Brasil, as dificuldades diárias que a grande massa populacional enfrenta para ter acesso a um direito fundamental, além das dificuldades encontradas pelos profissionais para a concretização de suas atividades, desencadeadas muitas vezes pela falta de recursos humanos e/ou materiais; a esses usuários e profissionais, “guerreiros” convictos, agradeço pela oportunidade de tê-los conhecido, o que contribuiu muito para meu crescimento pessoal e profissional.

A Deus, agradeço os desafios [pois me tornaram mais forte] e dedico minha fé incondicional.

Aos amigos, destino o mais fraterno carinho.

Aos meus pais, a dívida de amor profundo e o reconhecimento por todos os sacrifícios realizados em prol da minha educação e que hoje renderam frutos vigorosos.

À minha querida avó Maria, no auge de seus 90 anos, dedico o presente estudo, por sua força, perseverança e coragem diante dos desafios. Ela é a personificação do que Khalil Gibran certa vez proferiu com muita propriedade: *no coração de todos os invernos vive uma primavera palpitante.*

Por fim, aos idosos de todas as nacionalidades, agradeço por servirem-me de fonte de inspiração. Estimo profundamente que a sociedade atribua-lhes o reconhecimento devido, proporcionando-lhes primordialmente respeito.

RESUMO

ALCANTARA, Luciana Silva. *Serviço Social e envelhecimento: um balanço da produção acadêmica das pós-graduações nas universidades públicas do Rio de Janeiro*, 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Em meio a toda a turbulência que configura um cenário desastroso para as políticas sociais, a população idosa aumenta; com ela, aumenta a demanda por estudos que avaliem os avanços e os impactos derivados desse processo. Mas como o Serviço Social vem se posicionando perante a esta demanda? O que temos produzido sobre a temática? Poderíamos dizer que, em termo de produções, verificamos mais avanços ou retrocessos? Para analisar a produção acadêmica do Serviço Social, utilizei como referenciais as produções_ Dissertações e Teses sobre o idoso _ dos programas de pós-graduação em Serviço Social de três das principais Universidades públicas do estado do Rio de Janeiro _UFF, UFRJ e UERJ_ devido ao fato de elas possuírem programas consolidados desde 2001, motivo pelo qual analisei as obras no período compreendido entre 2001 e 2009. Busco evidenciar a importância da categoria neste debate, que pressupõe a capacidade teórico-metodológica para analisar seus determinantes, compreendendo o envelhecimento como um processo que possui um grande potencial a ser explorado em estudos e pesquisas, além de constituir-se num instigante desafio intelectual, social e político.

Palavras-chave: Envelhecimento. Serviço Social. Pós-graduação. Produção Acadêmica.

ABSTRACT

Amid all the turmoil that sets up a disastrous scenario for social policies, the elderly population increases, and with it, increases the demand for studies to evaluate the progress and impact derived from this process. But as the Social Work is positioning itself in the face of this demand? What we have produced on the subject? We could say that, in terms of production, we see more progress or setbacks? To analyze the academic production of social work, used as reference productions_ Dissertations and Theses on the old _ of post-graduate in Social Work from three major public universities of Rio de Janeiro _UFF, UFRJ and UERJ_ due to the fact of them having consolidated programs since 2001, which is why I analyzed the works in the period between 2001 and 2009. I seek to highlight the importance of category in this debate, which involves the theoretical and methodological capacity to analyze its determinants, including aging as a process that has a great potential to be exploited in studies and research, in addition to being in a stimulating intellectual challenge, social and political.

Keywords: Aging. Social work. Graduate. Academic Production.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	O ENVELHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO	14
1.1	O envelhecimento na contemporaneidade	14
1.2	A realidade do idoso no contexto brasileiro	16
2	A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IDOSOS NO BRASIL	30
3		
3.1	Um breve histórico das políticas públicas no Brasil	30
3.2	A garantia de direitos e as políticas específicas para o idoso	33
3	SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O IDOSO	50
3.1	Serviço Social e envelhecimento: contexto e perspectivas	50
3.2	A produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social: análise das Dissertações e Teses sobre o idoso	58
3.2.1	<u>Procedimentos metodológicos</u>	58
3.2.2	<u>A escolha das Universidades</u>	60
3.2.3	<u>Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF</u>	60
3.2.4	<u>Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ</u>	63
3.2.5	<u>Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ</u>	66
3.2.6	<u>Análise dos resultados</u>	68
3.2.6.1	Terminologias utilizadas nas Dissertações Teses.....	71
3.2.6.2	Trabalho e envelhecimento.....	74
3.2.6.3	Saúde e envelhecimento.....	76
3.2.6.4	Gênero e envelhecimento.....	79
3.2.6.5	Movimentos sociais, políticas sociais e envelhecimento.....	81
4	CONCLUSÃO	83
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXO A - UFRJ / Acervo digital Minerva	97
	ANEXO B - UFRJ / Acervo digital da pós-graduação em Serviço Social - 2006 a 2008	119
	ANEXO C – UFF/ Acervo digital	120

INTRODUÇÃO

Recordo-me, neste momento, de uma frase de Shakespeare: “para o trabalho que gostamos, levantamo-nos cedo e fazemo-lo com alegria”. É este o sentimento que nutro pela temática do idoso. E sinto mais: sinto admiração pela experiência de vida destes que já foram filhos, pais, avós, que já “plantaram sua árvore” e que hoje têm na pele e no olhar o registro de uma longa jornada, composta por aqueles que tiveram a sabedoria [e, porque não, a sorte!] de alcançarem este estágio da vida.

Desse modo, é compreensível que esses sentimentos estejam expressos a partir da opção por um método científico que reforça a necessidade e a importância, tanto da sensibilidade do pesquisador, como muito bem refere Marx quando afirma que a ciência só é genuína “quando deriva da sensibilidade, na dupla forma de percepção sensível e de necessidade sensível” (MARX, 1975: 202), bem como da existência do amor, na qual o autor expressa, com muita veemência, que todas as relações que o ser humano estabelece estão intimamente ligadas aos seus sentimentos, às suas vontades e à sua própria vida real, quase como em uma relação de “causa-efeito”, sendo determinantes para a efetivação (ou não) de mudanças sociais:

Se alguém amar, sem por sua vez não despertar amor, isto é, se o seu amor enquanto amor não suscitar amor recíproco, se alguém através da manifestação vital enquanto homem que ama não se transforma em pessoa amada, é porque o seu amor é impotente e uma infelicidade (MARX, 1975, p. 235).

Inicia-se esse processo de estudo, reflexão e proposições acerca de um tema tão importante para a pesquisadora, enquanto pessoa, mulher, assistente social, bem como para a própria categoria profissional e para a sociedade como tal. Mas, como tudo começou?

Ingressei no Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós Graduação da UERJ em março de 2008 idealizando a realização de um estudo que considerasse o trabalho e a qualidade de vida na terceira idade, idéia esta derivada do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Capacitação Profissional na Terceira Idade: a percepção de idosos da UnATI/UERJ” _ apresentado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 15 de Agosto de 2007 _ uma pesquisa qualitativa realizada com idosos integrantes do Curso de Capacitação Profissional para a Terceira Idade,

inscritos no período 2007-1.

O referido TCC se propôs a conhecer a percepção desses idosos em relação a três aspectos centrais e intrínsecos ao tema: o processo de envelhecimento, a relação que estes mantêm/mantinhavam com o trabalho e a experiência de participar da UnATI, de modo que, a partir de seus relatos, pudéssemos apreender a dimensão que adquire, em suas vidas, o retorno ao mercado de trabalho.

Contudo, ressalto que, há alguns meses, repensei o meu objeto de estudo. Em um primeiro momento, pensei em analisar como está se processando o envelhecimento no contexto brasileiro, objetivando um conhecimento amplo deste universo, considerando aspectos qualitativos e quantitativos.

Porém, ainda em busca sobre o que realmente gostaria de escrever _se sobre a qualidade de vida na Terceira Idade ou sobre as transformações no envelhecer no século XXI, tive, através de uma brilhante sugestão da minha orientadora _Profª Drª Mônica M. Torres de Alencar_ contemplado o meu real desejo: fazer um balanço da produção acadêmica do Serviço Social sobre o idoso e, a partir daí, analisar o interesse [ou não] da categoria profissional pela temática e até mesmo confirmar [ou não] uma hipótese que alimento desde a graduação: a de que existe uma considerável carência de produções por parte do Serviço Social em relação ao idoso.

O Serviço Social, identificado e compreendido enquanto “um tipo de trabalho na sociedade”, configurando-se como uma “especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho” (IAMAMOTO, 2000a,p. 22), em que o Assistente Social, juntamente com outros trabalhadores, participa de diferentes processos de trabalho, constitui-se como uma profissão necessária para dar conta das grandes tensões e crises sociais resultantes da questão social, compreendida como,

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000a, p. 27).

As sociedades vivem o presente, porém profundamente marcadas pelo seu passado. Sobre bases anteriores são construídos os caminhos para o futuro e a intensidade dessa dinâmica compõe a dialética que envolve a questão social.

É a partir dessa realidade dinâmica que o Assistente Social desenvolve sua ação profissional, tendo como objeto a questão social, expressa por múltiplas formas de desigualdades vivenciadas pelos sujeitos no seu cotidiano. As expressões da questão social podem ter refrações no conjunto de relações dos sujeitos, seja a partir da família, do trabalho e/ou das relações sociais. As variadas formas de seu enfrentamento ocorrem através dos diferentes grupos, a partir de processos sociais de organização e resistência.

É neste “terreno de disputas” que o Assistente Social desenvolve sua prática profissional, através de um “processo denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2002, p. 26).

O Assistente Social necessita ter clareza sobre como desenvolve seu processo de trabalho, compreendendo que todo exercício profissional realiza-se através de alguns elementos constitutivos, que vão permear toda sua ação profissional, independente do segmento em que irá atuar, que consistem em:

[...] uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2000a, p. 61).

Conforme Marsiglia¹ (2006), não podemos nos esquecer de que “o Serviço Social é uma profissão e que, na essência, somos profissionais, embora também pesquisadores e formadores”(p.2). Tal questão assume particular relevância, pois a pesquisa no Serviço Social pressupõe uma reflexão contínua sobre sua prática como forma de produção de conhecimento, tão importante quanto a pesquisa acadêmica.

No que se refere ao idoso, destaca-se que, devido ao aumento da expectativa de vida da população brasileira, intensifica-se a necessidade de haver profissionais qualificados que possam contribuir para que a sociedade possua uma maior compreensão acerca do fenômeno do envelhecimento e do papel desse segmento na vida em sociedade.

¹ Retirado de http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf, *Orientações Básicas para a pesquisa*, de Regina Maria Giffoni Marsiglia, 2006. Acesso: 15/03/2009.

Neste sentido, torna-se imperioso que a nossa categoria, que prima pelo social e tem como dois de seus princípios fundamentais a defesa do aprofundamento da democracia e o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, amplie e divulgue os estudos acerca do envelhecimento, a exemplo de outras áreas do conhecimento [nomeadamente a medicina].

Desejo ao leitor da presente Dissertação a compreensão plena da importância do Serviço Social

“no âmbito das universidades, a análise de seus determinantes [do envelhecimento], consequências, oportunidades e riscos, bem como a revisão de conceitos, critérios e objetivos capazes de subsidiar planejamentos e definições de políticas mais condizentes com a sua realidade”. (PEREIRA, 2007, p.43).

Concordo plenamente com Pereira (2007) quando ela afirma que só assim poderemos falar de uma comunidade acadêmica atualizada com o seu tempo e “atenta ao compromisso com os direitos sociais que, no século XX, constituíram as principais conquistas democráticas e as referências mestras da política social e do Serviço Social” (Idem, p.243).

Clarisse Lispector, brilhantemente, já nos alertou que “o mais importante é a mudança, o movimento, o dinamismo, a energia. Só o que está morto não muda”². É inegável que o interesse pelo envelhecimento já foi despertado³. Contudo, cabe salientar que ainda não possuímos um acervo de produções comparável às temáticas da infância e adolescência, por exemplo. Também não há, nos termos da Portaria nº 56, de 25 de novembro de 2004⁴, inclusão da temática nas diretrizes curriculares vigentes dos cursos de Serviço Social; o mesmo ocorre em âmbito nacional: não há uma política abrangente de estudos e discussões nessa área.

Evidencia-se, sobremaneira na atualidade, a necessidade de pensarmos o idoso como um ser social, tendo em mente que as leis específicas de proteção ao mesmo revelam um constante desafio, na medida em que esse segmento necessita “integrar-se”⁵, a partir de padrões social e culturalmente estabelecidos pela sociedade que afetam muitas vezes sua própria identidade.

² Poema *Mudar*.

³ Vide Pereira (2007, p. 252 a 256).

⁴ Portaria da Secretaria de Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação, que, em seu enunciado e no art. 1º dispõe: “O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições legais resolve: art.1º _ Criar Comissão Especial com a finalidade de elaborar diretrizes e propor políticas para a formação de profissionais aptos ao atendimento do idoso” (Pereira, 2007:253).

⁵ *Nota sobre o debate francês em torno da questão social e da perspectiva de integração:*
- Pierre Rosanvallon, estudioso francês da questão social, trabalha em *A nova questão social (1998)* com a perspectiva da crise do Estado Providência, a partir da qual o autor procura identificar como vem se

Há que se considerar que estamos todos inseridos em uma sociedade capitalista, que por natureza pressupõe a desigualdade, onde o discurso de igualdade pressupõe uma desigualdade naturalizada, que desqualifica como seres sociais os que não são mais socialmente e/ou economicamente “necessários” ao sistema. Como aponta Fernandes (2006), a grande questão que se coloca é a necessidade de serem incluídas todas as diversificadas expressões humanas, pois “não se trata de diferenciar para demarcar divisas de possibilidades e impossibilidades, trata-se de contemplar no mundo social a diversidade da condição humana”(p.06).

Com isso, destaca-se o grande desafio posto para os Assistentes Sociais e para o próprio Serviço Social, no que se refere à defesa dos direitos sociais da população usuária, e, no caso específico das produções acadêmicas, na concepção de que não existe *um* idoso, mas *vários* idosos, com classes sociais, etnia, gênero e uma infinidade de outras características que desmistificam uma propagação de homogeneização do envelhecimento. É esta a tônica central desta Dissertação: instigar o interesse do Serviço Social pela temática do envelhecimento, evidenciar a importância da categoria neste debate que pressupõe a capacidade teórico-metodológica para analisar seus determinantes e desejar que mais trabalhos de qualidade [como os que já existem e merecem aplausos por primarem pela qualidade] sejam produzidos e, principalmente, divulgados.

revestindo a questão social no contexto histórico atual. A própria concepção de trabalho, na perspectiva do autor, tem que ser modificada, recuperando as propostas de Keynes no início do século: não a idéia do trabalho produtivo economicamente, que resulta num produto que gera mais-valia, mas a idéia do trabalho socialmente útil, que pode ser desde vender suco de laranja na rua ou ajudar a limpar um bairro pobre, a reflorestar áreas em iniciativas estatais para diminuir o desemprego, até atender doentes, idosos, crianças ou pessoas em diversas situações de risco sem ser um profissional da área. Castel (1997), por sua vez, chama a atenção para o fato de que as políticas de integração a uma sociedade nacional não devem perder de vista essas situações diferenciadas por religião, identidade étnica e gênero, retomando o tema do pluralismo e do multiculturalismo. Assim mesmo, Castel repete o mote da integração na sociedade nacional daqueles que são os mais “inúteis”, os mais indiferentemente tratados por todos. É isso que o leva a falar de “individualismo negativo”, o individualismo dos que ficaram ilhados, isolados, atomizados, sem o ideário e os valores partilhados socialmente. Pastorini (2002) problematiza em sua obra “A categoria questão social em debate” a utilização da categoria ‘questão social’, considerando as transformações políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo nas últimas três décadas nas sociedades capitalistas no seu estágio monopolista. O que há de central no debate de Pastorini (2002) e em suas críticas à concepção de uma ‘nova’ questão social? Todo este debate serve para evidenciar que as discussões em torno da exclusão social e desemprego estrutural e o trato da ‘questão social’ pelos setores hegemônicos são geralmente orientados pela teoria *da integração social*, reproduzindo a ideologia do favor, da benemerência, com as reivindicações organizadas sendo vistas como tentativas de desorganizar a coesão social. Tal posicionamento des-historiciza e pior, naturaliza as desigualdades, trazendo como consequência devastadora a proliferação de uma perspectiva fatalista da questão social como um espaço ausente de lutas, cujo termo *integrar-se* agrega um claro conteúdo naturalizador das desigualdades geradas pelo sistema capitalista.

1 O ENVELHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO

1.1 O envelhecimento na contemporaneidade

Ninguém sabia me dizer,
 Eu já queria até morrer
 Quando um velhinho
 Com uma flor assim falou:
 O amor é o carinho,
 É o espinho que não se vê em cada flor.
 É a vida quando
 Chega sangrando aberta
 em pétalas de amor.

Vinicius de Moraes

Idoso, Velho, Maturidade, Terceira Idade, Idade do(a) Lobo(a), Melhor Idade, “Problema Social”. Seja como for chamada a velhice⁶, temos assistido a uma crescente e surpreendente revolução acontecer em todo o mundo: governos reformando sistemas de previdência social, além de novas políticas públicas específicas estarem sendo discutidas e implementadas.

A verdade é que, mundialmente, todo este aumento progressivo da expectativa de vida é algo sem precedentes na História. É cada vez maior o número de pessoas que ultrapassam a idade de 70 anos e em boas condições físicas e mentais. Tal processo é visível nos consultórios, nas ruas, nos veículos de comunicação e no convívio social.

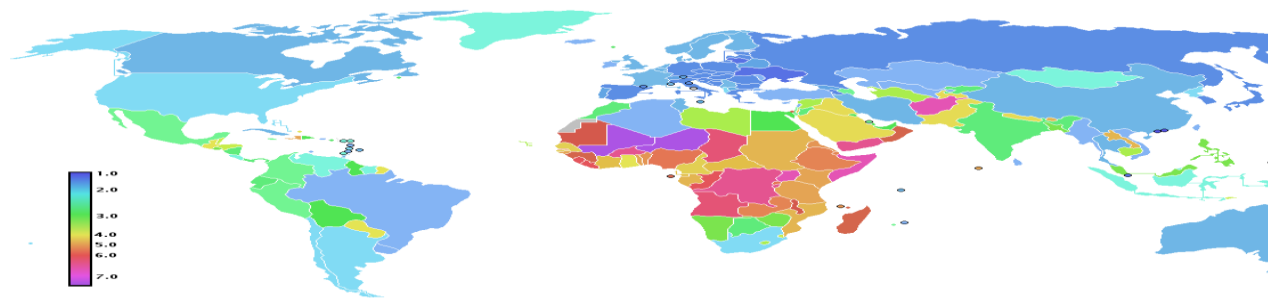
A população mundial chegará a mais de 9,2 bilhões de habitantes em 2050, segundo um relatório divulgado pela ONU⁷ (Organização das Nações Unidas). Os motivos para o aumento da população são, segundo o estudo, maior longevidade e melhora de acesso ao tratamento da Aids. O estudo, elaborado pela divisão de população do Departamento de Assuntos Sociais e Econômicas da ONU (DESA), analisa as tendências demográficas no âmbito nacional, regional e mundial, com a ideia de servir como indicador para as pesquisas e estatísticas que são feitas no órgão.

⁶ A OMS – Organização Mundial de Saúde_ define a população idosa como aquela a partir de 60 anos de idade, limite este válido para os países em desenvolvimento, pois, para os países desenvolvidos, admitiu-se, até bem pouco tempo, um corte de 65 anos, devido à tradição de décadas. Atualmente, nos países mais desenvolvidos, esse limite não parece satisfazer sob o ponto de vista biológico, pelo que a Organização Mundial da Saúde elevou para 75 anos. Segundo seus dados, a população mundial com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária. Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223%, ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas e, em 2025, “existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento”. (OMS, 2005:8).

⁷ Informação obtida através do Folha Online. Matéria *População mundial superará 9,2 bilhões em 2050, estima ONU*, realizada em 13/03/2007. Acesso: 13/03/2009.

Gráfico 1

Fonte: Fertility rate world map 2



O mundo terá, de acordo com a pesquisa, um aumento de 2,5 bilhões de habitantes nos próximos 43 anos -- passando dos 6,7 bilhões que deverá alcançar em julho deste ano a 9,2 bilhões em 2050. O aumento equivale ao tamanho total da população do mundo no ano de 1950 e será absorvido, em sua maioria, pelos países em desenvolvimento. Sozinhos, estes países devem passar de 5,4 bilhões de habitantes em 2007 para 7,9 bilhões de habitantes em 2050.

A pesquisa encontrou, ainda, uma mudança na tendência de crescimento populacional relacionada com o compromisso dos governos de levar tratamento médico aos afetados pelo vírus HIV. A previsão da ONU é que em 40 dos 62 países com maior número de infectados pelo HIV (a maioria na África subsaariana), 70% da população terá acesso ao tratamento com antiretrovirais.

Mas qual é o resultado direto de tais mudanças? O resultado das mudanças é que as populações de cada vez mais países vão envelhecer em maior proporção. Com isso, o número de pessoas com mais de 60 anos de idade passará dos 673 milhões atuais aos dois bilhões em 2050, conforme informa a pesquisa. Para se ter uma idéia, por exemplo, com 1,304 bilhão de pessoas, a China é atualmente o país mais populoso. Mas até 2050 este país, que tem uma taxa de fertilidade de 1,6 filhos/mulher, será superado pela Índia, cuja taxa de fertilidade é de 3 filhos/mulher⁸.

De acordo com o “alerta” da resseguradora suíça Swiss Re⁹,

a população está envelhecendo, o que torna o futuro bastante desafiador. Sem um sistema público de previdência que suporte o risco da longevidade, só há uma saída: poupar mais para os anos extras que serão gastos na terceira idade. No Brasil, os dados divulgados no início do mês pelo IBGE só reforçam essa necessidade. As projeções do instituto indicam que a população brasileira vai parar de crescer a partir

⁸ Matéria obtida no site <http://www.autoracing.com.br>. Acesso: 14/03/2009

⁹ A Swiss Re foi fundada em Zurique, há 19 de dezembro de 1863, tendo como sócio majoritário o banco fundado sete anos antes e que daria origem ao Credit Suisse. Em 2006, com a aquisição das operações de resseguro da General Electric, tornou-se a maior resseguradora do mundo. Matéria obtida no site www.baneses.com.br/noticias. Acesso: 14/03/2009

de 2039, por conta do aumento da esperança de vida e da queda da taxa de fecundidade.

O vice-presidente da Swiss Re no Brasil, Henrique Abreu de Oliveira, acrescenta que esse quadro demográfico tem impacto direto sobre o sistema público de previdência. Assim,

De um lado, há o crescimento da parcela da população em fase de receber o benefício da aposentadoria. Do outro, o número de jovens que contribuem para a previdência pública vem caindo. Oliveira ressalta ainda que o benefício público tem sido cada vez menor. "Hoje, não há quem consiga se aposentar com 100% do último salário", diz. Ainda segundo ele, estimativas da OCDE apontam que um indivíduo, em muitos países, vai se aposentar com 40% a 60% do último salário, bem abaixo dos 70% da taxa de reposição considerada ideal por especialistas¹⁰..

A idéia de que os idosos representam um problema não apenas para o sistema previdenciário como para outros setores da economia vem historicamente sendo construída. Com o aumento da população idosa mundial, começam a surgir mais reflexões e movimentação por parte da sociedade e de seus governantes em relação à velhice, pois nunca os problemas relacionados à evolução das relações entre o envelhecimento dos indivíduos e a sociedade tinham sido tão enfatizados. No início do século XX, surgem os termos geriatria e gerontologia: em 1903, a gerontologia, que estuda o envelhecimento de todas as coisas vivas em seus múltiplos aspectos biológicos, psicológicos e sócio-econômicos; e a geriatria, em 1909, uma ciência médica que estuda o processo natural do envelhecimento e a vulnerabilidade às doenças¹¹. Esse crescente incremento da população idosa não se restringe apenas aos países desenvolvidos, mas também aos países em desenvolvimento que, até então, eram considerados "países jovens", como o Brasil, em cuja realidade nos aprofundaremos.

1.2 A realidade do idoso no contexto brasileiro

No Brasil, estamos em meio a um processo evolutivo caracterizado por uma progressiva queda da mortalidade em todas as faixas etárias e conseqüente aumento da expectativa de vida. Entre 1998 a 2008, esperança de vida ao nascer cresceu mais de três anos. A esperança de vida ao nascer da população de ambos

¹⁰ Matéria obtida no site www.baneses.com.br/noticias . Acesso: 14/03/2009.

¹¹ Matéria obtida no site http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude.pdf. Acesso: 20/11/2009.

os sexos no Brasil passou de 69,66 anos (69 anos, 7 meses e 29 dias) para 72,86 anos (72 anos, 10 meses e 10 dias), indicando que um brasileiro nascido em 2008 esperaria viver 3 anos, 2 meses e 12 dias a mais que aquele nascido em 1998.

Tabela 1¹²

Brasil – Esperança de Vida às idades exatas por sexo: 1998/2008

Idades	Esperança de vida às idades exatas					
	1998			2008		
	Ambos os sexos	Homens	Mulheres	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
0	69,66	65,94	73,53	72,86	69,11	76,71
1	71,05	67,50	74,71	73,60	70,02	77,24
5	67,61	64,09	71,24	69,94	66,40	73,54
10	62,75	59,26	66,36	65,06	61,53	68,64
15	57,89	54,44	61,47	60,16	56,65	63,72
20	53,26	49,96	56,66	55,47	52,10	58,86
25	48,78	45,73	51,90	50,91	47,77	54,03
30	44,34	41,54	47,18	46,36	43,43	49,25
35	39,94	37,38	42,52	41,84	39,10	44,51
40	35,61	33,27	37,95	37,39	34,84	39,85
45	31,41	29,29	33,51	33,06	30,70	35,31
50	27,38	25,48	29,24	28,89	26,74	30,92
55	23,53	21,85	25,14	24,90	22,96	26,70
60	19,93	18,49	21,26	21,16	19,46	22,70
65	16,58	15,39	17,65	17,68	16,23	18,96
70	13,52	12,58	14,34	14,50	13,32	15,51
75	10,89	10,22	11,45	11,76	10,88	12,47
80	8,72	8,31	9,05	9,50	8,94	9,93

No Brasil, a idéia de que os idosos constituem um problema social vem sendo construída sobretudo pelo Estado, segundo avaliação de Minayo e Coimbra Jr. (2002). Como acrescenta Goldman,

O chamado projeto neoliberal que ora se espalha por quase todos os países do mundo e vem se consolidando no Brasil, tende a acirrar os problemas sociais, políticos e culturais do contingente excluído da chamada Revolução Técnica e Científica. A população idosa engrossa essa massa excluída pois, dentre outras causas, tem oportunidades restritas de acompanhar o acelerado ritmo das mudanças tecnológicas. (GOLDMAN,2000,p.15).

Ainda de acordo com Goldman(2000), o problema dos idosos no Brasil não se apresenta isolado do seu contexto social. Ao contrário: resulta do sistema social global numa determinada sociedade e em determinado momento histórico. Trata-se, em primeiro lugar, de localizá-lo no sistema de produção no qual o Brasil se insere e o momento histórico em que ocorreu. A autora considera que

¹² Fonte: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 02/12/09.

Por sua importância, o tema da velhice, no Brasil, não pode mais permanecer subterrâneo. Parece-nos a universidade brasileira, enquanto instituição privilegiada na socialização do conhecimento e pólo irradiador do ensino, pesquisa e tecnologias, um dos agentes que possa se aliar no enfrentamento dessa problemática. (p.17).

Para citar um exemplo, conforme dados do Ipea¹³, mais de 15 mil idosos vivem em instituições no Sul do Brasil. Dos 2.474.174 brasileiros com mais de 60 anos que vivem na Região Sul do Brasil, 15.422 (0,6%) moram em ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos). São 5.542 no Paraná, 2.521 em Santa Catarina e 7.359 no Rio Grande do Sul em 693 instituições especializada registradas. Sete em cada dez idosos estão abrigados em estabelecimento privados filantrópicos; apenas 2% são cuidados em instituições públicas¹⁴.

Entre todas as ILPIs - públicas, privadas com fins lucrativos, privadas filantrópicas e mistas - metade não tem médicos próprios, 96% não têm serviço de fonoaudiologia e 67% não têm fisioterapia. Esses são dados do estudo "Características e Condições de Atendimento em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)"¹⁵ de Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Ipea. Camarano chegou às conclusões depois de consolidar informações em vários órgãos governamentais, como o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso, secretarias municipais e estaduais de Saúde e de Assistência Social.

¹³ Ainda não existem estudos do IPEA que considerem o contexto das ILPIs na região Sudeste.

¹⁴ Informação obtida no site <http://www.ipea.gov.br>. Acesso: 12/03/2009.

¹⁵ A preocupação com os cuidados de longa duração nos países com populações mais envelhecidas surgiu como uma necessidade de se separar os crescentes custos com o tratamento de longa duração dos idosos dos demais gastos com saúde. Parece ter havido uma conjunção de três diretrizes de política: a) a busca por um novo equilíbrio entre responsabilidades públicas e privadas no cuidado dos idosos; b) o entendimento de que as alternativas que mantenham os idosos nos próprios lares e/ou comunidades são preferíveis à sua institucionalização, tanto por causa das possíveis reduções nos custos do atendimento quanto por ser uma forma de assegurar o bem-estar deles; e c) ter em vista a importância dos cuidadores informais, principalmente familiares, e a urgência de se desenvolver programas informativos e de apoio voltados para eles. In:<http://www.ipea.gov.br> (Texto para discussão 1371). Acesso:20/03/09.

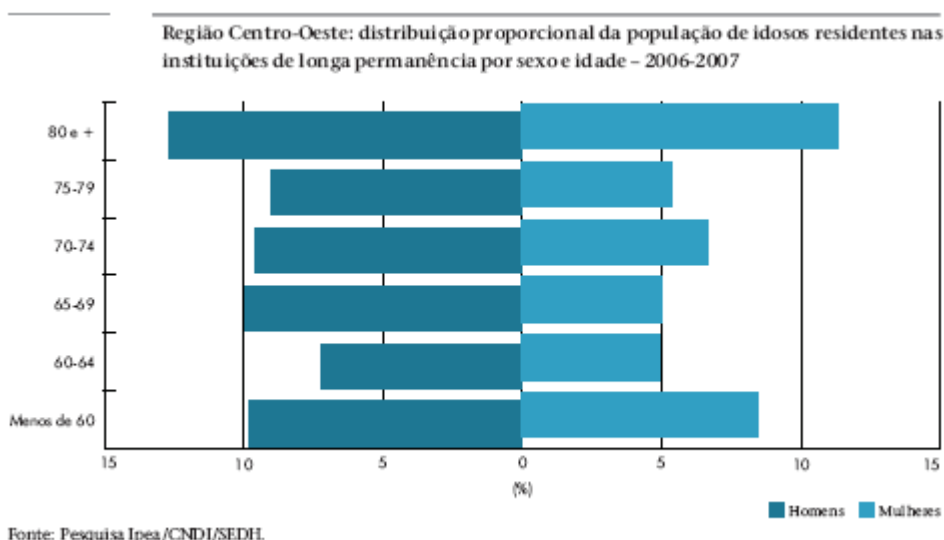
Tabela 2

Percentual de idosos residentes em ILPIs, segundo a natureza da instituição na Região Sul do Brasil:	
Pública	2%
Privada Filantrópica	67,4%
Privada com Fins Lucrativos	27,7%
Mista	3%

Fonte: Pesquisa Ipea/ CNDI/ Sedh

A pesquisadora do Ipea também detalhou o perfil dos profissionais que trabalham nesses estabelecimentos: 48% das entidades contam com voluntários e 37,4% das ILPIs recebem atendimento do Programa Saúde da Família (PSF).

Já na região Centro-Oeste¹⁶, a despeito de serem definidas como instituições destinadas ao atendimento/abrigo do idoso, conforme prevê a legislação, em geral, as instituições da região recebem pessoas com menos de 60 anos. Aproximadamente 18% dos residentes nessas instituições não são idosos, conforme a definição do Estatuto do Idoso. Essa proporção é mais elevada entre a população feminina (20,2%), comparada à masculina (16,8%). O gráfico 2 mostra que a proporção de residentes aumenta com a idade, independentemente do sexo, como esperado, dado que as fragilidades físicas e mentais aumentam com ela. Esse crescimento é mais acentuado entre as mulheres, cuja especificidade detalharemos mais à frente.

Gráfico 2

16

Informação obtida no site <http://www.ipea.gov.br>. Acesso: 12/03/2009.

Mas, o que estes dados revelam? De forma contundente, revelam que, ao falarmos em envelhecimento no Brasil, devemos levar em conta essas diversas disparidades sócio-econômicas existentes entre as regiões brasileiras, que exigem políticas sociais voltadas para este setor que sejam mais adequadas à realidade da população de determinado estado ou mesmo de determinadas cidades, de modo que as “diferenças econômicas, sociais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral[...]”¹⁷.

Quais os segmentos mais atingidos por uma sociedade em crise? Geralmente, levando-se em conta um contexto socioeconômico permeado pela desigualdade no acesso aos bens e principalmente aos direitos, são as crianças/adolescentes, os velhos e os deficientes físicos, para os quais foram criadas leis específicas para salvaguardar direitos, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) e a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Com a quase falência dos direitos sociais, os frágeis vínculos trabalhistas (quando estes existem) e com o decréscimo da seguridade social, relegada a plano secundário, os velhos brasileiros, com uma enorme parcela de aposentados e pensionistas, têm a qualidade de vida cada vez mais deteriorada, principalmente por necessitarem de serviços de saúde e de remédios, cada vez mais caros.

O envelhecimento da população brasileira, ao contrário do que ocorre na maioria dos países centrais, não se dá de forma homogênea em todas as regiões do país. As disparidades sócioeconômicas e a má distribuição da renda são responsáveis pela grande variação existente entre as cidades, na expectativa de vida ao nascer, na mortalidade infantil e na incidência de doenças infecto-contagiosas.

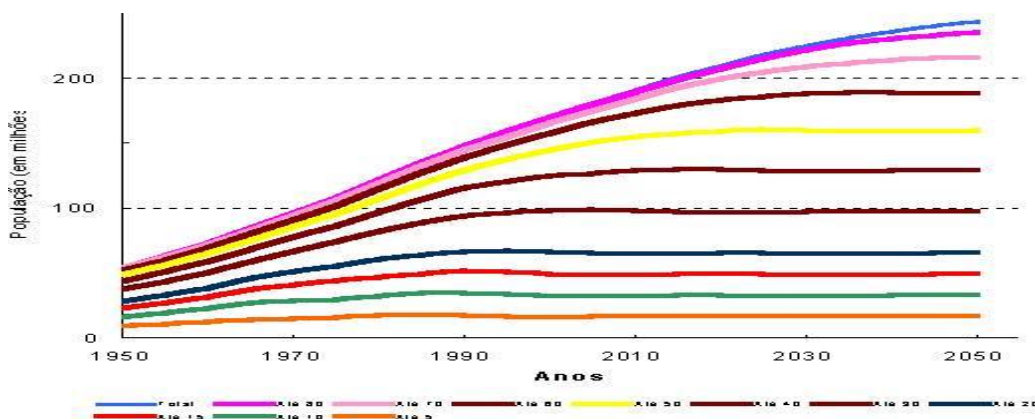
Todos estes fatos refletem na longevidade da população das diferentes regiões do país. Segundo Veras (1994), antes de descrever algumas características da população idosa, é necessário que não se perca de vista as complexidades desta faixa etária em um país como o Brasil. Todas as coortes de sobreviventes foram de alguma forma selecionadas econômica, social e

¹⁷

Política Nacional do Idoso, Art.3º, Inciso V.

eticamente, entre outros aspectos da população de um modo geral. Assim, “os atuais sobreviventes são um grupo particular, e isto deve ser lembrado quando da consideração dos dados” (p. 33-34).

Gráfico 3 – Brasil – População Acumulada Até a Idade Indicada – 1950-2050



Fonte: United Nations (1999)

A esse respeito, Goldman (2000) ressalta a carência de estudos e de iniciativas governamentais eficazes em prol do segmento idoso.

Verificamos que a grandiosidade dos números não é acompanhada proporcionalmente, por estudos e pesquisas na área gerontológica. Mais dramático ainda é o quadro de implementação de políticas sociais que minimizem os efeitos do envelhecimento da população. A crise na rede pública de setores estratégicos como saúde e previdência, desnuda o caos e o abandono a que são relegadas as classes populares em sua totalidade e, com mais intensidade, o segmento pobre da Terceira Idade.(p.16).

O aumento vem acompanhado de necessidades de políticas públicas que atendam adequadamente às perspectivas dos idosos, emergentes no país. De acordo com Haddad (1993), é preciso que as ações dos profissionais da área da saúde e das ciências humanas sejam dirigidas não apenas ao enfoque da velhice, mas a todas as fases da vida, nas suas diferentes abrangências: habitação, educação, saneamento, previdência, dentre outras. Concordo com Goldman (2003), no que se refere ao fato de que o aumento da expectativa de vida traz em seu bojo uma contradição que pode ser assim sintetizada:

- De um lado a maior expectativa de vida revela um progresso e o alcance de uma meta há muito desejada pelas gerações que nos antecederam. As conquistas médico-sanitárias parecem as principais responsáveis pelo aumento da vida média, e estudos geriátricos e gerontológicos se aperfeiçoam a cada dia no sentido de estudar e intervir no processo de envelhecimento;
- A população que chega a alcançar a idade mais elevada encontra dificuldades em se adaptar às condições de vida atuais pois, além das dificuldades físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento, sente-se relegada a plano secundário no mercado de trabalho, no seio da família e na sociedade em geral. (p.122).

Tal contradição é intensificada por uma idolatria ao novo em detrimento ao velho, como se esse último não fosse portador de conhecimentos relevantes à atualidade. Importante ressaltar, nesse contexto, que a marginalização dos idosos parece mais gravemente evidenciada no modo de produção capitalista (GOLDMAN,2003), à medida em que as sociedades vão intensificando a demanda por trabalhadores, em sua maioria jovens com grande potencial laborativo a ser explorado.

O envelhecer, para muitos, está associado ao fim de uma etapa; é sinônimo de sofrimento, solidão, doença e morte. Dificilmente, neste contexto e sob essa perspectiva, se vê algum prazer de viver essa fase da vida. Scott (2002) sustenta que a sociedade constrói diferentes práticas e representações sobre a velhice. Complementando, afirmam Heck e Langdon (2002) que o processo do envelhecimento apresenta variações construídas socialmente nos diferentes grupos sociais, de acordo com a perspectiva compartilhada em práticas, crenças e valores. Considerando-se este aspecto, Pelosi et al. (2000) afirma que

assim é que o homem ocidental, no decorrer de sua história, afastado de uma concepção de mundo integrativa e interativa de caráter não excludente, tem-se visto na maioria das vezes confrontado por situações duais criadas por ele próprio. *Velho* se contrapõe a novo e *novo* traz em si toda uma carga positiva. *Velho* caracteriza quase sempre o acabado, o fora de uso. Geralmente adjetiva coisas, e coisas, quando velhas, vão para o lixo, não têm serventia. A associação torna-se inevitável quando o mesmo termo é utilizado como referência àqueles de idade avançada.(p.143).

Muitos estudos mostram a velhice como um problema social (político e/ou de saúde). Minayo e Coimbra Jr. (2002) afirmam que a velhice sempre foi pensada como uma carga econômica, tanto para a família quanto para a sociedade, além de uma ameaça à mudança. Esta noção tem levado a sociedade a negar a seus idosos o direito de decidir o próprio destino. Considerando a importância do contexto sócio-cultural no qual os idosos estão inseridos, Pelosi et al. (2000) apresenta as distinções do imaginário social acerca do idoso de acordo com os contextos regional e cultural:

Na Paraíba, o velho está presente nos pastoris, sendo o palhaço, o declamador de versos humorísticos mais ou menos apimentados, às vezes obscenos. Em outras culturas (africana, grega homérica), o velho era o sábio, merecedor de privilégios e de reconhecimento, com lugar de destaque nas decisões da vida comunitária. Em certas regiões do Japão, sabe-se que os velhos eram conduzidos a locais específicos para ali aguardarem a morte, longe dos demais. A nossa história ocidental mostra que a imagem de velho adquiriu novo significado a partir da revolução industrial. O mundo do trabalho moderno, privilegiando a produtividade medida pelo lucro, delineou e impôs um perfil perverso de velho e velhice.(PELOSI et al., 2000,p.140).

Neste sentido, Uchôa et al. (2002) sustenta que o envelhecimento é vivido de modo diferente de um indivíduo para o outro, de uma geração para outra e de uma sociedade para outra. Neri (2006) exemplifica que outro tipo de supersimplificação do envelhecimento é a tendência de considerá-lo “um processo unitário, que ocorre da mesma forma em todas as pessoas, independentemente de seu histórico de saúde, de seu nível educacional, da classe social, do gênero e da etnia.” (p. 1.316).

A representação que os outros têm da velhice, como perda da autonomia, leva a um estigma de que o idoso é um problema social. Conforme Minayo e Coimbra Jr. (2002), a visão depreciativa dos idosos tem sido alimentada pela ideologia produtivista que sustentou a sociedade capitalista industrial, na qual predomina a visão que se uma pessoa não é capaz de trabalhar e ter renda própria, não serve para uma comunidade ou país. De acordo com Pelosi et al. (2000),

assim é que a Antiguidade enaltece o ancião pelo relevante papel que lhe é outorgado quando os velhos mestres e filósofos eram os guardiães do saber, dos dogmas, dos oráculos, das divindades; a Idade Média, o Renascimento e o Século XVII exaltam a juventude, a maturidade; a burguesia _ Séculos XVIII E XIX _ descobre a criança e idealiza a velhice como a etapa onde se vive a segunda infância; e, a partir de meados do Século XX, tem sido louvada e celebrada a juventude, idolatrando os valores juvenis, instituindo o culto ao corpo, à forma física, à glorificação do sucesso financeiro-social pelos atributos da beleza física e da mocidade. Desse mundo, até pouco tempo, o velho estava excluído. (p.144).

Cabe acrescentar que o *mundo* a que Pelosi et al. (2000) se referia está se transformando e, o *velho* que *estava fora dos objetivos do marketing*, passa a ser considerado importante nicho mercadológico, se consolidando como um consumidor em potencial. Como especifica o autor,

a longevidade , como fenômeno social ocorrente, está sendo descoberta pela publicidade e pela propaganda. Na busca deste mercado potencialmente lucrativo, o marketing vem avançando na veiculação de uma imagem sadia e saudável do velho e da velhice. Atento aos indícios de mudança de direção da corrente, o mercado, ao se utilizar da mídia para atingir seus objetivos, produz, através dela, os ingredientes basilares para a construção de um novo imaginário social. (PELOSI,2000, p.148).

Tal percepção do potencial de consumo do idoso, no entanto, não impede que que haja uma contraditoriedade na forma como a mídia se utiliza de sua imagem. Como afirma Pelosi (2000),

verifica-se, em geral, a mídia televisiva e imprensa têm oscilado entre uma imagem de velho desinteressado, passivo, solitário, incapaz e sem vitalidade e outra, oposta, de alguém que se assume como sujeito social ainda potencializado e motivado para aprender e produzir. (PELOSI, idem).

Nesse sentido, cabe enfatizar que a imagem que tem prevalecido

recentemente na mídia é a de um envelhecimento ativo, pois, “veiculando uma imagem menos distorcida de velho e de velhice, a mídia faz-se poderoso fator na reconstrução do imaginário social”. (PELOSI, 2000, p.149).

Assim, definir a velhice através de conceituações não é algo fácil, pois requer conhecer amplamente o contexto no qual os idosos estão inseridos. Trata-se, segundo Nascimento et al.(2000), de um processo multifatorial.

A velhice não constitui um marco isolado no desenvolvimento vital humano, nem tampouco é fenômeno acidental dentro da existência. Manifesta-se por um processo verdadeiro, multifatorial.

A velhice não constitui um marco isolado no desenvolvimento vital humano, nem tampouco é fenômeno acidental dentro da existência. Manifesta-se por um processo verdadeiro, multifatorial. Este processo, apesar de evidenciar-se primeiramente como seqüência de modificações biológicas do organismo, reflete-se sobre outras dimensões das pessoas, muitas vezes, até com maior intensidade e significação. (NASCIMENTO et al.,2000,p.122).

Nesse sentido, evidencia-se o que Haddad (1993) vai denominar como o “drama da velhice”, vivenciado por crescentes segmentos da população que deixam a fase considerada laborativa para a aposentadoria.

A aposentadoria, bem como o valor das pensões, desvaloriza-se a cada geração, de modo que “os constantes aumentos no custo de vida, que não costumam acompanhar a correção anual dos benefícios previdenciários, contribuem sobremaneira para agravar o problema econômico dos idosos” (GOLDMAN, 2007, p.23), ameaçando sua sobrevivência. Soma-se a esse contexto o fato de o idoso pobre tender a viver duas realidades contrastantes: pode ser considerado tanto um empecilho para a família (aqui levando-se em conta os custos com medicamentos, por exemplo), como uma, se não a única fonte de renda da família, que passa a custear as despesas do lar (e até de outros membros da família) com seu benefício previdenciário.

Aliás, ao falarmos em *família*¹⁸, não podemos deixar de enfatizar as mudanças ocorridas nas últimas gerações, tendo em vista que, conforme Pereira (2004),

¹⁸ Ainda de acordo com Pereira (2004), *tradicionalmente considerada a célula mater da sociedade ou a base sobre a qual outras atividades de bem-estar se apóiam, a família ganhou relevância atual justamente por seu caráter informal, livre de estrangimentos burocráticos e de controles externos [...].* Em primeiro lugar, vale ressaltar o caráter contraditório da família, como um chamamento para o fato de que o núcleo familiar *não é uma ilha de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dimensões [...].* Como toda e qualquer instituição social, deve ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca. Forte, porque ela é de fato um locus privilegiado de solidariedades, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o

uma dificuldade, ao se eleger a família como fonte privada de proteção social, é quanto às mudanças verificadas na sua organização, gestão e estrutura. Diretamente associada a essa dificuldade está a constatação de que há vários tipos de família. Essa variedade tem que ser considerada na análise da transformação dessa instituição em uma festejada fonte privada de proteção social. Isto porque a tradicional família nuclear _ composta de um casal legalmente unido, com dois ou três filhos, na qual o homem assumia os encargos de provisão e a mulher, as tarefas do lar _, que ainda hoje serve de referência para os formuladores de política social, está em extinção. (p.38).

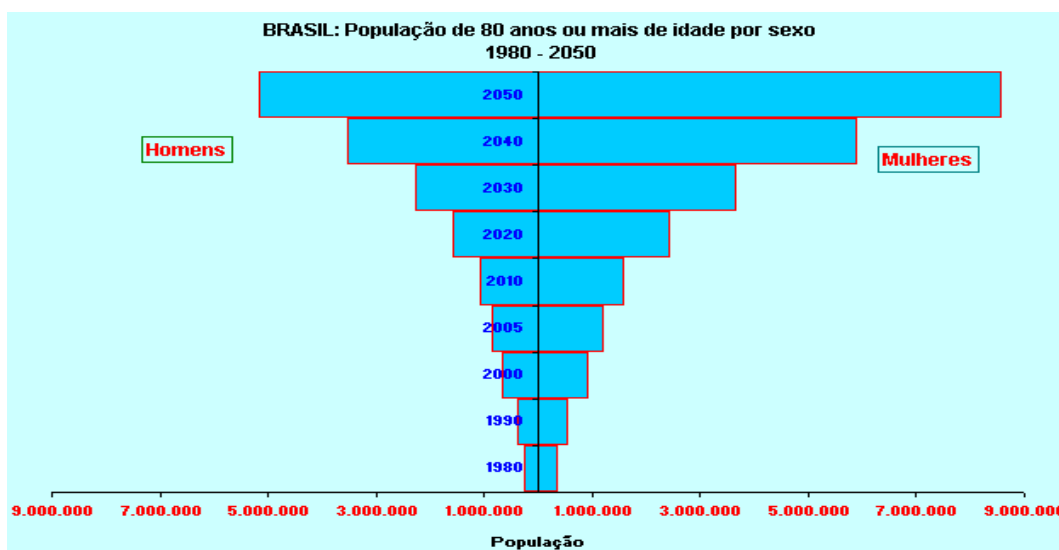
Associado ao crescente aumento da população idosa apresenta-se um dado importante: a maioria dos idosos brasileiros é do gênero feminino. Com base nos dados dos últimos censos, observam-se importantes diferenciais por gênero entre os idosos, com uma expressiva predominância das mulheres sobre os homens. Vários estudos já apontaram essa característica como uma das mais marcantes especificidades do grupo. Conforme o gráfico a seguir, esta será uma tendência para as próximas décadas. É considerando essa perspectiva de gênero que podemos nos fazer a seguinte pergunta: “quem, na família contemporânea, arcará com o encargo de cuidar cotidianamente de crianças, enfermos, idosos debilitados, além de assumir as responsabilidades de provisão e gestão do lar?” (Pereira, 2004:38).

De acordo com recentes estudos, não *necessariamente* será a mulher a arcar com tal missão nas próximas décadas¹⁹, tendo em vista que, conforme Pereira (2004), “mesmo apostando-se na vocação doméstica da mulher, as atuais condições objetivas e subjetivas para o exercício dessa vocação são outras” (p.39). Mito (2004) acrescenta que, nessa perspectiva,

os serviços continuam se movimentando a partir de expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família, em que a mulher-mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai, pelo provimento e exercício da autoridade familiar. Assim, o desempenho dessas funções está fortemente vinculado a julgamentos morais, principalmente em relação à figura materna (p.53).

desamparo e a insegurança da existência. Forte, ainda, porque é nela que se dá, de regra, a reprodução humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perduram pela vida inteira das pessoas. *Mas ela também é frágil, pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas. Tais rupturas, por sua vez, podem gerar inseguranças, mas também podem abrir portas para a emancipação e bem-estar de indivíduos historicamente oprimidos no seio da família, como mulheres, crianças, jovens, idosos.* (p.36/37).

¹⁹ Embora ainda seja predominantemente a mulher, na qualidade de mãe, avó, filha, cuidadora, que permaneça a assumir tal incumbência, apesar das grandes transformações ocorridas na estrutura das famílias.

Gráfico 4²⁰

As projeções do percentual de idosos para o próximo milênio colocam a sociedade brasileira diante de um enorme desafio: o de proporcionar garantias efetivas para esta população que possam ser traduzidas em um aumento (ou manutenção) da sua qualidade de vida. Mas, como poderíamos definir essa qualidade de vida?

De acordo com Nascimento (2000), é muito complexa a conceituação do termo qualidade de vida, sendo este influenciado por uma infinidade de valores pessoais e coletivos; pode-se dizer que não há um conceito absoluto que consiga abarcar todas as suas facetas. (p.126).

Nascimento (2000) complementa afirmando que o termo está intrinsecamente relacionado à forma como o idoso relaciona-se com a sociedade e como o seu envelhecimento é vivenciado, sendo resultante, também, do modo como vivenciou a juventude.

No caso do idoso, a diminuição da condição funcional; a queda do nível de renda com a aposentadoria; a falta de suporte familiar; o sentimento de inutilidade; a falta de oportunidades; os preconceitos relativos à sexualidade; o desconhecimento do processo de envelhecimento e conseqüente medo da morte; a perda de entes queridos e, com ela, a perda de referência com o mundo do seu tempo; o isolamento; um estilo de vida inadequado; a perda do status profissional e social; a diminuição das opções de lazer; a perda da capacidade de competir em igualdade

20

Fonte: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 12/03/09.

de condições com os mais jovens; o avanço tecnológico que gera barreiras culturais e técnicas; a dificuldade de acesso a novas informações e a falta de recursos para atender às suas necessidades, além de um ambiente físico-arquitetônico incompatível afetam seu bem-estar. Portanto, esses fatores, se bem administrados e conduzidos, não somente quando se chega à velhice, mas durante toda a vida, produzem um nível constantemente alto de qualidade de vida que certamente continuará até a idade avançada. (p.127).

Veras (1988) acrescenta afirmando que, em comparação à décadas anteriores, contamos atualmente com uma elevação do nível de qualidade de vida.

Atualmente, os pesquisadores reconhecem que os avanços médicos contribuíram para o aumento da expectativa de vida da população; todavia, a razão principal para essa ampliação está associada à elevação da qualidade do nível de vida. Apesar de muito longe do ideal, se compararmos hoje com trinta ou quarenta anos atrás percebe-se uma melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal, melhores condições sanitárias em geral e, particularmente, condições ambientais no trabalho e nas residências muito mais adequadas que anteriormente.(p. 384).

O aumento percentual do número de idosos no Brasil vem acompanhado, igualmente, pelo aumento da expectativa de vida da população como um todo, que dobrou em um século, passando de aproximadamente 34 anos em 1900, para mais de 68 anos, em 2000, com projeção de alcançar os 75 anos em 2025 (*tabela 3*).

TABELA 3 - Expectativa de vida ao nascer para ambos os sexos no Brasil, 1900-2025

Anos	Expectativa de Vida ao Nascer (anos)
1900	33,7
1950	43,2
1970	57,1
1980	63,5
2000	68,6
2025	75,3

Fonte: Santos, 1978 (1900-1950)

ONU, Dias, Periodical on Aging, 1985 (1960-2025)

(Com base nos dados de VERAS, 1994,p.29)

Como o Brasil não se projetou adequadamente para atender às necessidades da população idosa, o envelhecimento é tratado como um “problema”

e não como uma conquista, sendo os idosos vistos como um encargo para a família, para o Estado e para a sociedade. Afirmam Siqueira et al. (2002) que o processo de envelhecimento populacional repercutiu e ainda continua repercutindo nas diferentes esferas da estrutura social, econômica e política da sociedade, uma vez que os idosos possuem necessidades específicas para obtenção de condições de vida adequadas.

Entendo que não há uma fórmula para o tão propagado *envelhecimento bem-sucedido*. De acordo com dados da OMS (2005), o termo “envelhecimento ativo” foi adotado pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 90, com a intenção de transmitir uma mensagem mais abrangente do que “envelhecimento saudável”, considerando, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e populações envelhecem.

Neste sentido, envelhecimento ativo é propagado como sendo o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. Este conceito refere-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais, permitindo que as pessoas *percebam* o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, estimulando sua participação na sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidade. Contudo, é importante indagar quais os objetivos que levam a OMS, bem como outros organismos internacionais, a estimularem o envelhecimento ativo, considerando-se que, explicitamente, declaram no documento supracitado (OMS,2005) os “ganhos” esperados:

menos mortes prematuras em estágios da vida altamente produtivos; menos deficiências associadas às doenças crônicas na Terceira Idade; à medida que envelhecem, mais indivíduos participando ativamente nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade, em atividades remuneradas ou não, e na vida doméstica, familiar e comunitária; menos gastos com tratamentos médicos e serviços de assistência médica. (op.cit.p.18).

Ou seja: uma clara e evidente preocupação com o prolongamento da vida laborativa, como forma de extrair mais lucros, mais força, mais suor do trabalhador por mais tempo. No que tange ao aspecto físico, a preocupação com a manutenção da beleza do corpo físico é alimentada por uma sociedade capitalista que cultua a juventude como forma de beleza, atividade e poder. Britto da Motta (2004) diz que a referência ao envelhecimento e ao corpo é feita sobretudo às mulheres, porque, do ponto de vista do gênero, as mulheres sempre foram avaliadas pela aparência física

e pela capacidade reprodutiva.

É válido ressaltar que a maioria dos idosos brasileiros estão submetidos a um precário acesso à saúde²¹, *com benefícios previdenciários ínfimos, com a assistência social praticamente inerte e com um forte preconceito com os idosos* (GOLDMAN, 2007, p.125). Nesse quadro de incertezas e infortúnios, intensificados sob a égide neoliberal, dissertarei, no próximo capítulo, sobre *A garantia de direitos e as políticas específicas para o idoso*, considerando sobremaneira a importância de tais leis, porém sinalizando o imenso fosso que as impedem de serem efetivamente materializadas.

²¹ Vários trabalhos realizados em diferentes contextos têm mostrado que o envelhecimento da população é um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea. A este respeito, Nascimento (2000) afirma que as estatísticas nos mostram que o Brasil investe apenas 2% do P.I.B. (Produto Interno Bruto) no setor de saúde, haja vista a pouca oferta de serviços e programas de saúde e a situação caótica em que se encontra a rede pública hospitalar. Os profissionais, “além do salário irrisório, enfrentam a falta de recursos materiais e se vêem diante de verdadeiros impasses, tendo que optar por pacientes com mais chances de sobrevivência”.(p.130). Complementando, Nascimento (Idem) afirma que, para que a manutenção da saúde do idoso, através da promoção, prevenção, recuperação e reabilitação possa ser eficaz, é preciso que: *seja estabelecida uma prática de saúde coletiva no atendimento à pessoa idosa através de um trabalho clínico(individual) e sanitário (coletivo); amplie-se a oferta de serviços, tais como programas de orientação para o auto-cuidado e auto-vigilância (alimentação, sexualidade, stress, saúde oral, etc); seja oferecida uma rede hospitalar acessível(...);haja uma descentralização político-administrativa no setor de saúde(p.130).*

2 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IDOSOS NO BRASIL

2.1 Um breve histórico das políticas públicas no Brasil

Somente a partir da década de 1930 o Brasil intensificou seu ciclo de industrialização. O Estado, como impulsionador central deste processo, promoveu políticas econômicas voltadas para a indústria, acompanhado pelo crescente processo de urbanização, ao passo em que mantinha o histórico poder do latifúndio na zona rural. No que tange às políticas sociais, o modelo baseou-se na “cidadania regulada” (SANTOS, 1987), tendo acesso à proteção social apenas os que possuísem trabalho formal, comprovado através da carteira de trabalho, com profissão e sindicato reconhecidos pelo Estado, então regido pelo presidente Getúlio Vargas.

A política social subjugada à política econômica marcou o governo de Vargas (1930/1945), o período populista (1946/1963), o período ditatorial (1964/1984) e só foi modificado com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Considerando especificamente a Assistência Social, esta foi historicamente, no contexto brasileiro, regida pelas instituições religiosas e utilizada como estratégia política. Grandes instituições foram inauguradas, como a LBA _ Legião Brasileira de Assistência Social, que recorria à lógica da benemerência e do favor; a política de assistência foi historicamente utilizada sob a perspectiva de preservação da ordem instituída. Isto se deve ao fato de o processo de constituição da cidadania no Brasil ser extremamente marcado pela restrição das liberdades civis, ao passo em que o poder Executivo ficou responsável por criar e regular os direitos sociais, conservando a lógica clientelista, em detrimento da participação da sociedade nos processos decisórios .

Tradicionalmente mais voltadas para os interesses do Estado do que para o fortalecimento de direitos de cidadania, as políticas sociais somente passaram a considerar os direitos sociais enquanto direitos de cidadania a partir da década de 1980 e da promulgação da carta magna. Entretanto, na década de 1990, o projeto neoliberal espalha-se mundialmente e termina por radicalizar a desigualdade social,

principalmente nos países em desenvolvimento, como no caso latino-americano (SOARES, 2001).

O governo Collor inaugurou a entrada do projeto neoliberal no contexto brasileiro, com processos marcados por intensa desregulamentação, incentivos à reestruturação das empresas, abertura dos mercados e a disseminação do estímulo à redução dos gastos com o social por parte do Estado, reforçando a concepção de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, atuando em prol dos interesses desse último. No que diz respeito às políticas sociais, os preceitos constitucionais foram deturpados, através da desconsideração do Sistema de Seguridade Social inscrito na Constituição.

Houve uma fragmentação da Seguridade Social em ministérios diferentes; na Saúde, representou um entrave à real efetivação do SUS (Sistema Único de Saúde). Na Previdência, lançou um pacote de reforma previdenciária já em 1992, desregulamentando direitos dos trabalhadores conquistados na Constituição de 1988. Na Assistência, houve o veto à LOAS_Lei Orgânica da Assistência Social. Para que realmente houvesse a efetivação do artigo 203 referente à Assistência Social, seria necessário a LOAS, vetada pelo governo Collor e sancionada apenas em 1993 no governo Itamar, após o *impeachment* de Collor.

O governo Itamar sancionou a LOAS; contudo, deu continuidade à política neoliberal. Fernando Henrique Cardoso, nesse período, assumiu o Ministério da Fazenda, lançou o Plano Real e elegeu-se_ em 1994_ para a Presidência da República.

Com o governo de Fernando Henrique, pode-se afirmar que as políticas neoliberais foram eficientemente implantadas pelo Estado brasileiro. No plano econômico, através do ajuste fiscal, houve privatização da maior parte do patrimônio público, com apoio ao capital financeiro; no aspecto político, o Estado disseminou a ideologia de que era preciso transferir para a sociedade civil – ONGs ou “Terceiro Setor” - as responsabilidades do Estado. Implementou o projeto de reforma do Estado brasileiro²², diminuindo suas funções sociais e mantendo-se sempre alerta para responder às demandas capitalistas²³; no plano social, adotou uma perspectiva

²² MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado)/Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM Acesso em março de 2009.

²³ Por meio do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional), Medida Provisória n. 1.179/1995.

superficial e paliativa. O que dizer do programa Comunidade Solidária? O Comunidade Solidária configurou-se como uma política assistencialista, desviando-se dos avanços inscritos na Constituição e na LOAS (RAICHELIS, 2001).

Ao longo de seus dois mandatos, o governo de Fernando Henrique operou um verdadeiro “desmonte da nação” (LEBAUSPIN,1999). Embora promettesse mudanças, sobretudo no aspecto social, o governo Lula conservou a fragmentação das políticas de Seguridade Social, com a inauguração, no primeiro ano de governo, do MESA - responsável pela implantação do Programa Fome Zero - e a manutenção dos MA, MPS e MS²⁴.

No início de 2004, com a reforma ministerial e as dificuldades enfrentadas pelo Programa Fome Zero para a efetivação de ações, o governo dissolveu o MESA e o MAS e criou o MDS_ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que reúne as competências do MESA, do MAS e da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa-Família.

A concentração de ações no plano do programa Bolsa Família é um avanço, apesar de sabidamente não conseguir eliminar a histórica desigualdade social. Esta, sabemos, vai além da distribuição de recursos às pessoas e depende de medidas mais estruturais; contudo, o programa representa alívio imediato aos indivíduos em situação de miséria. A junção de combate à pobreza no plano mais imediato com a atuação mais estrutural na Educação e na Saúde é o grande desafio do governo Lula no plano social e requer um entendimento pleno das especificidades da gestão social.

No que tange à implantação do SUAS, este objetiva o rompimento com a fragmentação programática entre as esferas governamentais e a articulação e provisão de proteção social básica e especial para os segmentos populacionais usuários da política de Assistência Social no país. Seus princípios e diretrizes apontam: I) para a universalização do sistema; II) a territorialização da rede; III) a descentralização político-administrativa; IV) a padronização dos serviços de assistência social; V) a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos; VI) a garantia da proteção social; VII) a substituição do paradigma assistencialista e VIII) a articulação de ações e competências com os

²⁴ Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), Ministério da Assistência Social (MAS), Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério da Saúde (MS).

demais sistemas de defesa de direitos humanos, políticas sociais e esferas governamentais.

A proposta do SUAS é um avanço e concretiza um modelo de gestão que possibilita a efetivação dos princípios e diretrizes da política de assistência, conforme definido na LOAS. O princípio organizativo da Assistência Social baseado num modelo sistêmico aponta para a ruptura do assistencialismo e da fragmentação das ações; afirma a Assistência Social como uma política pública, dever do Estado e direito de todos os cidadãos e cidadãs, com a afirmação do controle social por parte da sociedade civil. A deliberação referente à PNAS e a construção do SUAS expressa um esforço coletivo que, desde a promulgação da carta magna e da LOAS, vem se empenhando na tarefa de colocar a Assistência Social brasileira no campo dos direitos sociais.

Dotar o país de um sistema mais equitativo e democrático de proteção social é tarefa complexa e que não se esgota nas responsabilidades do governo federal e não se realiza rapidamente. Exige a ação responsável dos três poderes da República, o envolvimento empenhado dos demais níveis de governo, a participação ativa da sociedade. Considerando a junção desses aspectos cruciais, discutirei no próximo item a trajetória das políticas específicas para o idoso no Brasil.

2.2 A garantia de direitos e as políticas específicas para o idoso

Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando.
Guimarães Rosa

É comum considerar-se “anormal” o fato de uma pessoa não atingir essa fase da vida em virtude da morte, fazendo com que as pessoas tenham maior dificuldade em aceitar quando isso ocorre. Contudo, contraditória e concomitantemente, criam-se obstáculos em aceitar a velhice, percebendo-a como uma etapa da vida a ser protelada, assim como a morte.

A partir de fins do século XIX, começaram a ser criadas políticas sociais nos Estados Unidos e na Europa, sendo que sua implementação somente ocorreu no Brasil a partir de 1930²⁵, em meio a um cenário tenso e contraditório. Ao mesmo

²⁵ Os meados da década de 1930 simbolizaram, além do período de surgimento das políticas sociais no Brasil, a criação do próprio Serviço Social, em meio a uma realidade de intensificação do processo de

tempo, foram criando-se políticas sociais visando à gestão da força de trabalho, em detrimento da reprodução de melhores condições para o trabalhador; houve um movimento por parte da classe trabalhadora, que, em resposta à questão social, lutou pela conquista de direitos e a implementação de medidas de políticas sociais a partir do Estado capitalista. Conforme Bulla (2003), foi também em 1930 que ocorreu a Revolução de 30, que significou um marco divisório no Brasil, onde verificou-se a passagem do sistema agrário-comercial_ vinculado ao capitalismo internacional_ para o sistema urbano-industrial _voltado para o mercado interno.

Em 1938 criou-se, junto ao Ministério da Saúde e da Educação, o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social)²⁶, responsável²⁷ pela organização em nível nacional do Serviço Social, como órgão consultivo tanto do governo como das entidades privadas, estudando as problemáticas concernentes ao Serviço Social.

Posteriormente, em 1940, o Brasil passava por grandes mudanças, ocasionadas com a implantação do “Estado Novo”, momento de transição iniciado com a Revolução de 1930, dando início a uma fase “[...] marcada pelo modelo corporativista, cuja tônica é dada pela nova Carta Constitucional outorgada logo em seguida ao golpe de Estado, e por uma nítida política industrialista” (IAMAMOTO, 2004, p. 235). Nesse momento, é visível a colocação da política econômica a serviço da industrialização, sustentando a agroexportação.

Nesse contexto, profundas dificuldades se apresentam para o proletariado, porém houve o enfraquecimento da base de sustentação da ditadura em meio às camadas populares; o Estado, então, cria estratégias para ganhar o apoio das forças populares, através da criação, no ano de 1942²⁸, da Legião Brasileira de

industrialização, provocando também um significativo processo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural (BULLA, 2003).

²⁶ A primeira referência explícita em âmbito nacional da legislação federal com relação aos Serviços Sociais ocorreu através da Constituição Federal de 1934, na qual o Estado obriga-se a assegurar o amparo aos desvalidos bem como fixa à maternidade e à infância a destinação de 19 das rendas tributáveis. “A medida legal nesse sentido no âmbito federal será dada apenas em 1938 (Decreto-lei nº 525, de 1.7.38) já sob a vigência do Estado Novo e instituída sob o regime de Decreto-lei. Estatui a organização nacional do Serviço Social, enquanto modalidade de serviço público com o estabelecimento de organismos (no nível nacional, estadual e municipal) de direção, execução e cooperação, e cria junto ao Ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Serviço Social” (IAMAMOTO, 2004, p. 249).

²⁷ Como refere Bulla (2003, p. 6) as funções do CNSS consistiam em: “realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores públicos e privados; sugerir políticas sociais a serem implantadas pelo governo; dar parecer sobre a concessão de subvenções governamentais às instituições privadas”.

²⁸Couto (2004, p. 103) destaca que “A LBA representou o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira-dama, Darcy Vargas, a coordenação da instituição. Esse traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira”. Já Sposati; Falcão

Assistência – LBA – , sendo que, ainda em 1942, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Foi promulgada, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BULLA, 2003, p.6). Nesse mesmo ano, recebendo uma nova configuração para sua existência, o CNSS não angariou uma ação mais influente sobre o Serviço Social, atuando como distribuidor de verbas e favorecendo o clientelismo político. Suas funções passaram a ser assumidas e desenvolvidas pela LBA, que tinha como objetivo inicial “[...] prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra” (IAMAMOTO, 2004, p.251).

Já em 1946, dois importantes órgãos foram criados, passando a realizar atividades junto aos trabalhadores: o SESI – Serviço Social da Indústria e o SESC – Serviço Social do Comércio. Cabe ressaltar que o trabalho realizado com idosos, especificamente nos grupos de convivência, teve origem através do SESC.

Mundialmente, entre as décadas de 1950 e 1960, temos o surgimento da proposta de Estado Social, que consolidou-se e se desenvolveu a partir da crise econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, associada a uma fase de crescimento das desigualdades e das tensões sociais, provocadas pelo capitalismo monopolista. Nesse contexto, para que fossem restabelecidas as condições de acumulação do capital, evidencia-se a intervenção estatal, através da proposta do “Estado de Bem Estar Social” ou Welfare State²⁹, que iniciou-se nos EUA, sendo implementado também em países como Canadá, Áustria e, mais tarde, residualmente, em outros países. Conforme Goldman (2007),

Convém sinalizar que as políticas sociais destinadas ao segmento idoso seguem uma trajetória de lutas da classe trabalhadora á qual o Estado, pelo menos no discurso legal, procura contemplar de acordo com as forças em presença nas diversas conjunturas sócio-históricas (p.126).

(1989, p. 57) evidenciam, a partir de reflexões sobre as organizações comunitárias ligadas à LBA, que “[...] ela tem sido o único instrumento efetivo através do qual muitos grupos populares conseguem ver implementados uma rede de serviços sociais (creches, abrigo para idosos, atendimento a portadores de deficiências...) e serviços urbanos (abertura de ruas, construção de habitações para os sem renda, energia elétrica, perfuração de poços de água...). E mais, é o instrumento através do qual tem se levado, às regiões mais carentes e distantes, projetos importantes de geração de renda”.

²⁹ A proposta do Welfare State consistia na “[...] assistência aos comprovadamente pobres, por meio de benefícios mínimos associados ao estigma, buscando não estimular a substituição ao trabalho. O atendimento fica restrito ao Estado que conta também com o mercado para dar conta desta realidade” (COUTO, 2004, p. 65).

Desse modo, uma das primeiras iniciativas em favor dos idosos no Brasil ocorreu em 1974³⁰, com a criação da Renda Mensal Vitalícia³¹, benefício previdenciário que garantia um benefício correspondente a meio salário mínimo para idosos acima de 70 anos e para os considerados “inválidos”, que não exercessem atividade remunerada, não fossem mantidos por outras pessoas e nem tivessem condições de se auto-sustentarem (REZENDE; CAVALCANTI, 2006).

Criada em 1975³², a Lei 6.334 passa a regular “[...] a situação dos aposentados pela previdência social e a do segurado que a ela se vincula, após completar 60 anos” (ARRUDA, 1998, p.79). No ano de 1976, o Governo Federal passa a assumir uma postura que evidencia sua preocupação com o processo do envelhecimento, promovendo, através do MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social), três Seminários Regionais, realizados nos estados de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, com o objetivo de identificar as condições de vida do idoso no país, de forma a apresentar “[...] o suporte assistencial existente para o atendimento às suas necessidades específicas” (CADERNOS LBA, p.15).

As conclusões apresentadas nesses três seminários contribuíram para a realização, a nível federal, do denominado Seminário Nacional sobre Política Social da Velhice, que deu origem à Política Social da Velhice, originando o documento “Política Social para o Idoso – Diretrizes Básicas”, publicado no ano 1977³³.

Posteriormente, em 1978, o PAI, programa que até o momento era de responsabilidade do INPS _ Instituto Nacional de Previdência Social_ passa para a LBA³⁴, funcionando no sentido de

“[...] executar a Política Nacional de Apoio ao Idoso de forma direta, através de Unidades Executivas próprias e por meio da ação comunitária; e indireta, mediante a

³⁰ Em 1974, quando a LBA passa a fazer parte do recém criado Ministério da Previdência e Assistência Social, incorpora o Programa FUNRURAL, o atendimento ao idoso e ao “Excepcional”, procedimentos do INPS (SPOSATI; FALCÃO, 1989).

³¹ Lei nº 6.179 de 11 de dezembro de 1974 (CADERNOS LBA, s/d, p. 14).

³² Convém mencionar o contexto histórico em que se processavam tais implementações. Conforme Netto (2007), no período ditatorial, se 1968 marcou uma inflexão para cima do ciclo autocrático burguês, 1974 marcou a para baixo: abre o momento derradeiro da ditadura, centralizado pelo aprofundamento da crise do ‘milagre’ e por uma particular estratégia de sobrevivência implementada pelo mais alto núcleo do regime_ estratégia expressa claramente por Geisel e sua equipe, autodenominada ‘processo de distensão’ e que, avançando no governo Figueiredo, constituirá o projeto de ato-reforma com que o Estado forjado pela ditadura procurará transcendê-la. (p.41).

³³ A edição desse documento foi feita pelo MPAS (CADERNOS LBA, [s.1.: s.n.], p. 15).

³⁴ Conforme Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) 838/77, Circular nº 01, de 21/10/77, dos Gerentes Gerais das Administrações Unificadas e item 32 da Portaria nº 8 de 21/03/78, da Secretaria de Assistência Social do MPAS (CADERNOS LBA, s/d, p. 15).

celebração de Convênios/Contratos com Entidades especializadas”³⁵. Essa transferência significou a responsabilização da LBA pela execução de uma Política Social voltada para o idoso, tendo como objetivo central a busca do reconhecimento de seus direitos sociais, conforme destaca Arruda (1988, p. 19).

Inserindo-se no SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – a LBA, em 1978, passa a responsabilizar-se pela implantação e execução da Política Nacional de Assistência Social, assim como orientar e supervisionar outras entidades executoras desta política.

Ao realizar o trabalho com a população idosa, a LBA teve como cerne de suas ações o Documento intitulado “Política Social para o Idoso – Diretrizes Básicas”, instrumento normativo que tinha como direcionamento a

“[...] necessidade de reposicionar-se o idoso no contexto da sociedade, buscando, no redimensionamento de sua imagem, o reconhecimento de sua existência como força social” (CADERNOS LBA, p. 21).

O apoio do INPS à LBA, em seus primórdios, muito contribuiu para o entendimento do programa, motivo pelo qual, estrategicamente, procurou-se manter o trabalho junto aos Centros de Serviço Social do Instituto, para que os usuários não sofressem com a mudança do local de atendimento.

Cabe ressaltar que a LBA, desde a sua fundação, no ano de 1942, caracterizou-se pelo desenvolvimento de atividades assistenciais, via prestação de serviços e concessão de recursos a usuários carentes. Como explica lamamoto (2004, p.252),

da assistência às famílias dos “convocados”, progressivamente e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido, se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência.

Na década de 1980, o Brasil passou por um cenário contraditório³⁶, com uma nova configuração política, econômica e social, intensificado com a criação da Constituição Federal de 1988, que, ao mesmo tempo em que representou a ampliação do processo de cidadania da população brasileira³⁷, no campo

³⁵ Segundo Portaria MPAS/SAS nº 25/78 (CADERNOS LBA, s/d, p. 21)

³⁶ Evidencia-se que [...] foi nesse grande contexto que importantes e significativos avanços foram construídos, acarretando novas configurações e novas concepções para a área de direitos civis, políticos e sociais, expressos numa nova forma de organizar e gestar o sistema de seguridade social brasileiro, trazendo, para a área, a assistência social como uma política social de natureza pública (COUTO, 2004, p. 140).

³⁷ Em termos de direitos civis, através da Constituição Federal de 1988, foram incorporados dois importantes instrumentos nos direitos presentes em outras constituições, como o hábeas data, que garante aos cidadãos o acesso a dados pessoais junto a Órgãos de informações de governos militares e o “mandato de injunção”, que permite a cobrança ao governo, daquilo que deixou de ser regulado devido a sua ineficiência

econômico, sofreu grande recessão, sendo que, na tentativa de retomar o crescimento, houve uma grande preocupação com o econômico, em detrimento do social.

O Art. 194º da Constituição Federal de 1988 simbolizou a constituição do sistema de seguridade social no país, através das políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social. Uma lógica de universalidade é inaugurada, almejando romper com ações focalizadas e sem continuidade. A partir do artigo supracitado e até o Art. 204, é determinado o tripé que constitui a seguridade:

“a saúde aparece como direito de todos e dever do Estado; a previdência será devida mediante contribuição, enquanto a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição” (COUTO, 2004,p.159).

A Constituição brasileira, promulgada em 1988, representa o início da inserção da temática envelhecimento nas pautas legais, passando a integrar o discurso da democracia e do acesso universal aos serviços. Os Direitos Sociais estão previstos no Art. 6º, que define como

“direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maturidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição”.

A importância dada à família no contexto do processo de envelhecimento é nítida, a partir do Art. 229 da Constituição Federal de 1988, que afirma que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Cabe ressaltar, contudo, que esse compromisso não se restringe somente à família, pois o Art. 230 amplia essas responsabilidades, afirmando que a família, a sociedade e o Estado têm o “dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. O inciso I desse artigo prevê que "os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares".

Após a importante onda democratizante dos anos 80, vivenciamos atualmente, em nível mundial, sob o ideário neoliberal. No contexto brasileiro, foi a partir do governo José Sarney (1985-1990), que iniciou-se o percurso que teve como

(COUTO, 2004, p. 158). No que se refere aos direitos políticos, destacam-se o direito do voto aos analfabetos, que foi pela primeira vez inscrito em texto constitucional e a permissão para o debate entre candidatos de partidos políticos em processos eleitorais, através dos meios de comunicação. Foi no campo dos direitos sociais que, através da Constituição Federal de 1988, obteve-se os maiores avanços, conforme evidencia-se no Art. 3º da mesma.

agenda econômica, política e social as orientações de recorte teórico neoliberal. Esse processo estendeu-se assustadora e aceleradamente durante a década de 90, especialmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 1999, com reflexos perversos no campo dos direitos sociais, visando ao desmonte dos direitos trabalhistas.

Ao analisarmos o governo FHC sob o aspecto social, os resultados são desastrosos; verifica-se, nesse período, um aumento da concentração de renda, alto índice de desemprego, desmonte de direitos trabalhistas já conquistados a longa data e à duras penas, privatizações, reformas na Constituição Federal de 1988, em especial no que se refere aos direitos sociais. Como afirma Couto (2004), “a raiz deste resultado foi a política econômica adotada, que submeteu a economia brasileira aos ditames dos mercados internacionais” (p.150).

Ressalta-se, porém, uma grande conquista em nível nacional na década de 90, mais especificamente no ano de 1993: a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)³⁸, constituindo-se como Política de Seguridade Social não contributiva³⁹, dever do Estado e direito de todo cidadão, reforçando a igualdade e a integralidade no atendimento e a universalização dos direitos. A partir dela, se estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, constituído por entidades e organizações de assistência social, prevendo a articulação entre as ações da assistência, sendo a coordenação de benefícios, programas e projetos de responsabilidade da esfera Federal e a coordenação e execução dos Estados e Municípios.

Com a LOAS (1993), surge o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Em 1994, definiu-se o marco legal da proteção do Idoso no Brasil, com a criação da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), que em seu Art. 2º estabelece que “considera-se o idoso, para todos os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade”. Como princípios, apresenta que tanto a família, a sociedade, bem como o Estado, possuem o dever de assegurar os direitos do idoso,

³⁸ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

³⁹ LOAS, Art. 1º (1993, p. 33).

a garantia de sua participação efetiva na comunidade, a defesa de sua dignidade, de seu bem-estar e do seu direito à vida.

A Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) estabelece como um de seus princípios que o processo de envelhecimento diz respeito a toda a sociedade, de modo a ser objeto de conhecimento e informação, de acesso a todos, enfatizando que o idoso não deve ser alvo de nenhum tipo de discriminação, que todas as transformações efetivadas na política devem ter o idoso como o principal agente e destinatário, e, finalmente, que

“as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei” (BRASIL, 1994, art.3º).

É a partir dessa importante Lei que o governo é chamado a adotar medidas efetivas voltadas para a política de atenção ao idoso⁴⁰, envolvendo a sociedade como um todo, em parceria com os demais Ministérios envolvidos na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas. A partir da PNI, foi prevista a criação de Conselhos Municipais, de caráter permanente, paritário e deliberativo, cuja função principal é a de formular, supervisionar e avaliar a política do Idoso, cobrando do Estado a efetivação de políticas públicas que sejam efetivamente de interesse dos idosos.

Cabe reconhecermos, desse modo, a importância da Política Nacional do Idoso, à medida em que define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais ao idoso e as condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Seu direcionamento prevê a participação de diversas políticas setoriais, esferas de governo e sociedade civil, reconhecendo as variadas facetas da velhice, orientando-se pelos princípios maiores de nossa Constituição, assentados na participação e descentralização democráticas, reafirmando a necessidade do atendimento ao idoso onde ele se encontre.

Apenas um ano após a criação da Política Nacional do Idoso, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, são extintos a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério de Bem Estar Social (MBES)⁴¹. Com as extinções supracitadas, há uma

⁴⁰ “A Lei nº 8.842 prevê, para a implementação da política nacional do idoso, ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer” (HADDAD, 2000, p. 29).

⁴¹ Através da Medida Provisória nº 813/95 (COUTO, 2004,p.178).

nova estruturação, sendo que os programas de assistência, anteriormente assumidos pela LBA, ficam sob a responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social, a partir da Secretaria da Assistência Social e do CNAS. Desse modo, a assistência à infância e à adolescência, assumida anteriormente pela CBIA, ficou situada no âmbito do Ministério da Justiça, que passou a incorporar o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Silva (2002) destaca que a assistência ao portador de deficiência, por sua vez, passa a ser atribuição da Secretaria dos Direitos de Cidadania (p.61).

A extinção total da LBA demorou ainda algum tempo, aproximadamente dois anos, em função da grande quantidade de recursos humanos que estavam atuando quando a mesma estava em pleno funcionamento. Entretanto, tal mudança ocorreu sem que estados e Municípios estivessem aptos a assumirem o papel de coordenadores da política de Assistência Social no seu âmbito, promovendo o reordenamento institucional, sendo transferida, em especial aos municípios, a responsabilidade quanto aos recursos e à execução dessa política.

Em 1999, é criada a Política Nacional de Assistência Social _PNAS_, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes e estratégias de ação e partindo do pressuposto de que seus usuários saem da condição de assistidos para a de portadores de direitos. São adotadas estratégias de gestão assentadas no princípio da descentralização político-administrativa, visando à participação da população, por meio de suas organizações representativas, propondo mecanismos de visibilidade e estímulo ao controle social.

Anos depois, após um processo permeado por discussões, avaliações e mobilizações em defesa dos direitos da pessoa idosa, especialmente a partir da sociedade civil organizada, através de representantes de entidades de aposentados, pensionistas e idosos, a população brasileira teve como conquista o Estatuto do Idoso, criado através da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vigorando a partir de 2004.

Essa Lei tem como objetivo assegurar o cumprimento dos direitos de todas as Leis anteriores, definindo e regridando as medidas de proteção e ampliação dos direitos sociais dos brasileiros com idade igual ou superior a 60 anos. Assim,

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social,

em condições de liberdade e dignidade; Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (ESTATUTO do Idoso,2003).

O idoso enfrenta na cotidianidade a violação dos direitos de ir e vir, o preconceito em relação às limitações físicas trazidas com a idade, entre outras situações decorrentes do processo de envelhecimento, dados que, por si, deveriam mobilizar todos os setores da sociedade, pois representam um dos problemas mais relevantes de saúde pública.

A família, a sociedade e o Governo possuem como compromisso evitar as formas de violência ao idoso, devendo promover medidas de prevenção e proteção ao idoso. Devido à complexidade do problema, deve ser estimulada uma interdisciplinaridade entre os vários profissionais, bem como uma interinstitucionalidade, abrangendo entidades governamentais e não-governamentais, em prol da defesa desse público.

Como um processo gradual, que ultimamente, particularmente nas últimas duas décadas, tem recebido um novo fôlego, o tema *envelhecimento da população brasileira* tem merecido um destaque especial nas pautas de discussões e deliberações de direitos específicos para o idoso. Sob essa perspectiva, apresenta-se o processo de constituição das Leis que beneficiaram o idoso em nosso país, destacando-se, especialmente, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

A presente realidade, cada vez mais, tem exigido do Assistente Social a articulação de sua atuação junto a outros profissionais, como psicólogos, médicos, advogados, entre outros, de forma interdisciplinar, desenvolvendo ações coletivas. Nesse sentido, o profissional é desafiado a desenvolver sua intervenção profissional de forma a garantir que suas habilidades e conhecimentos teórico-metodológicos, atrelados à sua sensibilidade, lhe permitam uma interpretação acerca da realidade, dos processos sociais e de sua competência profissional que o permita distinguir-se dos demais, de modo que as ações relacionadas com as expressões da questão social sejam realizadas preservando a unidade na diversidade.

De acordo com Iamamoto (2002),

o trabalho coletivo não impede a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto. A atuação em equipe requer que o Assistente Social mantenha o compromisso ético e o

respeito às prescrições da lei de regulamentação da profissão, ainda que eventualmente não desempenhe atribuições privativas tais como previstas no texto da lei. (p.41).

As intervenções profissionais coletivas contribuem no processo de prevenção à violência do idoso, sendo que todos os profissionais devem estar comprometidos no sentido de que sejam garantidos tanto os direitos como a proteção do idoso, através de medidas de proteção específicas, previstas a partir do Estatuto do Idoso. Como nos informa Souza (2004):

[...] a punição, na forma da lei, de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão aos direitos fundamentais do idoso [...] Define os crimes de discriminação, preconceito ou constrangimento praticado contra os idosos, por agentes públicos ou privados, sujeitando o infrator à pena de reclusão da forma da lei.(p.122).

Tais medidas de proteção ao idoso, definidas no Estatuto, comprometem entidades assistenciais e estabelecem penalidades para quem desrespeitá-las e descumprir o que está previsto. Assim, como explicita Almeida (2005), o idoso dispõe de mecanismos de exigibilidade do Estatuto, que podem ocorrer através da atuação do governo por meio da criação de políticas públicas, bem como através do judiciário, por intermédio de instrumentos judiciais.

Cabe enfatizar também que a denúncia de situações de violação dos direitos do idoso é um dever de toda a sociedade, sendo que, qualquer pessoa que tenha sido testemunha ou tenha tido conhecimento do fato deve comunicar à autoridade competente⁴², como a Polícia Civil, o Ministério Público, o Conselho Estadual e Municipal do Idoso, a Vigilância Sanitária, a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros órgãos pertinentes.

Um outro direito assegurado aos idosos relaciona-se às atividades de lazer, culturais e esportivas, na qual é assegurado o desconto de pelo menos 50% (Art. 20º), bem como está previsto que os meios de comunicação deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidades educativa, informativa, artística e cultural sobre envelhecimento (Art. 24º). Prevê-se, ainda, a gratuidade às pessoas com mais de 65 anos em transportes coletivos públicos (Art. 39º), ficando a critério da legislação local a gratuidade para a idade compreendida entre 60 e 65 anos, conforme Art. 39, § 3º.

⁴² “A autoridade competente é aquela que se propõe, enquanto missão, a realizar a ‘defesa de direitos’ e que tenha a capacidade para demandar em juízo ou para utilizar do seu poder de polícia” (ALMEIDA, 2005, p. 87).

Nos sistemas de transporte coletivo municipal e interestadual devem ser reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos (Art. 40º), devendo ser oferecido desconto de no mínimo 50% para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, que tenham excedido as vagas gratuitas.

Veda-se toda forma de discriminação às pessoas com idade superior a 60 anos, bem como o impedimento ou obstaculização de seu acesso às operações bancárias (art. 96) ou deixar de prestar assistência às mesmas (Art. 97º) em situações iminentes de perigo (BRASIL, 2003).

No que diz respeito à Assistência Social, o Estatuto do Idoso prevê que a mesma deverá ser prestada de forma articulada, tendo como base os princípios e diretrizes da LOAS (BRASIL, 1993), da PNI (BRASIL, 1994) e do SUS (BRASIL, 1990)⁴³. Importante ressaltar que foi a partir da criação do Estatuto do Idoso que houve a redução de 67 para 65 anos como idade mínima para o requerimento do BPC aos idosos que tiverem direito de recebê-lo⁴⁴, conforme previsto em Lei.

Em 2006, a gestão da nova PNAS caminhou na perspectiva da implementação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), um modelo descentralizado e participativo, responsável pela regulação e organização das ações sócio-assistenciais no Brasil, bem como representa a materialização da LOAS, visando cumprir “a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social”⁴⁵. O foco prioritário de atenção para implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios está concentrado nas famílias, sendo, conforme a PNAS (2004),

seus membros e indivíduos e o território como base de organização que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que delas necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm papel efetivo na sua implantação e implementação (p. 41).

Várias são as conquistas no campo dos direitos, através de leis e políticas específicas que contemplam o idoso, especialmente desde a Constituição Federal de 1988, que definiu princípios de proteção à população idosa no Brasil e que atribuiu à família, à sociedade e ao Estado a defesa da dignidade, através do

⁴³ Art. 33º (MARTINEZ, 2005, p. 83).

⁴⁴ Art. 34º (Idem).

⁴⁵ PNAS, (2004, p. 41).

amparo ao envelhecimento. Destaca-se, também, a LOAS, que regulamentou o BPC, benefício que simboliza um direito aos idosos que dele necessitem para sua subsistência, quando impossibilitados de contarem com o suporte familiar.

É inegável a contribuição da Política Nacional do Idoso, cujo objetivo foi o de colocar em prática ações para população que ainda irá envelhecer, visando a garantir uma melhor qualidade de vida às pessoas com 60 anos ou mais de idade. Com ela, foi criado o Conselho Nacional do Idoso, que reivindica novos padrões de atenção aos idosos, com vistas a assegurar-lhes seus direitos sociais.

O Estatuto do Idoso, por sua vez, representa um enorme avanço em termos de garantias legais para o idoso no Brasil, cabendo enfatizar que é mais abrangente que a PNI e a própria Constituição Federal de 1988, ao instituir penas severas a quem desrespeitar o idoso e ao determinar aos Conselhos _nacional, estadual e municipal_ o acompanhamento e o zelo para que sejam cumpridos os direitos do idoso (ALMEIDA, 2005,p.30). Goldman (2007) destaca sua importância no que tange à evidência dos problemas que afetam o segmento.

Em vigor desde 1º de janeiro de 2004, a Lei n.10.741, de 1º de outubro de 2003, mais conhecida como o Estatuto do Idoso, traz à tona questões de diversas ordens que geram, no seio da sociedade brasileira, discussões a respeito dos direitos pertinentes ao contingente idoso. (p.130).

É apenas a partir do Estatuto do Idoso que passa a ser definida uma especificação de crimes contra a pessoa idosa e suas respectivas penas (detenção, reclusão e multas), facilitando a atuação do Ministério Público no combate ao desrespeito, ao abuso, aos maus tratos, à agressão, à violência e ao abandono, que constituem as principais queixas dos idosos. Trata-se de uma das maiores novidades do Estatuto do Idoso, sendo que nosso Código Penal⁴⁶ é de 1940 e está muito longe de nossa realidade. Trata-se de uma

[...] uma coroação de esforços do movimento dos idosos, das entidades de defesa dos direitos dos idosos e do Estado e constitui o instrumento jurídico formal mais completo para a cidadania do segmento idoso. Não há que se negar a sua relevância do ponto de vista teórico e legal, na medida em que é, sem dúvida, um avanço a partir da Lei 8842/94, cujos princípios ainda estão muito longe de serem garantidos na realidade brasileira. (GOLDMAN, 2007, p.130).

Considerando-se os direitos adquiridos a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), da Política

⁴⁶ Conforme Decreto Lei Nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www.amperj.org.br/store/legislação/códigos/CP_DL_2848.pdf>. Acesso: 20 de março 2009.

Nacional do Idoso (BRASIL,1994), da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL,2004) e do Estatuto do Idoso (BRASIL,2003), deveria ser possível assegurar às pessoas idosas seus direitos civis, sociais e políticos. Contudo, o grande obstáculo que se apresenta, atualmente, diz respeito à materialização desses direitos, garantindo aos idosos a possibilidade de exercerem, de fato, sua cidadania, tendo assegurada sua efetiva participação social. Como sinaliza Goldman (2007,p.130),

o primeiro ponto a destacar no Estatuto refere-se ao conceito de pessoa idosa, considerada a partir dos sessenta anos, ratificando o patamar estabelecido pela ONU em 1982 na I Assembléia Mundial sobre Envelhecimento em Viena. Logo de início, vemos algumas contradições, pois há direitos como o acesso gratuito aos transportes urbanos e ao Benefício de Prestação Continuada que só contemplam cidadãos a partir de 65 anos.

É evidente a imensa discrepância entre o que o aparato jurídico brasileiro determina e a efetivação de ações concretas. A própria Constituição de 1988, se fosse realmente considerada e efetivada, não necessitaria ser complementada e justificada a todo momento por diversos decretos e estatutos, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e o do Idoso.

Devo salientar o reconhecimento nacional e internacional quanto ao conteúdo progressista de nossas legislações, o Sistema Único de Saúde_ SUS é um exemplo disso; mas possuir um aparato jurídico formal avançado não significa que o Estado se preocupe com a materialização dos direitos de cidadania dos brasileiros, aqui salientando-se dos idosos. Diversas são as dificuldades na operacionalização do Estatuto do Idoso, principalmente porque os recursos financeiros, humanos e institucionais revelam-se por vezes insuficientes para o atendimento às enormes demandas sociais. A consolidação do Estatuto do Idoso requer a efetivação de políticas públicas para o segmento, além de pessoal especializado para prestar serviços de todas as ordens ao idoso. Requer, também, o quadro de pessoal encarregado pela fiscalização das entidades de saúde e de longa permanência (como vimos anteriormente), entre outras.

Uma de suas deficiências mais evidentes é o fato de o Estatuto deixar claro que devem ser instituídas varas especializadas para a Justiça dos Idosos, o que tem acontecido precariamente, muitas vezes com o acréscimo da vara especializada dos idosos às já existentes, como as varas para a infância e adolescência.

O Estatuto do Idoso é instituído no Brasil sob o modelo neoliberal, que delega ao mercado a regulamentação da vida econômica; o aspecto social fica em plano cada vez mais secundário. Países, sejam eles desenvolvidos ou não, convergem para uma crise sem precedentes, onde ficam evidentes as ranhuras do sistema sócio-econômico e político brasileiro.

No caso do Brasil, os investimentos em setores estratégicos como o da seguridade social são cada vez menores. Para Vieira (1992), as políticas sociais são estratégias governamentais que só podem ser analisadas historicamente dentro das determinações de tempo, espaço e necessidades, implicando uma reação dialética entre o que é demandado pela sociedade e o que é oferecido pelo Estado, interrelacionando o movimento da história e as lógicas que lhes são subjacentes. Devemos considerar, conforme Simões (2009), que:

Os direitos fundamentais são enunciados constitucionais de natureza declaratória, que reconhecem a existência de prerrogativas substanciais consideradas indisponíveis e essenciais do cidadão. Por exemplo, o direito de ir e vir ou o da liberdade de pensamento. Já as garantias têm natureza processual, consistindo nos mecanismos ou instrumentos, que o Poder Público assegura aos cidadãos, para a proteção, reparação ou reingresso do direito fundamental violado [...]. (p. 59).

Considero que as políticas sociais são inquestionavelmente resultantes da conquista da classe trabalhadora, mesmo quando sob a aparência de concessão estatal, tendo em vista que a esfera das políticas sociais é atravessada pela luta de classes, de modo que é na correlação de forças que ela se estabelece e conquista os direitos. Para garantia dos direitos da classe trabalhadora, é fundamental que sua mobilização política seja constante e, quando necessário, é preciso intensificar as lutas para a garantia de direitos estabelecidos, tendo como perspectiva novas conquistas.

É fato que o Estatuto do Idoso ainda é muito novo, tendo apenas seis anos, um dos motivos pelos quais ainda há muitas dificuldades no sentido de sua materialização; importa dizer que o grande desafio, atualmente, é fazer com que o mesmo seja conhecido e defendido pela população, pelos idosos, bem como pelos profissionais que necessitam estar preparados para lidar com o fenômeno do envelhecimento. Tal processo deve ocorrer através da participação do idoso e de

toda a sociedade em espaços de estudo, discussão e deliberação, em especial junto aos Conselhos⁴⁷ Municipais e Estaduais do Idoso.

Contudo, fica a indagação: poderá ocorrer a implementação efetiva do Estatuto do Idoso sem que o Poder Público invista fortemente em políticas sociais para todas as gerações? Concordo plenamente com Beauvoir (1990), que afirma ser impossível uma sociedade justa para os velhos enquanto ela for permeada por injustiças sociais, como a nossa. Goldman (2007) ressalta que o Estatuto do Idoso estabelece prioridade absoluta para os idosos em inúmeras ações, que vão colidir com prioridades de outros segmentos, como o das crianças e adolescentes e o dos portadores de necessidades especiais (p.131).

Diversos autores destacam que os conselhos de direitos do idoso possuem uma característica própria, que os diferencia dos demais, na medida em que idoso, enquanto usuário de direitos, possui assento garantido, conferindo-lhe novas perspectivas para sua participação e autonomia. Contudo, observa-se que, apesar disso, os conselhos Municipais e Estaduais do Idoso ainda são insuficientes para garantirem a representação e reivindicação de lutas de toda a população usuária (ROCHA; GOMES; LIMA FILHO, 2006).

É de suma importância que as pessoas se comprometam com os idosos de nosso país, garantindo-lhes o amparo a partir da família, bem como a partir da sociedade, denunciando em órgãos competentes, especialmente na Polícia Civil e no Ministério Público, todos os casos que se tiver conhecimento de abandono, crimes e maus tratos contra o idoso. Porém, é necessário termos clareza de que a constituição das práticas sociais está relacionada com as identidades construídas através das relações sociais, na qual estão envolvidos tanto os profissionais como os usuários dos serviços sociais prestados.

⁴⁷ Destaca-se a importância dos Conselhos de Direitos, nos quais estabelece-se uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado no processo de formulação, implementação e controle das políticas sociais. Entretanto, evidencia-se a necessidade de haver uma maior reflexão acerca dos mesmos, na medida em que existem algumas questões com relação ao seu papel e sua natureza, ou seja, quanto ao seu caráter consultivo e/ou deliberativo, que precisam ser melhores elucidadas, conforme destaca Gohn (2001, p. 89): “A necessidade de se intervir nesse debate e nas discussões sobre a própria implementação dos conselhos decorre das várias lacunas hoje existentes, tais como: criação de mecanismos que garantam o cumprimento de seu planejamento; instrumentos de responsabilização dos conselheiros por suas resoluções; estabelecimento claro dos limites e das possibilidades decisórias às ações dos conselhos; ampla discussão sobre as restrições orçamentárias e suas origens; existência de uma multiplicidade de conselhos no município, todos criados recentemente, competindo entre si por verbas e espaços políticos; não existência de coordenadas entre eles”.

No que se refere à população idosa, evidencia-se a idéia que mobiliza a sociedade, a partir de um determinado momento histórico, sobre a qual os aspectos culturais exercem forte influência. Desse modo, pensar o idoso como um ser social, tendo-se presente as leis específicas de proteção ao mesmo, constitui um desafio cotidiano, a partir de padrões cultural e socialmente estabelecidos pela sociedade, determinando muitas vezes sua própria identidade.

Assim, destaca-se o grande desafio posto para os Assistentes Sociais e para o próprio Serviço Social, no que se refere à atuação junto a população usuária, e, nesse caso específico, de se considerar que o idoso está inserido em uma sociedade capitalista, que é desigual e onde o discurso de igualdade pressupõe uma desigualdade naturalizada, pelo fato de o mesmo não ser mais socialmente necessário, desqualificando-o como pessoa, como ser social.

Conforme Fernandes (2006), a grande questão posta é a necessidade de serem incluídas todas as diversificadas expressões humanas, pois “não se trata de diferenciar para demarcar divisas de possibilidades e impossibilidades, trata-se de contemplar no mundo social a diversidade da condição humana” (p.6).

Acredito, a partir do exposto, que as obras produzidas sobre a população idosa e seus direitos e características peculiares constituem-se em importantes instrumentos para a análise da atuação do Assistente Social, com vistas a contribuir para a publicização dos direitos dos idosos. Nessa perspectiva, o Capítulo seguinte apresenta breve trajetória do Assistente Social junto a esse público, bem como avalia a produção acadêmica do Serviço Social sobre o envelhecimento na última década⁴⁸.

⁴⁸ O estudo estruturou-se em uma pesquisa documental de cunho exploratório, realizada a partir do levantamento das dissertações e teses do Serviço Social (vide detalhamento das Universidades no Capítulo III), como fontes privilegiadas de análise, fontes estas capazes de fornecer a base necessária à quantificação e identificação das tendências de produção, avanços e possíveis lacunas na área do envelhecimento nas pós-graduações das Universidades públicas do Rio de Janeiro.

3 SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O IDOSO

3.1 Serviço Social e envelhecimento: contexto e perspectivas

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

Guimarães Rosa

O Serviço Social se organiza e se desenvolve através de sua atuação profissional, o que possibilita sua vinculação à realidade enquanto especialização do trabalho. A realização desse trabalho compreende a presença de elementos técnicos, teóricos e políticos, que se constituem como instrumentos de trabalho que possibilitam o direcionamento da ação profissional, o próprio trabalho, tendo como objeto a questão social, que vai resultar em um produto (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Compreender o Serviço Social enquanto trabalho significa reconhecer que os Assistentes Sociais também são trabalhadores que, em geral, vivem no contexto urbano e sofrem todas as conseqüências impostas pelas metamorfoses do mundo do trabalho, expressas através do desemprego estrutural, da redução dos postos de trabalho, da precarização das relações de trabalho, da redução dos direitos, da exigência de um trabalhador polivalente, etc. Tais fatores terminam por interferir no próprio exercício profissional do Assistente Social, que, a partir da lógica do mercado, é redimensionado em decorrência de alterações tanto nas demandas, quanto nos serviços sociais.

No que diz respeito às mudanças nos serviços, a estes é incorporada a lógica da produção capitalista, alterando suas condições, relações de trabalho e formas de sociabilidade. Passam a operar mediações até então concebidas como estranhas ao universo profissional considerado como o de prestação de serviços vinculado à proteção social, e o assistente social, equivocadamente, reconhecido como um profissional liberal sem as devidas contextualizações, ou seja, sem a compreensão de que o profissional é portador de relativa autonomia.

Ao longo de sua história, O Serviço Social experimentou um processo de amadurecimento enquanto profissão, em especial na década de 80, quando passou a incorporar a compreensão de que a profissão

“[...] é uma especialização na divisão sócio-técnica do trabalho, o que [...] significa dizer que o Serviço Social surge no modo de produção capitalista, na idade dos monopólios” (GRANEMANN, 1999,p.155).

É necessário conceber que, em geral, os trabalhadores que executam a profissão de Serviço Social geralmente são mulheres, que sofrem as conseqüências de uma sociedade que ainda as exclui e que as paga baixos salários. Outro fator a ser considerado é que o setor público continua a ser o mercado que mais emprega Assistentes Sociais, sendo que este, cada vez mais, está reduzindo os gastos sociais, pois as transformações operadas nos países capitalistas nos últimos trinta anos, oriundas da crise estrutural do capital, produzem alterações no mundo do trabalho, que se traduzem nas particularidades históricas do Serviço Social, redimensionando as políticas sociais como espaços sócioocupacionais dos assistentes sociais, decorrentes das novas e mais complexas relações entre Estado e sociedade civil,

de onde deriva um novo padrão de enfrentamento da questão social [...] caracterizado pelas medidas focais e paliativas de combate à pobreza, pelo estabelecimento de redes de proteção social, pelo crescimento do terceiro setor e de práticas voluntárias e voluntaristas, tais como a proposta atual da economia solidária e o cooperativismo (GUERRA, 2007,p. 6).

O trabalho nos dias atuais não perdeu sua centralidade, sendo que, dentro do modo de produção capitalista⁴⁹, é através do trabalho não pago, a “mais valia”⁵⁰, que o capitalista consegue acumular capital. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então, tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. Sendo sua base material a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida (ABEPSS/ CEDEPSS, 1996, p.14).

⁴⁹ O capitalismo só surge como modo de produção no século XVI, na Europa, sob a forma de ‘manufatura’. A penetração do capital na esfera da produção se dá basicamente de duas maneiras: uma, de fora para dentro, quando comerciantes começam a assalarar artesãos, desenvolvendo a indústria doméstica; a outra, de dentro para fora, quando certos mestres rompem as limitações corporativas e assalariam um grande número de artífices, deixando de trabalhar diretamente na produção para se transformar em capitalistas propriamente ditos, entregues unicamente às tarefas improdutivas de supervisionar o trabalho alheio, empregar e despedir, comprar e vender, etc [...] a segunda maneira tendeu a revolucionar o processo produtivo: os antigos mestres transformados em capitalistas manufatureiros agrupavam numerosos artesãos sob o mesmo teto, fazendo com que cada um se dedicasse a uma só tarefa, na qual acaba adquirindo grande destreza. Esse avanço na divisão do trabalho dentro da oficina permitiu criar ferramentas especializadas; dezenas de tipos de martelos, de alicates, etc., o que contribuiu para um notável aumento da produtividade do trabalho (SINGER, 2000, p.137).

⁵⁰ Forma específica que assume a exploração sob o capitalismo. Resulta do fato de a força de trabalho produzir mais produtos do que recebe como salário. (GRANEMAN, 1999, p. 157).

É através do trabalho que o homem, na relação com o outro e com a natureza, cria e recria os produtos que são essenciais para satisfazer suas necessidades humanas. Conforme nos informa Bulla (2003), no trabalho, os homens criam determinadas relações entre eles _ relações de produção _ que, juntamente com a capacidade de produzir (forças produtivas), constituem o modo de produção. O nível de desenvolvimento dessas forças produtivas materiais e as relações de produção correspondentes determinam, segundo Marx (1989), os diferentes tipos de sociedade.

Conforme brilhantemente dissertou Ianni (1988), em *Dialética & Capitalismo*, “em essência, o homem é trabalho [...]. Comer, beber, dormir, vestir-se, abrigar-se, reproduzir-se biológica e socialmente são necessidades que o homem precisa atender sempre”(p.47).

As relações de produção modelam, portanto, a estrutura social e a divisão da sociedade em classes. Quando as relações materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes, de forma que

No mundo burguês, as condições de criação material e espiritual são determinadas pela propriedade. O princípio da propriedade privada está presente nas mais diversas relações sociais, da fábrica à igreja, da fazenda à família, do livro ao poema, do teatro ao espetáculo [...]. A rigor, são os próprios sentidos físicos e espirituais do homem que se acham determinados pela propriedade privada. (IANNI, 1988,p.49).

É por meio da compreensão da realidade social em que a profissão está inserida que é possível compreender o “como” e o “em quê” consiste a atuação do Assistente Social. Desse modo, entende-se que a questão social, objeto da atuação profissional, é a base de fundação do Serviço Social na sociedade capitalista, estando ela vinculada a questões estruturais e conjunturais, bem como às formas históricas de seu enfrentamento, que envolvem a ação do capital, do Estado e dos trabalhadores. Desse modo, reforça-se a

[...] importância do estatuto do trabalho fundado em uma visão societária que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que a sustentam. São as relações sociais que fundam a sociedade do capital que também são as geradoras da “questão social” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 5).

É importante ter clareza de que a questão social se expressa de variadas formas, com singularidades próprias e inerentes a determinados momentos

históricos e regiões específicas do país. Contudo, há características que são centrais e indissociáveis para a compreensão da realidade brasileira.

Conforme Yamamoto (2000a), de um modo geral, a questão social é gerada a partir das desigualdades da sociedade capitalista, em que o trabalho é coletivo, porém a apropriação do capital é cada vez mais privada. Este fenômeno cria na sociedade um duplo movimento, pois, ao mesmo tempo em que provoca relações de exclusão da participação e desigualdades, impulsiona a organização de determinados grupos sociais em prol da defesa e luta de seus direitos, configurando-se como resistência a esta realidade vivida.

A dinamicidade desse processo _ a configuração da desigualdade e as respostas encontradas pelos sujeitos a ela _se expressa na sociedade de forma multifacetada através da questão social. Assim, é correto afirmar que a tradição marxista compreende, desde Marx e Engels até os dias atuais, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cujo reverso é o crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das condições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital – o que implica num predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo – promove a exclusão ampliada (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.13).

Guerra (2000) informa que os instrumentais do Serviço Social são compreendidos como os instrumentos e os meios necessários para a atuação profissional, “através dos quais os Assistentes Sociais podem passar da mera intencionalidade (finalidades, teleologia ou prévia ideação) para a efetivação das ações profissionais” (p.5). A supracitada autora alerta para a importância da compreensão de que as ações instrumentais que possibilitam o exercício profissional estão diretamente relacionadas às condições objetivas (a própria realidade) e subjetivas (do profissional) que possibilitam a realização do mesmo.

Cabe ressaltar as demandas exigidas pela própria profissão, pois ao restringir-se à sua dimensão instrumental, o trabalho do Assistente Social não alcança um nível capaz de diferenciar-se de atividades e práticas voluntárias, assistemáticas caritativas e/ou filantrópicas. Destaca-se a *importância do Assistente*

Social possuir plena ciência do significado de seu projeto ético-político, que mantém relação direta com a dimensão teórico-metodológica, sendo que a inserção política precisa ter base ética, pois apenas o engajamento político não garante a priori a base teórica. O profissional precisa estar associado às bases metodológicas para iluminar novas perspectivas de ação para o Serviço Social.

É necessário ao Assistente Social ter clareza sobre seu instrumental técnico-operativo, o que representa um de seus maiores desafios, pois este se configura através da articulação entre as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, constituindo-se como a dinâmica de operacionalização do processo de trabalho.

O Serviço Social vale-se de uma série de elementos que constituem o seu Projeto Ético-Político, que vão desde a criação e materialização de Leis específicas da profissão, que lhe garantem atribuições e competências próprias, às diversas formas de organização da categoria, por meio dos órgãos de orientação e fiscalização do exercício da profissão, como CFESS/CRESS⁵¹, ABEPSS⁵², ou Sindicatos, Associações, entre outros.

No que tange às Leis, destaca-se a Lei de Regulamentação da Profissão⁵³, que discursa de uma maneira geral sobre o exercício profissional, como as atribuições do Assistente Social e a função do CFESS e dos CRESS e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais⁵⁴, que pressupõe normatizações, tendo como princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade das pessoas, a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa da democracia, a defesa da equidade e justiça social, a universalidade, a articulação com movimentos de outras categorias profissionais, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, o pluralismo, a eliminação de todas as formas de preconceito e o exercício do Serviço Social, sem ser discriminado e nem discriminar.

Destaca-se a Lei Orgânica da Assistência Social _ LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência, que é regida pelos princípios da supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade, a autonomia, o direito do cidadão a benefícios e serviços de qualidade, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, bem como a garantia

⁵¹ Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social.

⁵² Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁵³ Lei nº 8.662/9, de 7 de junho de 1993.

⁵⁴ Aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94 e nº 293/94. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993.

da divulgação, de forma ampla, de todos os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, assim como o acesso a recursos oferecidos pelo Poder Público.

Para o exercício da profissão, o Assistente Social também conta com outras Leis que já foram mencionadas anteriormente, como a Política Nacional da Assistência Social, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, bem como as que se destinam a outros segmentos específicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente⁵⁵, o Sistema Único de Saúde, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação⁵⁶, entre outras.

Atrelado à compreensão do referencial teórico, o profissional necessita participar de espaços de estudo, reflexão e decisão política, o que lhe permitirá uma análise mais ampla da Questão Social, bem como das correlações de forças existentes no local onde exerce suas atribuições no cotidiano profissional. Ressalta-se a importância do Assistente Social desenvolver seu exercício profissional junto ao idoso, em parceria com outros profissionais, de outras áreas do conhecimento, para que, em conjunto, possam avaliar problemas, pensar estratégias e propor programas e projetos de forma interdisciplinar. O trabalho em equipe, a partir de uma visão “transdisciplinar ou interdisciplinar da prática social,” torna concreta a idéia de que,

[...] o saber não é posse individual de cada profissão, é heterodoxo, é pleno, é encontro de signos [...] Então, se queremos produzir práticas sociais que tenham a dimensão do coletivo, temos que dialogar com saberes múltiplos, temos que pesquisar e pesquisar com qualidade (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Faz-se de suma importância reforçar-se a necessidade de se pensar o Serviço Social enquanto uma mediação, na medida em que se considera sua constituição como uma particularidade sócio-histórica do Serviço Social, pois, ao mesmo tempo em que o Assistente Social intervém através de sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, atua através de políticas e serviços sociais na realidade, a partir das expressões da questão social.

A compreensão da dimensão sócio-histórica do Serviço Social possibilita a concepção de outra lógica de atuação profissional, abandonando-se práticas psicologizantes e moralizantes que têm por cerne adaptar e controlar os indivíduos,

⁵⁵ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

⁵⁶ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

através da constituição de penalidades e formas de sociabilidade que atendam às exigências do padrão de acumulação capitalista.

Cabe ressaltar que o atendimento à população idosa teve relevância desde os primórdios do serviço social. Conforme Goldman (2007), o caráter caritativo e assistencialista de proteção aos idosos fragilizados, quer seja por questões sócio-econômicas, quer seja por abandono dos familiares, foi se modificando, no decorrer de sua história. Os assistentes sociais comprometidos com as causas sociais, se assumem como agentes políticos de transformação social, ultrapassam a execução das políticas sociais e aliam-se aos movimentos sociais dos usuários na construção de um projeto que lhes garanta o usufruto da cidadania.

Realizo no presente trabalho um movimento de reflexão, análise e proposição de novas alternativas de intervenção profissional, em que constantemente o conhecimento vai sendo reinventado, influenciando na vida das pessoas e no contexto social como um todo.

Conforme Fernandes (2006,p.14), a clareza quanto ao objeto de trabalho, objetivos e finalidade, aliados à perspectiva da historicidade da profissão e dos processos sociais é o que pode conduzir à instrumentalidade na construção das mediações necessárias.

De um modo geral, pode-se caracterizar como produto do trabalho do Assistente Social os efeitos dessa ação nas condições da vida da população usuária, a partir dos serviços prestados, seja pelo poder público, empresas privadas ou organizações não-governamentais.

Podemos afirmar que este significa um dos grandes desafios profissionais para o Assistente Social, que se depara com situações cotidianas que exigem uma resposta rápida e eficiente, que dê conta das demandas que vão surgindo, o que requer do mesmo a capacidade de analisar o contexto sócio-histórico em que está inserido.

Precisamos compreender que prevalece na sociedade o modo de relação capitalista, gerando um processo contínuo de pobreza e reprodução da dominação. Além dos aspectos já mencionados, destaca-se que o Assistente Social necessita olhar para a própria profissão, para poder compreender os avanços e recuos ocorridos ao longo de sua história, que caracterizam sua atuação junto a diversos grupos sociais.

No que tange ao núcleo acadêmico do Serviço Social, Pereira (2007) destaca que o interesse pelo envelhecimento populacional evidencia-se a partir de determinadas iniciativas acadêmicas, tais como:

- Criação de núcleos de estudos sobre o envelhecimento em vários departamentos;
- A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização);
- O estabelecimento de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado); e
- Tratamento analítico do tema em monografias de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado. (p.252).

Entretanto, conforme já exposto na apresentação do presente estudo, ainda não se faz presente nos cursos de Serviço Social brasileiros diretrizes e política de formação profissional especialmente dirigidas ao público idoso, tal como especificadas na Portaria nº 56, datada de 25 de novembro de 2004, pela Secretaria de Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação.

Desse modo, considerando tal problemática, como poderíamos inserir de forma mais efetiva a temática do envelhecimento na pauta do tripé ensino, pesquisa e extensão nos cursos de Serviço Social? Como instigar o interesse da categoria pela sistematização dos dados, das obras produzidas e a interação entre os grupos de pesquisa nacionais e até mesmo internacionais que se dedicam à temática? Tais indagações serão respondidas e servirão como horizonte do que abordarei nas Considerações Finais da Dissertação _ *As contribuições que o balanço da produção acadêmica do Serviço Social podem trazer às pesquisas futuras.*

O Serviço Social, enquanto uma profissão que debruça-se sobre a realidade não apenas para conhecê-la, como também para intervir em suas múltiplas expressões, deve alçar um voo mais amplo rumo às produções acadêmicas voltadas a uma população que envelhece aceleradamente e que, na maioria das vezes, não está preparada nem espiritual, nem materialmente para tal⁵⁷. Para citar um exemplo, o número de brasileiros com mais de 60 anos que desconhecem parcial ou totalmente seus direitos previdenciários é assustador.

Contudo, é importante frisar que, de acordo com Goldman (2007), o campo profissional de atendimento à população idosa é bastante amplo, com tendências de ascensão a curto, médio e longo prazos, devido ao aumento demográfico e às

⁵⁷ Novos padrões de envelhecimento vêm ao encontro do, digamos assim, desejo humano de negar o envelhecimento, pelo menos, diríamos, de uma parte bastante expressiva da população idosa brasileira. E é exatamente neste recente nicho encontrado que a mídia vem delineando alternativas para retratar este novo perfil do idoso como consumidor. Porém, como paradoxo, apresenta-se para a maioria dos idosos brasileiros o decréscimo salarial advindo da entrada na aposentadoria, justamente na fase da vida em que os gastos com medicamentos e serviços privados de saúde tendem a elevar-se em função da idade.

demandas crescentes por produtos e serviços. São importantes, também, ações profissionais na esfera da educação, não apenas para os idosos como para todas as gerações, para que aprendam a conhecer e a respeitar os idosos, para que estabeleçam laços sociais de intercâmbio intergeracionais.

Por isso, pergunto, indago, faço uma verdadeira escavação no presente estudo, tendo por cerne avaliar sobre quem estamos escrevendo, sobre quem estamos pesquisando.

Como nos referimos a eles: velho, idoso, terceira idade? Tais termos possuem diferenças conceituais ou podem ser utilizados indistintamente? Há predominância de uma determinada referência? Com relação às temáticas abordadas, o que essas refletem? Há uma predominância de um ou mais temas?

No próximos itens, visualizaremos a pesquisa propriamente dita, considerando *A produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social: análise das Dissertações e Teses sobre o idoso.*

3.2 A produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social: análise das Dissertações e Teses sobre o idoso

3.2.1 Procedimentos metodológicos

Para uma melhor compreensão acerca do tema desta pesquisa, inicialmente realizei um aprofundamento da análise dos processos sociais relacionados ao envelhecimento, tendo como base um conceito teórico para explicar determinados fenômenos da realidade, que foram pré-definidos anteriormente: o processo de envelhecimento no Brasil e no mundo ; as produções acadêmicas da categoria no que tange ao idoso e os resultados da pesquisa.

Para a realização desta pesquisa de Mestrado, busquei a análise do homem enquanto sujeito inserido numa realidade social “concebida como efetivo espaço de luta de classes” (Cury, 1985:13), constituída através de um processo histórico e contraditório, em constante transformação, que necessita ser desvelada na sua totalidade para que haja apreensão, conhecimento, reflexão e transformação do real.

Nessa perspectiva, a partir das categorias contradição, totalidade, mediação e historicidade, associadas à apreensão do real por meio de coletas de dados e

informações, bem como a compreensão do fenômeno do envelhecimento e de possibilidades de intervenção do Assistente Social junto a essa realidade, foi possível realizar este estudo.

No que tange ao envelhecimento, autores como Goldman (2000) e sua discussão sobre a garantia de direitos, Haddad (2003), Veras (1994), Peixoto (1998), Frutuoso (2000) e sua utilização do termo *terceira idade*, entre outros, fornecem o panorama contemporâneo do envelhecimento e proporcionam grande contribuição teórica, principalmente no que diz respeito à garantia de direitos.

Optei pelos enfoques qualitativo e quantitativo da pesquisa, de forma a qualificar a intervenção do Assistente Social e sua produção acadêmica sobre o idoso, o que foi complementado com dados quantitativos⁵⁸, que permitiram a identificação da quantidade de produções e principais recortes temáticos.

O estudo estruturou-se em uma pesquisa documental de cunho exploratório, realizada a partir do levantamento das dissertações e teses produzidas por três grandes Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro com programas de pós-graduação em Serviço Social consolidados _ UFF, UFRJ e UERJ, como fontes privilegiadas de análise, fontes estas capazes de fornecer a base necessária à quantificação e identificação das tendências de produção, avanços e possíveis lacunas na área do envelhecimento no período delimitado no presente estudo [entre os anos de 2001 e 2009], considerando que

na área social, pesquisas de tipo exploratório têm trazido contribuições muito importantes para a compreensão de questões novas que estão sendo percebidas na realidade concreta, denominados de “temas emergentes”. A pesquisa exploratória permite uma aproximação de tendências que estão ocorrendo na realidade, para as quais não temos ainda conhecimento sistematizado nem bibliografia consolidada. (MARSIGLIA⁵⁹, 2006,p.2).

Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados consistiram de:

- a) levantamento da produção em teses e dissertações⁶⁰;
- b) agrupamento da mesma, a partir de seus recortes temáticos;
- c) Interpretação dos resultados obtidos.

⁵⁸ Os dados quantitativos referem-se aos gráficos elaborados_ presentes no Capítulo III_ e aos utilizados ao longo da Dissertação.

⁵⁹ Retirado de http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf, *Orientações Básicas para a pesquisa*, de Regina Maria Giffoni Marsiglia, 2006.

⁶⁰ Conforme já enfatizado, Universidades UFF, UFRJ e UERJ.

Objetivamente, a hipótese que norteou o estudo, e que será confirmada nos próximos itens, conforme explicitado na *Apresentação* da Dissertação, é a de que a categoria ainda não apropriou-se significativamente da temática, existindo mínimas produções sobre o envelhecimento.

Verifico sobremaneira que o surgimento das leis específicas para o idoso e a visibilidade do aumento da população idosa não foram acompanhadas por estudos do Serviço Social na área.⁶¹ Nos próximos itens, verificaremos essa realidade.

3.2.2 A escolha das Universidades

Para analisar a produção acadêmica do Serviço Social, utilizei como referenciais as produções_ Dissertações e Teses sobre o idoso _ dos programas de pós-graduação em Serviço Social de três principais Universidades públicas do estado do Rio de Janeiro _UFF, UFRJ e UERJ_ devido ao fato de elas possuírem programas consolidados desde 2001, motivo pelo qual analisei as obras no período compreendido entre 2001 e 2009⁶².

Objetivo, centralmente:

- Instigar o interesse do Serviço Social pela temática do envelhecimento;
- Evidenciar a importância da categoria neste debate, que pressupõe a capacidade teórico-metodológica para analisar seus determinantes;
- Trazer à tona as contribuições que o balanço da produção acadêmica do Serviço Social podem trazer às pesquisas futuras no campo do envelhecimento.
- Refletir sobre as temáticas e/ou subtemas mais amplamente abordados (gênero, violência, direitos, entre outros).

3.2.3 Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF⁶³

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense iniciou as suas atividades no segundo semestre de 2002 com o curso de Mestrado Acadêmico em Política Social. A temática envelhecimento

⁶¹ Cabe ressaltar que se faz necessário ampliar o raio de estudo e seria de suma importância considerar em pesquisas futuras a produção da graduação e de revistas e coletâneas.

⁶² Sendo válido ressaltar que o Doutorado é recente na UFF e na UERJ, não havendo teses produzidas sobre o envelhecimento.

⁶³ Campus Gragoatá, Niterói. Em primeiro lugar, devo elogiar o acervo digital da UFF, através do qual pude acessar com praticidade as Dissertações já produzidas.

encontra-se inserida na linha de pesquisa⁶⁴ denominada *Sistema de Proteção Social: regimes, história e sujeitos sociais*, embora a linha *Serviço Social, Avaliação e Gestão de Políticas Sociais* possua tópicos em comum com a temática.

Ao todo, entre os anos de 2002 e 2009 o acervo digital do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF contabilizou 60 Dissertações; contudo, visualizam-se 59 obras. Das 59 obras disponibilizadas, encontramos as seguintes temáticas⁶⁵

Tabela 4

Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF (Mestrado)

<i>Temas abordados</i>	<i>Quantidade de obras produzidas</i>
<i>Gênero</i>	11
<i>Etnia</i>	8
<i>Infância e adolescência</i>	14
<i>Política Social</i>	14
<i>Saúde/Saúde mental</i>	6
<i>Envelhecimento</i>	2
<i>Cultura</i>	3
<i>Responsabilidade Social</i>	1

Fonte: Elaboração própria

Os temas mais amplamente abordados referem-se às políticas sociais, infância/adolescência e gênero. Por sua vez, os mais desprestigiados no que tange à quantidade de elaborações, abordam temáticas relativas à cultura, envelhecimento e responsabilidade social, respectivamente.

64

As pesquisas que compõem essa linha se caracterizam por inventariar e examinar teoricamente, por exemplo, práticas sociais em curso sobre mulheres, homossexualidades, saúde reprodutiva, crianças e adolescentes, populações negras, violência e terceira idade no interior dos sistemas de proteção social. Tais pesquisas organizam-se buscando a articulação entre as dimensões primária e secundária nos termos que Robert Castel aborda esta discussão. Do ponto de vista metodológico vale salientar que entre os esforços dessa linha de pesquisa encontra-se a superação da clássica polarização das relações de classe, gênero e etnia, etc. Por reconhecer que os processos culturais contemporâneos se atualizam na dialética da estrutura x evento e considerando as evidências de circularidade cultural nos padrões de proteção social, boa parte das pesquisas que a compõem têm adotado a perspectiva da longa duração histórica. Tal preocupação, ao seu turno, nos coloca de frente com inúmeras questões teórico-metodológicas envolvidas no campo de estudo das representações sociais na medida em que a formatação da proteção social é também resultante daquilo que uma dada sociedade pensa e discursa sobre ela. Fonte: <http://ww.uff.br/politicassocial>. Acesso: 03/11/2009.

65

Vide Gráfico nº 5.

As duas únicas dissertações produzidas no Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade Federal Fluminense _ UFF sobre envelhecimento foram as intituladas *Os 147% em questão: identidades, memórias e politização* e *Saídas, invenções e poderes : estudos sobre velhices de mulheres*, produzida pela então mestranda Roberta Mercadante Santos.

Os 147% em questão: identidades, memórias e politização trata-se de um trabalho que examina o movimento dos aposentados no Estado do Rio de Janeiro, a partir da mobilização para conquista do reajuste de 147%. Aborda questões como capital social, empoderamento/empowerment, identidades, memórias e imagens veiculadas pela mídia, na politização do movimento. O estudo parte das memórias narradas em depoimentos de algumas lideranças nas décadas de 1991 e 1992, período no qual ocorreu a referida mobilização⁶⁶.

Já *Saídas, invenções e poderes : estudos sobre velhices de mulheres*⁶⁷ traz como diferencial a perspectiva de Roberta Mecedante Santos, a partir de sua experiência como estagiária de psicologia no Projeto de Valorização do Envelhecer (PROVE), projeto que integra o Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu argumento diz respeito às *saídas* das mulheres idosas para o espaço público, em especial os centros de convivência para idosos. Essas *saídas* sugerem transformações nos modos de viver a velhice, pois rompem com uma programação de sociabilidades e comportamentos que tendem a confinar os idosos em esferas privadas, recriando estruturas protecionistas tradicionais. As experiências de *saída* dessas mulheres parecem produzir transformações nas relações sociais, incluindo as de gênero.⁶⁸ A ocupação desses novos

lugares possivelmente permite o exercício de novos poderes, expressando formas de *empoderamento* de mulheres.

Como este programa incorporou há pouco tempo o curso de doutorado (2009), ainda não existem teses disponíveis.

⁶⁶ HALVARENGA, M.C.V.B.H. *Os 147% em questão: identidades, memórias e politização*. 2006. Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense _UFF.

⁶⁷ SANTOS, R.M. *Saídas, invenções e poderes : estudos sobre velhices de mulheres*. 2005. Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense _UFF.

⁶⁸ A autora apropria-se da noção de saída das mulheres associada à tomada de consciência de gênero de Perrot (1991) para pensar as experiências vividas, atualmente, pelas idosas. Ver: PERROT, M. "Sair". *História das Mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1991: 503.

3.2.4 Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ ⁶⁹

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS/UFRJ) foi criado em 1976 e reestruturado em 1987, oferecendo inicialmente o nível de Mestrado e, desde 1995, também o nível de Doutorado. Nos últimos anos, o Programa firmou convênios internacionais com congêneres latino-americanos e europeus e tem colaborado na implantação de programas similares em outras universidades brasileiras.

Das 64 Dissertações disponibilizadas nos sites da pós-graduação, encontramos as seguintes temáticas abordadas:

Tabela 5

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (Mestrado)

Temas abordados	Quantidade de obras produzidas
<i>Gênero</i>	3
<i>Etnia</i>	1
<i>Infância e adolescência</i>	2
<i>Política Social</i>	12
<i>Saúde/Saúde mental</i>	3
<i>Envelhecimento</i>	3
<i>Cultura</i>	16
<i>Responsabilidade Social</i>	6
<i>Trabalho</i>	8
<i>Sociedade Civil</i>	3
<i>Serviço Social</i>	7

Fonte: Elaboração própria

⁶⁹

Devo inicialmente ressaltar que existem divergências entre os trabalhos que constam no site da pós-graduação e os que constam no site *Minerva* que reúne a documentação, dissertações e teses da UFRJ. O site da pós-graduação contabiliza 3 Teses entre 2006 e 2008 e 2 Dissertações também entre 2006 e 2008. Já o site *Minerva* que reúne trabalhos desde o ano de 2001 não menciona nenhuma Tese e acrescenta 1 dissertação, totalizando 3 Dissertações. Com isso, optei por realizar um cruzamento de dados que possibilitasse contemplar a totalidade das informações.

A linha de pesquisa *Cultura e movimentos sociais* concentra a temática envelhecimento, abordada pelas professoras Myriam Moraes Lins de Barros – Doutora em Antropologia Social, com ênfase em Antropologia urbana, Família, Relações intergeracionais, Velhice e Juventude – e Sara Nigri Goldman – Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais, com ênfase em Envelhecimento e exclusão digital, Família e Políticas sociais.

Três são as Dissertações que abordam a temática do envelhecimento:

- *Família, pobreza e velhice: uma análise dos impactos da política de assistência social_Benefício de Prestação Continuada_destinada ao segmento idoso no município do Rio de Janeiro*⁷⁰, um trabalho que objetivou investigar as categorias família, pobreza e velhice por meio dos impactos da política de assistência social destinada ao segmento idoso no município do Rio de Janeiro, abordando as mudanças de ordem qualitativa ocorridas no cotidiano dos idosos que recebem recursos públicos, sobretudo os beneficiários do BPC (Benefício da Prestação Continuada), e suas famílias, em comparação com os idosos não beneficiários e suas famílias, com o intuito de analisar as modificações do papel do idoso no interior do grupo familiar;
- *Representações sociais de velhice, cegueira e direitos sociais em Instituições especializadas em deficiência visual*⁷¹, que consiste em um levantamento sobre as representações sociais de velhice, cegueira e direitos sociais em instituições especializadas, investigando as possíveis relações entre essas representações com os movimentos de reivindicação e cumprimento dos direitos sociais dos grupos de idosos e/ou deficientes;
- *“Novas Cenas” para a velhice: um estudo sociodemográfico sobre pessoas idosas responsáveis por domicílios familiares, em Belém-PA*⁷², que analisa interseções de família e velhice no contexto urbano brasileiro, particularmente em Belém-PA, através de indicadores sociais do Censo Demográfico 2000.

⁷⁰ GIONGO, G.P. *Família, pobreza e velhice: uma análise dos impactos da política de assistência social_Benefício de Prestação Continuada_destinada ao segmento idoso no município do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Dissertação, 2007.

⁷¹ PAULINO, L.F. *Representações sociais de velhice, cegueira e direitos sociais em Instituições especializadas em deficiência visual*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Dissertação, 2007.

⁷² MACHADO, S.S.L. *“Novas Cenas” para a velhice: um estudo sociodemográfico sobre pessoas idosas responsáveis por domicílios familiares, em Belém-PA*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Dissertação, 2004.

No que tange às Teses elaboradas, novamente realizei o cruzamento de dados por haver divergências. Com isso, contabilizei 60 Teses elaboradas entre 2001 e 2009, aqui relacionadas por temáticas:

Tabela 6

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (Doutorado)

Temas abordados	Quantidade de obras produzidas
<i>Gênero</i>	4
<i>Infância e adolescência</i>	1
<i>Política Social</i>	11
<i>Saúde/Saúde mental</i>	3
<i>Envelhecimento</i>	3
<i>Cultura</i>	23
<i>Responsabilidade Social</i>	1
<i>Trabalho</i>	5
<i>Sociedade Civil</i>	4
<i>Serviço Social</i>	5

Fonte: Elaboração própria

Dentre as Teses, 3 delas, quantidade semelhante às Dissertações, abordam a temática do envelhecimento:

- *Procura de sentidos na integralidade na área da saúde do idoso de Juiz de Fora: encontro com potencialidades*⁷³, que aborda a relação entre saúde, integralidade das ações e envelhecimento na cidade de Juiz de Fora;

⁷³ ARBEX, S.H. *Procura de sentidos na integralidade na área da saúde do idoso de Juiz de Fora: encontro com potencialidades*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Tese, 2006.

- *Memórias de velhos trabalhadores aposentados: estudo sobre geração, identidade e cultura*⁷⁴, uma abordagem biográfica feita através de memórias e narrativas de histórias de vida presentes nas narrativas de um grupo de velhos aposentados moradores de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira — idosos entre 75 e 88 anos — que reconstrói sua experiência sócio-cultural;
- *O legado das avós e os bens do cuidado. Estudo sobre a família, gerações e redes sociais em bairro popular de Belém/PA*⁷⁵, defendida em agosto de 2008, que sugere uma nova maneira de entendermos a família, que pode ser composta por famílias extensas em que três ou mais gerações coabitam o mesmo espaço domiciliar, e não apenas pelo modelo tradicional nuclear composto por pai, mãe e filho.

3.2.5 Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ

A UERJ iniciou seu programa de Pós-graduação com o curso de Mestrado em 1999. Já o curso de Doutorado iniciou-se no ano de 2005. Ao inverso dos programas de pós-graduação analisados anteriormente_ UFF e UFRJ, a UERJ _ Universidade do Estado do Rio de Janeiro_ não conta com acervo digital⁷⁶, o que dificulta o acesso às obras. A análise do acervo⁷⁷ foi realizada no CEDOM⁷⁸ _ Centro de Documentação da Faculdade de Serviço Social_ que também reúne os TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação) e coletâneas da categoria.

Dentre as temáticas mais abordadas pelos mestrandos, evidencia-se na UERJ a preferência pela discussão do Trabalho, com 13 produções, e Infância/adolescência, também com 13 produções. Dentre os mais desprestigiados, figura novamente o Envelhecimento, com 3 Dissertações, perdendo em quantidade

⁷⁴ DELGADO, J.A. *Memórias de velhos trabalhadores aposentados: estudo sobre geração, identidade e cultura*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Tese ,2007.

⁷⁵ MACHADO,S.S.L. *O legado das avós e os bens do cuidado. Estudo sobre a família, gerações e redes sociais em bairro popular de Belém/PA*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Tese ,2008.

⁷⁶ Embora encontremos disponibilizadas no site http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php 16 de suas Dissertações, sendo 1 delas a da então mestranda Hebréia. Acesso: dezembro de 2009.

⁷⁷ Vide Anexos com a relação das Dissertações.

⁷⁸ Faculdade de Serviço Social _ Centro de Ciências Sociais _Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier no. 524, Bloco D, 9o. andar, CEDOM,Maracanã _ Rio de Janeiro _ RJ. Horário de funcionamento: 16h às 19h. Importante frisar que não há teses disponibilizadas no CEDOM até o momento,apesar de existirem teses defendidas.

apenas para os temas Gênero, com 2 produções, e Etnia e Fundo Público, com apenas 1 Dissertação cada.

Tabela 7

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ (Mestrado)

Temas abordados	Quantidade de obras produzidas
<i>Gênero</i>	2
<i>Etnia</i>	1
<i>Infância e adolescência</i>	13
<i>Política Social</i>	8
<i>Saúde/Saúde mental</i>	5
<i>Envelhecimento</i>	3
<i>Cultura</i>	3
<i>Responsabilidade Social</i>	6
<i>Trabalho</i>	13
<i>Família</i>	3
<i>Serviço Social</i>	11
<i>Fundo Público</i>	1
<i>Mov. Sociais</i>	3

Fonte: Elaboração própria

Desse modo, desde o ano de 2001 (conforme relação que encontra-se em *Anexos*), das 72 Dissertações produzidas, relaciono as três referentes ao Envelhecimento⁷⁹:

- *Desafio da vida: trabalho, velhice e memória*⁸⁰, que aborda essencialmente o envelhecimento da classe trabalhadora, na luta pela concretização dos direitos sociais, que sofrem o impacto das desigualdades sociais engendradas pela sociedade capitalista;

⁷⁹ Importante frisar que o único programa que aborda o envelhecimento é o da Prof^a Dr^a Dayse de Paula Marques da Silva_Programa de Estudos de Gênero, geração e etnia.

⁸⁰ COSTA, H.M.B. da. *Desafio da vida: trabalho, velhice e memória*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UERJ: Dissertação,2008.

- *Saúde e lazer: impasses na conquista da cidadania do idoso*⁸¹ (obra não disponibilizada);
- *Os Caminhos e descaminhos do trabalho na 3ª idade: espaço para pensar a dialética entre necessidade e liberdade*⁸², que trata do retorno do idoso aposentado ao mercado de trabalho, baseado na hipótese de que o sentido atribuído ao trabalho deriva de sentimentos expressos na tênue relação entre a necessidade econômica e a liberdade para retomar a vida laboral.

3.2.6 Análise dos resultados

Inicialmente, faço a opção por destacar a importância de garantir ao pesquisador a praticidade no acesso aos dados e de se assegurar que estes sejam dados corretos, fidedignos, já que trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório.

Assim, acredito que dois dos programas de pós-graduação analisados _ UFRJ e UERJ_ deixam a desejar no que tange à publicização dos trabalhos produzidos. A UFRJ, apesar de possuir um acervo digital independente (o *Minerva*, já citado anteriormente), apresenta lacunas e divergências com a página da pós-graduação, que por sua vez expõe apenas trabalhos entre os anos de 2006 e 2008. Assim, foi a partir do cruzamento de dados entre os dois *sítes* que pude ter acesso às obras e confeccionar os gráficos. A UERJ, por sua vez, não conta com um acervo digital e apenas 16 de suas 72 Dissertações podem ser visualizadas no *site* que encontra-se nesse rodapé⁸³.

Com isso, ressalto a importância da Tecnologia de Informação _TI. Conforme Veloso (2009)⁸⁴,

O potencial estratégico da TI consiste no aprofundamento de uma dimensão que já vem sendo considerada estratégica para o Serviço Social: a competência crítica nas suas dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa, no âmbito da “direção social estratégica” (Netto, 1996, p.116) assumida pelo Serviço Social. A TI é concebida como uma das formas disponíveis para potencializar e instrumentalizar o trabalho profissional no sentido de avançar na luta pela defesa de direitos, pela

⁸¹ LIMA, M.S.A. *Saúde e lazer: impasses na conquista da cidadania do idoso*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UERJ: Dissertação,2006.

⁸² SOUZA, D.C. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UERJ: Dissertação,2006.

⁸³ Vide http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php.

⁸⁴ Para visualizar o texto na íntegra e aprofundar-se no tema, acesse <http://renato-veloso.blogspot.com/2009/05/topicos-em-tecnologia-texto-3.html>. Acesso: janeiro de 2010.

ampliação e consolidação da cidadania, e pelo aprofundamento da democracia, demandando, neste sentido, uma utilização marcada pela competência crítica, e não apenas técnica. Pensar a incorporação da TI ao trabalho do(a) assistente social supõe a possibilidade de mudanças qualitativas geradas, por exemplo, pela redução da demanda por trabalho manual e mecânico e pelo aumento, por outro lado, da exigência de trabalho intelectual, já que o uso do recurso tecnológico, na concepção aqui defendida, supõe cada vez mais esforço intelectual para apropriar-se das possibilidades nele contidas. Tais mudanças podem ser potencializadas se forem acompanhadas de maiores investimentos em formação e qualificação profissionais, com vistas a estimular e aprimorar as competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política necessárias ao trabalho.

Aliás, é importante frisar que cada programa de pós-graduação possui características próprias, a começar pelas temáticas abordadas pelos mestrandos/doutorandos; Na UFRJ, há grande predominância de trabalhos sobre Política Social _ 11 Teses e 12 Dissertações_ e Cultura, com 22 Teses e 16 Dissertações, ao contrário do que ocorre com a UERJ, cujos temas privilegiados são a Infância/adolescência e o Trabalho, ambos com 13 produções. Já na UFF, por se tratar de um programa voltado à Política Social, há a predominância desta temática.

No que tange às produções relativas ao *envelhecimento*, confirmo que, infelizmente, minha hipótese inicial estava correta: são ínfimas as abordagens sobre o envelhecimento, se comparadas, por exemplo, ao que já foi produzido sobre a infância/adolescência. E mais: constatei ter havido um decréscimo de produções, tanto na UERJ quanto na UFF: se em 2006 duas Dissertações da UERJ abordaram a temática, apenas em 2008 houve uma retomada da mesma; já na UFF, o tema só foi abordado por duas vezes _ nos anos de 2005 e 2006 _ não havendo mais registros. Na UFRJ a realidade é um pouco diferente, registrando 3 Dissertações e 3 Teses entre os anos de 2004 e 2008, praticamente 1 trabalho apresentado por ano. No *gráfico 9*, podemos visualizar as temáticas abordadas pelos mestrandos/doutorandos em relação ao envelhecimento.

Tabela 8

Temáticas abordadas nas Teses e Dissertações sobre Envelhecimento nas três universidades

<i>Temáticas abordadas</i>	<i>Quantidade de obras produzidas</i>
-----------------------------------	--

<i>Gênero</i>	2
<i>Trabalho</i>	3
<i>Política Social</i>	2
<i>Saúde</i>	2
<i>Mov.Sociais</i>	2

Fonte: Elaboração própria

Podemos visualizar que houve uma leve predominância de trabalhos que abordaram a temática do *trabalho_ com 3 trabalhos*, embora os outros assuntos tenham mantido equivalência, com 2 produções cada.

Por tratar-se de uma profissão que tem uma profunda relação com a garantia dos direitos, o Serviço Social deve primar por uma presença essencial na temática do envelhecimento, analisando criticamente as implicações deste fenômeno, que por sua vez não é unívoco. Por isso, ressalto o caráter positivo em ter encontrado 2 obras que tivessem como foco os *Movimentos Sociais* e 2 que consideraram as *Políticas Sociais* [citadas anteriormente]. Afinal, falar de envelhecimento não é apenas tratar de um processo biológico a que todos estamos submetidos desde o nascimento: é, antes, discorrer sobre um fenômeno que envolve amplos setores da sociedade e que reflete os avanços e desafios de uma e/ou de várias épocas; significa refletirmos sobre que tipo de envelhecimento queremos ou estamos [estaremos] vivendo.

Igualmente importantes, as temáticas *gênero* e *saúde*, com 2 obras cada, evidenciam questões relevantes, respectivamente: o fato de a maior parte da população idosa brasileira ser composta por mulheres (como vimos nos Capítulos anteriores) e a necessidade de evidenciar-se a importância de relacionarmos a *saúde* e o envelhecimento.

É preciso que o Serviço Social atualize seu arsenal crítico, considerando que ao mesmo tempo em que se assiste a um acelerado processo de envelhecimento, jamais visto em outro período da história, vivemos sob a égide de um modelo socioeconômico de dimensões globais_ o modelo neoliberal_ que instaurou um retrocesso social dramático (LAURELL, 1997), marcado pelo empobrecimento generalizado dos trabalhadores concomitante à redução dos gastos com o social.

Nos próximos itens, analisarei os temas abordados nas Dissertações e Teses nas três Universidades, ressaltando os principais recortes temáticos utilizados⁸⁵.

3.2.6.1 Terminologias utilizadas nas Dissertações e Teses

Mas, como as autoras das Dissertações e Teses consideram seu objeto de estudo: Velho? Idoso? “Terceira Idade”? Quais as nomenclaturas mais utilizadas? Tais nomenclaturas refletem uma opção estilística ou uma concepção conceitual?

Considerando esse aspecto, observei a heterogeneidade das abordagens: variam desde as que não fazem distinção entre os termos, ou seja, utilizando-os ao longo dos trabalhos indistintamente, até as que encontram no termo *velho* a força para a sua abordagem, cujo caminho para a análise é o da crítica marxiana da sociedade burguesa.⁸⁶

Falar sobre a velhice no Brasil não é uma tarefa fácil, ao contrário: suscita polêmicas e percepções contraditórias. A denúncia das más condições de vida e do pesadelo que geralmente vivenciam após a aposentadoria⁸⁷ foram fundamentais para a transformação do idoso em um atuante político, tornando a sociedade brasileira, ao menos em tese, mais sensível aos problemas relacionados com o envelhecimento e com a aposentadoria. Entretanto, mais precisamente na atualidade, o idoso divulgado pelos meios de comunicação é um ser ativo, lúcido, participante, pronto para viver um dos momentos “mais felizes” de sua vida e realizar sonhos que não pôde concretizar na juventude.

A diversidade de situações dos idosos no país, que as pesquisas retrataram com muita sensibilidade, e o fato de os idosos publicamente visíveis não serem os mais carentes criam um impasse para os gerontólogos e profissionais que atuam na área. Trata-se de propor ações que beneficiem os mais fragilizados, mas não é esse o perfil dos velhos que essas ações mobilizam e que ganha visibilidade na mídia.

⁸⁵ Para tal, realizei a leitura das produções. Importante ressaltar que meu objetivo não será o de fazer distinções entre as perspectivas teóricas utilizadas, até mesmo por nosso Código de ética garantir como um de seus princípios fundamentais “o pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.” (CRESS,2006).

⁸⁶ COSTA, H.M.B. da. *Desafio da vida: trabalho, velhice e memória*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UERJ: Dissertação,2008.

⁸⁷ Salientando aqui os baixos valores atribuídos aos aposentados.

Ariano Suassuna⁸⁸, em entrevista realizada no ano de 2006, deixou bem claro que, para ele, o termo *terceira idade* é inconveniente:

Primeiro, está errado. As idades não são três, são cinco: infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice. Se as pessoas dizem que só existem três idades é porque estão comparando com as frutas; aí, só tem três opções: verde, madura e podre⁸⁹.

E acrescenta:

Não me incomoda que me chamem de velho, porque se tem uma coisa de que eu me orgulho é da idade a que eu cheguei. Para mim isso é uma façanha, chegar aos 79 anos e ainda bem humorado. Não é pra qualquer um não! (Idem).

Aproveitando esta ilustrativa opinião de Suassuna, temos o gancho que propicia o início da seguinte reflexão: várias são as terminologias utilizadas para designar o indivíduo em processo de envelhecimento: velho, idoso, terceira idade, velhote, ancião, entre outros.

De acordo com Peixoto (1998), em relação aos termos classificatórios, na França do século XIX, o termo velhice caracterizava, essencialmente, as pessoas que não podiam assegurar seu futuro financeiro, designando-se, mais precisamente, como velho, "vieux", ou velhote "vieillard", os indivíduos que não tinham status social, enquanto idoso traduzia-se "personne âgée", ou seja, aqueles que viviam socialmente bem.

Considerando-se o século XVIII, entretanto, a palavra velhice não possuía conotação pejorativa, sendo empregada para designar aqueles que dispunham de bom poder aquisitivo e cuja imagem se associava a características como "bom pai" ou "bom cidadão". Constata -se, desse modo, que a velhice daquele tempo só existia para aqueles que integravam as camadas mais ricas da sociedade e que podiam vender sua força de trabalho.

Peixoto (1998) acrescenta, afirmando que, com o aparecimento de novas políticas sociais e mudanças na estrutura social, esses termos sofrem modificações, voltando-se um novo olhar para a pessoa em processo de envelhecimento. Neste sentido, para redefinir o papel social do idoso, a expressão contemporânea usada é "Terceira Idade", uma nova construção social referida entre a vida adulta e a velhice,

⁸⁸ Ariano Suassuna é um dos mais importantes dramaturgos brasileiros, autor do célebre *Auto da Compadecida* e do romance *A pedra o Reino*.

⁸⁹ Entrevista concedida ao site <http://www.iesb.br/moduloonline/napratica>, publicada em 09/10/2006. Acesso: 13/03/2009.

terminologia esta que vem sendo utilizada para designar um envelhecimento ativo e independente.

De acordo com Frutuoso (2000), “a Terceira Idade, termo criado na França nos anos 60, designa pessoas aposentadas, com boa qualidade de vida, que se sentem em condições de autonomia e cuidam de sua própria vida.” (p.89). Para a autora, este termo é uma denominação que já está sendo universalizada. Desse modo, a autora enfatiza que Terceira Idade

é só um nome, pode ser: idoso, 3ª Idade, veterano, de mais idade(...). Independente do nome que se dê, cada idade precisa ser estudada e como a 3ª Idade foi a novidade surgida na segunda metade do século XX, ainda há muito o que pesquisar e aprender.” (op.cit.90).

No entanto, é importante frisar que alguns autores discordam da utilização corrente desse termo. Para Alves Jr. (2000),

a terceira idade é uma invenção social nem um pouco ingênua quanto aparentemente deixa transparecer e estamos totalmente de acordo com aqueles que vêm alertando o preconceito e a fórmula simplista, que divide a vida em períodos estanques de três ou mesmo de quatro blocos monolíticos. Mais presente na Europa, temos atualmente o último exemplo, a *quarta idade*, que caracteriza aqueles com mais de 75 anos, e que têm certo grau de dependência. Estas fórmulas que são muito bem gerenciadas por políticos inescrupulosos e aproveitadores de ocasião geralmente procuram homogeneizar a velhice, camuflando as injustiças sociais às quais é acometida grande parte da população. (p. 108).

Sobre esta discussão, Goldman(2000) afirma que a complexidade do objeto manifesta-se de imediato com a denominação do fenômeno estudado. Em relação ao indivíduo que envelhece, são freqüentes as dúvidas quanto à utilização do termo mais adequado. Conforme opinião da autora,

importa mais que a rotulação, a superação do estigma a que os idosos são submetidos e a significação na trajetória de suas vidas na busca do espaço de construção de suas cidadanias enquanto sujeitos históricos. Apropriar-nos-emos indistintamente das diversas nomenclaturas por entendermos superficial e inócua a discussão semântica (p.13).

Desse modo, através da discussão conceitual e semântica que os termos designativos do envelhecimento suscitam, proponho e julgo de suma importância a análise dessa problemática, considerando sobremaneira a(s) perspectiva(s) teórica(s) assumida(s) pela categoria, como forma de apreendermos como o “idoso”, “velho” ou “terceira idade” vem sendo considerado pelo Serviço Social.

Particularmente, eu considero que o próprio idoso [velho, ancião, Terceira Idade, como queira], pelo contato que eu tenho na UnATI e inclusive pela pesquisa

que efetuei em meu Trabalho de Conclusão de Curso⁹⁰, muitas vezes não faz distinção entre os termos, optando geralmente por preferir ser chamado por aquele termo que lhe causa menos estranheza; contudo, para fins de análise teórica, acredito que o termo *velho* traz em si toda a carga emocional e de trabalho vivenciada ao longo dos anos e o julgo muito apropriado no que se refere à realidade que vivenciamos na sociedade capitalista, que a partir da exaustão do trabalhador cria e recria seus ciclos de geração de riqueza, cada vez menos compartilhada socialmente.

Entretanto, encerro este item ressaltando a qualidade dos trabalhos analisados, estimando que os alunos das pós-graduações, mestrandos e doutorandos, produzam mais sobre o envelhecimento, que carece de estudos e tem múltiplas facetas a serem abordadas.

3.2.6.2. Trabalho e envelhecimento

As mestrandas/doutorandas que optaram por tratar do recorte trabalho/envelhecimento foram unânimes, apesar das particularidades relativas ao enfoque teórico, em considerar que após anos de atividades na produção de bens e serviços o trabalhador vivencia uma nova fase da vida como aposentado [o que não o impede de continuar trabalhando] e, paradoxalmente, o aposentado, que sempre sonhou com a possibilidade de dispor de seu tempo, não consegue, muitas vezes, agora viver sem o trabalho assalariado rígido e controlador que o anulou como sujeito; nesse sentido, as autoras atribuíram à memória um papel fundamental para que possamos entender o valor/sentido que os idosos atribuem ao trabalho.

O trabalhador assalariado, durante seu processo de desenvolvimento, internalizou a ideologia dominante da sociedade construindo o entendimento de trabalho produtivo como algo restrito ao modelo fabril. O trabalho que o referenciou durante longos anos de sua vida _ mesmo sendo, na maioria das vezes, um trabalho repetitivo, sem sentido e fragmentado – apresenta-se, com a aposentadoria, como uma ruptura nos seus laços com a sociedade produtiva, devido ao fato de o homem,

⁹⁰ “Capacitação Profissional na Terceira Idade: a percepção de idosos da UnATI/UERJ” _ apresentado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 15 de Agosto de 2007 _ uma pesquisa qualitativa realizada com idosos integrantes do Curso de Capacitação Profissional para a Terceira Idade, inscritos no período 2007-1.

na sociedade moderna, ser reconhecido pela sua aptidão de produzir e ser valorizado pela sua capacidade de consumir.

O autor Ricardo Antunes, ao analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1980, afirma que intensas modificações afetam os trabalhadores não apenas materialmente, mas sobretudo subjetivamente.⁹¹

No Japão, em período que antecedeu à atual reestruturação produtiva que tem por alvo a modernização da empresa, os trabalhadores mais experientes ocupavam um lugar especial, pautando sua vida pela lealdade à empresa e recebendo em troca bons salários e estabilidade no emprego, com manutenção preventiva da saúde. Mas, no Brasil, essa realidade é semelhante? Infelizmente não, vide o fato que a maioria da população ainda conta escasso acesso aos direitos básicos previstos na Constituição de 1988 e, no caso dos idosos, a valorização de sua experiência e tempo dedicados ao trabalho ainda faz parte de uma realidade distante. Aposentam-se, em muitos casos, com problemas crônicos de saúde já instalados e com pouco potencial laborativo a ser explorado pelo mercado⁹².

Saúde e o trabalho são direitos sociais garantidos constitucionalmente. A Constituição de 1988 dispõe, em seu art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. O direito do trabalhador à saúde inclui a prevenção de doenças, o tratamento de doenças já instaladas e a reabilitação do trabalhador que já teve sua saúde afetada. A Lei Orgânica Nacional de Saúde, Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que define a saúde do trabalhador como

um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à proteção e saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores, submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...]

Considerando ainda a vinculação entre a valorização social do trabalho e o papel do trabalho na construção da identidade do trabalhador, objeto central das ponderações aqui apresentadas, cabe observar que trabalho e tarefa não significam a mesma coisa. A atividade humana que cria a identidade pessoal e social é o trabalho que tem um significado para quem o realiza, não o trabalho que se resume

⁹¹ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, p. 15.

⁹² Aqui utilizo como referência central o estudo de COSTA, H.M.B. da. *Desafio da vida: trabalho, velhice e memória*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UERJ: Dissertação, 2008.

na execução de “tarefas” mecânicas e sem sentido.

Reconhecer o papel do trabalho na construção da identidade do ser humano implica afirmar que o trabalho muitas vezes realiza-se com sofrimento nos casos onde ocorre a exploração do trabalhador, com precarização das condições de trabalho, com prolongamento exaustivo de jornada, em condições inadequadas para preservação da saúde e da segurança do trabalhador, em ambiente de forte pressão para aumentar a produção sob ameaça de demissão. O trabalho significará também alienação, quando a mão-de-obra for considerada simples mercadoria, descartável e substituível a qualquer momento por outra menos onerosa. Nesse caso, não há reconhecimento do valor do trabalho, que passa a ser uma atividade sem sentido para quem a realiza.

A falta de reconhecimento do valor econômico e social do trabalho impede a realização pessoal do trabalhador. Se sua atividade profissional não é considerada útil, ou se a ela é considerada útil, mas não necessariamente a pessoa que a realiza, o trabalhador perde a referência, e não consegue ver sentido em suas atividades.

Considero, por fim, que a necessidade de valorização social do trabalho é um desdobramento da própria personalidade humana, que busca um sentido naquilo que faz para além do “fazer” imediato.

Assim, considerando os três estudos que abordaram o recorte *trabalho e envelhecimento*, percebo que para além dos enfoques teóricos diversos, houve uma preocupação por parte das autoras em retratar a realidade supracitada, ou seja, a de que o idoso que trabalhou, continua a trabalhar ou que pretende retornar ao mercado de trabalho enfrenta a contraditória relação prazer/necessidade. Prazer, quando associado à realização pessoal e a todos os fatores a ela associados; necessidade, quando percebe-se premido a exercer uma atividade isenta de sentido, alienante, tendo como objetivo a complementação da renda após a aposentadoria.

3.2.6 3. Saúde e envelhecimento

Os trabalhos que abordaram a relação saúde/envelhecimento consideraram, sobremaneira, dois aspectos cruciais: integralidade do acesso à saúde e à

cidadania⁹³. O aumento dos idosos na população implica, em termos de utilização dos serviços de saúde, um maior número de problemas de longa duração, que freqüentemente exigem intervenções custosas, envolvendo tecnologia complexa para um cuidado adequado. É válido salientar que, em menos de 40 anos, o Brasil passou de um perfil de mortalidade típico de uma população jovem para um quadro caracterizado por enfermidades complexas e onerosas, próprias das faixas etárias mais avançadas. Tal fato acarreta crescimento das despesas com tratamentos médicos e hospitalares, ao mesmo tempo em que apresenta um desafio para as autoridades sanitárias, especialmente no que tange à implantação de novos modelos e métodos de planejamento, gerência e prestação de cuidados (Veras, 2003).

A Constituição Brasileira incorpora uma concepção ampliada de saúde, entendida como direito de cidadania: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Art. 196).

A Lei Orgânica da Saúde (8080/90) no seu art 7º explicita, dentre seus princípios, o caráter integral da assistência. Desde então, o conceito de integralidade vem sendo objeto de reflexão na literatura em Saúde Coletiva. Mattos⁹⁴ confere-lhe três conjuntos de sentido:

- o de atributo das práticas dos profissionais de saúde;
- de atributo da organização dos serviços e
- o de resposta governamental via políticas voltadas para grupos populacionais específicos.

Nessa perspectiva abrangente, a idéia de prevenção, em todos os seus níveis, perpassa a atenção integral. Para avançar na direção da integralidade e da cidadania é importante identificar os obstáculos no trato com a população idosa; é preciso conceber que a legislação que a protege [a população idosa] não vem sendo efetivada amplamente, mas sim de forma fragmentada, através de programas de

⁹³ Importante destacar que o trabalho de LIMA, M.S.A. *Saúde e lazer: impasses na conquista da cidadania do idoso*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. UERJ: Dissertação, 2006 não estava disponível para consulta, o que inviabilizou sua análise.

⁹⁴ MATTOS, RA. "Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos". In: Pinheiro RE, Mattos RA, organizadores. *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, ABRASCO; 2001.

saúde específicos promovidos por municípios ou ONGs que desenvolvem atividades voltadas para a população local.

Na área da saúde, a interdisciplinaridade acena com uma possibilidade de compreensão integral do homem no contexto das relações sociais e do processo saúde-doença. Sua construção ultrapassa a mera renovação de estratégias educativas, necessitando ser consolidada pela reestruturação acadêmica e institucional via o compromisso com as necessidades sociais de saúde.

Já o lazer, uma das interfaces abordadas e associadas à saúde, possui, conforme Santini (1993) um complexo de significações com base em interpretações da moral, da religião, da filosofia e do senso comum, comportando também, um sistema de pensamento que indica uma condição de felicidade e de liberdade.

A idéia de que, a partir de determinada idade, certas atividades não devem ser desfrutadas, é uma concepção que tende a ser superada em relação às constantes modificações sociais, uma vez que, atualmente, a expectativa de vida das pessoas tem aumentado e com ela a necessidade de se repensar as questões que envolvem a qualidade de usufruto do tempo livre.

No decorrer da história, o lazer ocupou plano secundário se comparado ao trabalho e foi associado a situações diversas, como a ociosidade, a preguiça, a improdutividade. Fomos educados de modo a sermos produtivos e o lazer passou a ser visto como uma atividade na qual as pessoas são improdutivas. Essa ideia faz com que muitas pessoas que possuem tempo disponível, tempo livre, como é o caso da população idosa, não consigam cultivar o prazer de ter um lazer, porque suas mentes e seus corpos foram condicionados ao modo de produção, isto é, se não estão produzindo, tendem a considerar-se inúteis. Neste sentido, situar o lazer como cultura é primordial para sua compreensão em sentido amplo.

Associado à saúde, ressalta-se que boa parte dos idosos realiza atividades de lazer por orientação médica e como forma de manutenção e restabelecimento da saúde. Contudo, cabe frisar que a concepção ampla de saúde não se refere apenas à ausência de doenças: não podemos esquecer que a tão almejada boa saúde caminha junto à possibilidade de viver com dignidade, o que significa a existência e efetivação das leis específicas de proteção dos direitos concernentes, de permanecer capaz de cuidar de si mesmo, de ter perspectivas futuras, ter uma razão de ser e ter um papel social a desempenhar.

Podemos afirmar que, no contexto atual, chegamos ao patamar das condições supracitadas? A existência do Estatuto do Idoso e de outras leis específicas para o público idoso, por si, são capazes de garantir o acesso irrestrito à atividades físicas e culturais relativas ao lazer para os idosos de todas as classes sociais?

Respondendo às indagações, infelizmente, estamos distantes desse universo amplo de garantia de direitos à população idosa. Por isso, ressalto a importância dos trabalhos que abordaram a necessária análise da relação saúde/envelhecimento, tendo em vista que notoriamente a população idosa é a que proporcionalmente consome mais serviços de saúde, e que, contraditoriamente, o nosso sistema de atenção precário e desorganizado não propicia as condições para que os recursos sejam utilizados adequadamente.

3.2.6.4 Gênero e envelhecimento

Na análise do envelhecimento é sobremaneira importante considerar-se a perspectiva de gênero, porque se homens e mulheres, hoje idosos, têm em comum a condição geracional de velhos, vivenciam geralmente de modo diverso suas trajetórias sociais.

O panorama atual expõe as conquistas sociais das mulheres, uma delas a participação crescente e massiva das idosas em atividades públicas, nos grupos e programas para a terceira idade, ao passo em que ocorre uma presumida não participação dos homens idosos, que aparecem em cifras irrelevantes nesses grupos, embora sua participação apresente tendências de crescimento. A atuação política do movimento dos aposentados é um exemplo, que vem extrapolando a luta trabalhista por melhores proventos e condições da aposentadoria.

Entretanto, as mestrandas/doutorandas que abordaram o recorte do gênero optaram por retratar a realidade do envelhecimento feminino, considerando as perspectivas desse público, o intenso processo de feminização do envelhecimento [aspecto já abordado anteriormente no Capítulo I] e os papéis sociais exercidos [o contexto das mães e avós e o compromisso com o cuidado dos familiares]⁹⁵.

⁹⁵ Vide MACHADO, S.S.L. *O legado das avós e os bens do cuidado. Estudo sobre a família, gerações e redes sociais em bairro popular de Belém/PA*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. UFRJ: Tese, 2008.

A predominância da população feminina entre os idosos é resultado da maior mortalidade masculina. Em 1980, a esperança de vida feminina foi de 65 anos, 6,4 mais alta do que a masculina⁹⁶. Em 2000, este diferencial aumentou para 8,7 anos, dada a mais acentuada redução da mortalidade feminina. Essa predominância tem repercussões importantes nas demandas por políticas públicas, pois se acredita que a maioria dessas mulheres atualmente, seja viúva, sem experiência de trabalho no mercado formal, com menos escolaridade etc., além de experimentar piores condições de saúde. Isto requer uma maior assistência tanto do Estado como das famílias.

O cuidado com membros dependentes da família é determinado pelas trocas intergeracionais e um assunto com fortes características de gênero. Em geral, são as mulheres as mais dependentes de cuidado e as tradicionais "cuidadoras". Cuidar de netos é, em geral, visto como uma extensão do trabalho doméstico feminino.

Contudo, as avós nem sempre puderam conviver com os netos e acompanhar seu desenvolvimento como acontece atualmente. Devido à maior expectativa de vida decorrente do aumento da longevidade e da melhoria da qualidade de vida, na atualidade a(o)s avós podem, muitas vezes, acompanhar a vida de seus netos até que estes cheguem à idade adulta. Além disso, a idade em que uma pessoa torna-se avô ou avó também tem sido muito mais variada, havendo avós com idades variando entre 35 e 70 anos. Ser avô ou avó por um período maior de vida pode trazer como consequência mudanças nos laços intergeracionais e até no significado do papel a ser desempenhado na relação, devido à possibilidade de maior convivência entre as gerações.

Cada vez mais a mulher vem exercendo dupla, tripla jornada diária: no trabalho, no lar, no cuidado aos filhos e netos. O trabalhos analisados exploraram sobremaneira tais aspectos, contextualizando-os às transformações societárias recentes.

Entretanto, e aqui deixo uma sugestão, seria interessante, considerando a perspectiva de gênero, que mais trabalhos abordassem a relação do homem com o envelhecimento, tendo em vista que o *trabalho e as relações sociais* que se estabelecem através dele têm uma importância fundamental neste processo, ainda com mais freqüência para os homens do que para as mulheres, visto a importância

⁹⁶ Vide <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 13/03/2009.

social que a eles é dada no sentido de serem predominantemente os responsáveis pelo sustento da família.

3.2.6.5 Movimentos sociais, Políticas Sociais e envelhecimento

Por se tratarem de assuntos que terminam por se inter cruzarem, optei por unir neste subitem as abordagens *movimentos sociais e políticas sociais*, considerando que os quatro trabalhos que consideraram esses vieses ressaltaram via de regra o longo caminho percorrido para a elaboração das políticas específicas para o público idoso.

A propagação do processo de envelhecimento populacional e de suas questões foi inicialmente promovida pelas organizações internacionais (Organização Mundial da Saúde e organização das Nações Unidas) que exerceram papel fundamental na análise e comunicação do impacto do envelhecimento sobre os países em desenvolvimento, na tentativa de estimulá-los a adotarem medidas para o enfrentamento dessa realidade. Entre essas medidas, duas tinham destaque especial: no campo da saúde, fomentar o envelhecimento saudável e, no campo social, lutar pelo envelhecimento com direitos e dignidade (GOLDMAN, 2006).

Desse processo, em meados da década de 1980, toma ímpeto o movimento da sociedade civil, entre eles professores universitários, associações, idosos politicamente organizados e alguns parlamentares comprometidos com questões sociais, exigindo a valorização e o respeito à pessoa idosa. Esse movimento influenciou a construção da Constituição (1988), que foi a primeira Constituição da República Federativa do Brasil a versar sobre a proteção jurídica ao idoso, a qual impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar os idosos⁹⁷ (UVO; ZANATTA, 2005).

Para o enfrentamento dessa realidade, os idosos buscam fortalecimento no espaço público gerado pelo movimento social, fóruns e Conselhos de idosos, que lhes permitem se posicionarem pela concretização de ideais democráticos.

Concordo com análise de Filho (2007), segundo a qual

O controle social aqui evocado refere-se à possibilidade e à capacidade de participar (lutar por determinado projeto social) do processo de formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas, numa perspectiva

⁹⁷

Aspectos históricos já aprofundados no Capítulo II.

democrática. Portanto, não estamos nos referindo ao controle social no sentido de contribuir “tecnicamente” na elaboração, execução e avaliação de programas e projetos. A participação e controle social aqui concebidos devem ser vistos em última análise como instrumentos de luta por um projeto democrático de sociedade (p.100).

Contribuiu para isso sua presença no cenário político por meio do voto e da representação. Cabe destacar que as autoridades governamentais brasileiras apenas intensificaram sua mobilização em prol de políticas específicas para os idosos a partir de efeitos produzidos pela sua organização sociopolítica e pela pressão internacional.

Conforme verificamos, a percepção do problema social da velhice e a proposta de políticas públicas são resultantes de um processo de negociação entre a sociedade e o movimento social dos idosos e os agentes das políticas (Estado e instituições) na busca de corresponsabilidade democrática pela preservação dos direitos e garantias sociais (PAZ, 2002).

A existência estudos que tratem especificamente desses recortes (Políticas sociais e movimentos sociais) é essencial para avançarmos na compreensão da longa trajetória percorrida em prol da elaboração das medidas específicas de proteção e primarmos pela efetivação das mesmas.

A análise da conjuntura envolvida na construção das políticas destinadas à pessoa idosa revela a força do movimento social dos idosos. Apesar disso, muito ainda precisa ser feito, pois embora essa população tenha formal e legalmente assegurada a atenção às suas demandas, na prática, as ações institucionais mostram-se tímidas, limitando-se a experiências isoladas.

4 CONCLUSÃO

Ianni (1997) afirma que a globalização gerou como conseqüências vários fenômenos: o movimento migratório de milhares de trabalhadores, que teceu um novo mapa mundial; a formação da subclasse ; a manifestação das desigualdades antes só visíveis nos países em desenvolvimento e a criação de mecanismos de exclusão social cada vez mais acirrados, principalmente os relacionados ao racismo.

O Brasil, juntamente com outros países da categoria *em desenvolvimento*, entrou na era da globalização em condições de defasagem com relação às grandes potências, mantendo uma situação de dependência e enfrentando dificuldades em relação à adequação de seu mercado de trabalho, para que este corresponda às exigências externas.

De acordo com Sawaia (1999), a globalização da economia levou a América Latina a uma incapacidade regulatória do Estado, cuja característica central da sua contradição, explicitada pelas políticas econômicas chamadas neoliberais, é a exclusão. Abre-se para o capital financeiro estrangeiro especulativo, aumenta a dívida externa e interna, consome grande parte dos recursos fiscais. Complementando, Sawaia afirma que a condição do êxito da política monetária é diminuir o gasto social, eliminando a política social. O social, nesta perspectiva, deve subordinar-se ao econômico.

As taxas de desemprego corroboram para o aumento do número de filas em busca de emprego, do exercício do trabalho informal e até mesmo da criminalidade. Como afirma Sawaia,

esse contingente geraria um sentimento de hostilidade, desconfiança , irritação e medo por parte dos outros setores da sociedade, gerando uma demanda maior de serviços de segurança e repressão, canalizando as energias mais para a contenção dos efeitos perversos do que a resolução das causas da questão social. (SAWAIA, 1999, p. 46).

Algumas conseqüências se configuram na sociedade: o elevado nível de desenvolvimento econômico associado a uma forte degradação do mercado de trabalho; a grande fragilidade dos vínculos sociais, em particular no que se refere à sociabilidade familiar e às redes de auxílio privado.

O modo como os países em desenvolvimento vêm buscando desenvolver fatores de competitividade para essa nova realidade inclui, entre outras possibilidades, a implementação de modelos teóricos e de práticas interventivas

“importadas” de países com realidades diferentes em suas organizações. Mas, sem se considerar outros fatores estruturais como distribuição de renda, acesso aos programas de saúde, saneamento e educação, essas tentativas se tornarão mais falácias do que práticas interventivas que resultarão nas metas fixadas.

A longo prazo, o aumento do índice de desemprego, associado ao aumento da economia informal e da miséria e conseqüente acirramento da desigualdade social, se configuram como resultado final desses impactos da globalização no mundo do trabalho. O desenvolvimento econômico não tem contribuído para a resolução desses problemas; ao contrário, nos últimos anos, as empresas têm mais reduzido do que criado novos postos de trabalho. Isso tem aumentado o trabalho informal, precarizado, que acaba por absorver parte do contingente de desempregados. Os idosos também fazem parte deste processo; são contratados por empresas para exercer funções como *oficce-boy*, ou melhor, *office old*, principalmente por conseguirem filas especiais em bancos e por não terem gastos com transporte, reduzindo custos e economizando tempo, elementos altamente sedutores para o setor produtivo.

Conforme Leite (2001), o número de pessoas que a cada ano entram e saem do mercado de trabalho depende de dois grupos de fatores: o primeiro é a tendência demográfica do país; o segundo é o desempenho da própria economia. O mercado de trabalho, em 2030 terá cerca de 1,5 contribuinte por aposentado. Portanto é necessário manter pessoas trabalhando para sustentar o sistema previdenciário; desse modo, para o sistema capitalista, urge que mais pessoas trabalhem por mais tempo, pois mesmo o trabalhador sem carteira assinada que não contribui atualmente, irá requisitar algum tipo de benefício ao envelhecer. (Idem).

É necessário que o profissional possua clareza de que, em geral, as pessoas de nossa sociedade estruturam suas relações sociais de forma individualizada, sendo que, mesmo procurando um grupo para se inserirem, possuem a intencionalidade de buscar soluções para os seus próprios problemas pessoais. A partir dessa compreensão, é necessário que os Assistentes Sociais reconheçam que a sua postura junto aos grupos de idosos deve ser a partir de uma perspectiva de totalidade, sendo que o grupo não pode ser um fim em si mesmo, e o profissional

não pode adotar uma postura messiânica, tendo a pretensão de que poderá resolver todos os problemas dos indivíduos do grupo.

Nessa perspectiva, identifica-se que a atuação e a produção teórica do Assistente Social sobre os idosos constitui-se como uma prática por vezes contraditória, na medida em que tanto pode contribuir, através de seu processo de trabalho, para a autonomia dos idosos, quanto pode reforçar a manutenção de relações hierárquicas e alienantes, nas quais os idosos continuem em uma situação de dominação e controle, que já lhes é imposta automaticamente pela sociedade.

Reconheço que o processo permanente de reflexão-ação dos Assistentes Sociais junto aos idosos somente é possibilitado através das mediações estabelecidas através da interação, na medida em que permitem a articulação do referencial teórico com efetivação de estratégias teóricas e técnicas que contribuam para a constituição de processos sociais que visem a transformação da realidade social. É a visão dialética que possibilita ao Assistente Social a compreensão de que as pessoas estão sempre em constante movimento, em fase inacabada, o que pressupõe, portanto, a possibilidade do novo, do recomeço.

Ainda em relação aos Assistentes Sociais, cujo processo de trabalho está sendo analisado no referido estudo, constata-se que os mesmos possuem muitos desafios, especialmente no sentido de intervir cotidianamente na realidade, dando conta das exigências e demandas contemporâneas dos usuários e das próprias instituições.

Para tanto, conforme Pontes (2000), é necessário que haja uma qualificação no atendimento e nos serviços prestados pelo Assistente Social, o que requer, entre outras exigências, uma capacitação intelectual permanente que possibilite uma postura e uma intervenção investigativa, crítica, questionadora e propositiva, postura essa que tanto possa responder à atual configuração sociotécnica da profissão, como tenha legitimidade social para o enfrentamento das demandas sociais expressas a partir da particularização dos diversos sistemas de mediações existentes na realidade, tais como o próprio sistema de produção capitalista; as diversas formas de relações sociais estabelecidas entre os sujeitos (culturais, econômicas, sociopolíticas, entre outras); as relações estabelecidas com o Estado e com o mercado; as formas de organização da sociedade; a constituição das instituições, entre outros.

Nesse sentido, destaca-se a importância dessa pesquisa enquanto elemento fundamental para potencializar a intervenção profissional, na medida em que favorece o conhecimento da realidade social, a apreensão das demandas da profissão e revela novas possibilidades de atuação profissional. Ao realizar a análise dos estudos elaborados pelas pós-graduações⁹⁸ em relação ao idoso, destaco a importância das obras produzidas, porém observo contundentemente o distanciamento entre os grupos de pesquisa que tratam da temática. Falta desde a interlocução à divulgação dos trabalhos.

Como poderíamos inserir de forma mais efetiva a temática do envelhecimento na pauta do tripé ensino, pesquisa e extensão nos cursos de Serviço Social? Como instigar o interesse da categoria pela sistematização dos dados, das obras produzidas e a interação entre os grupos de pesquisa nacionais e até mesmo internacionais que se dedicam à temática? Através, por exemplo⁹⁹, da criação de um núcleo universitário que reunisse, agrupasse e interagisse no que tange às produções sobre o envelhecimento, promovendo a interlocução entre docentes e discentes, considerando que a produção teórica é apenas uma das importantes interfaces do trabalho desenvolvido com os idosos¹⁰⁰.

Nesse trabalho, constata-se a existência de novas possibilidades para a continuidade do caminho, que se faz a partir do desvendamento do novo, do desconhecido, onde todos nós somos ensinantes e aprendizes. Há muitos vieses a serem abordados, muitos contextos a serem explorados. Neste sentido, destaca-se a relevância acadêmica da presente Dissertação de Mestrado, tendo-se presente, entre os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro _UERJ, “fomentar a produção e difusão de conhecimentos sobre as questões afetas ao trabalho e as políticas sociais, no âmbito da América Latina, com ênfase no Brasil” e “qualificar profissionais de Serviço Social e áreas afins para elaboração de proposições no atual cenário latino-

⁹⁸ Conforme já enfatizado, UFF, UERJ e UFRJ.

⁹⁹ Indico uma das inúmeras possibilidades relacionadas à sistematização das informações e estudos desenvolvidos, tendo em vista o nítido distanciamento entre os grupos de pesquisa [fato recorrente não apenas no que se refere ao envelhecimento, como também em outras temáticas] e por vezes desconhecimento dos trabalhos produzidos, que terminam por ficarem restritos no que se refere à divulgação.

¹⁰⁰ Aqui refiro-me ao importante papel do Assistente Social no que tange à participação nos Conselhos e Conferências do idoso, no trabalho com grupos, entre outros espaços de atuação profissional.

americano destacando a realidade brasileira”¹⁰¹. Acrescento que seria extremamente indicada a continuidade do estudo, considerando desde a produção da graduação (TCCs) às obras _artigos, coletâneas e revistas_ já elaboradas sobre o tema.

Destaca-se, especialmente, o compromisso ético da pesquisadora, que, além de ter acesso ao conhecimento, necessita desenvolver a capacidade de transmiti-lo para toda a população usuária e, principalmente, para a categoria profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências teóricas, técnicas e ético-políticas que garantam a qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais, a socialização, a defesa e a efetivação dos direitos sociais.

Sobre isto Debert (1999) sinaliza que as fases mais avançadas da vida devem ser tratadas como momentos propícios para experimentar vivências em busca de novas formas de autoexpressão, explorando identidades de um modo que não é mais visto como exclusivo da juventude. Estas novas alternativas, a meu ver, significam promover mudanças, abrir-se a novas perspectivas, manter uma postura perante a vida de questionamento, alimentar o desejo genuíno de aprender sempre mais e mais, visto que somos e sempre seremos eternos aprendizes. Nesse sentido, reporto-me novamente à obra de Mario Quintana, que foi uma das motivações e inspirações desse processo de aprendizado, por acreditar-se que

o milagre não é dar vida ao corpo extinto,
Ou luz ao cego, ou eloquência ao mudo...
Nem mudar água pura em vinho tinto...
Milagre é acreditarem nisso tudo!¹⁰²

Especialmente, acredito fielmente que possuímos o dever de socializar e reproduzir os conhecimentos adquiridos ao longo de nossa existência, em uma busca coletiva e dialética constante pela criação e recriação da vida.

¹⁰¹ Art. 3º, Deliberação 066/04, que autoriza a reformulação do Curso de Mestrado e aprova a criação do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com área de concentração em Trabalho e Política Social.

¹⁰² Poema *Dos Milagres*, de Mario Quintana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. “Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto éticopolítico”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.79, 2004.

ABESS/CEDEPSS. *Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. Novos Subsídios para o debate*. Recife: ABESS/CEDEPSS, 1996.

ABREU FILHO, H. *Comentários sobre o Estatuto do Idoso*. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

ALMEIDA, V. L. V.; GONÇALVES, M. P. ; LIMA, T. G. *Direitos Humanos e Pessoa Idosa: publicação de apoio ao Curso de Capacitação para a Cidadania: Atenção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

ALVES, R. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

ALVES JR. “Da educação gerontológica à educação física gerontológica: em busca de uma educação física mais apropriada para os idosos”. In: PAZ, S.F. et al. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: ANG-Rio/CBCISS, 2000.

ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-Neoliberalismos. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ARRUDA, M. S. B. de. *A Contribuição do Serviço Social na abertura de um espaço de trabalho com idosos na Vila Nossa Senhora de Fátima*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

BAPTISTA, M. V. “A ação profissional no cotidiano”. In MARTINELLI, M. L; ON, M. L. R.; MUCHAIL, S. T. (Org.). *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *A investigação em Serviço Social*. São Paulo: Veras , 2001.

_____. *Planejamento Social. Intencionalidade e instrumentação*. 2 ed. São Paulo: Veras , 2000.

BARDIN, L. *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, S. de. *A Velhice. O mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições de vida dos idosos*. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERQUÓ, E. "Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil". In: NERI, Anita L.; DEBERT, Guita G. (Org.). *Velhice e Sociedade*. Campinas, Papyrus: 1999.

BRASIL, República Federativa do. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

_____. *Política Nacional da Assistência Social* (1999). Brasília: 1999.

_____. *Política Nacional da Assistência Social* (2004). Brasília: Cortez, 2004.

_____. *Política Nacional do Idoso* (1994). Brasília: 2004.

BREDEMEIER, S. M. L. *O Espaço Público e o Idoso: Possibilidades através de um conselho municipal*. In: http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_1.pdf. Revista Textos e Contextos. Ano 1, 2002.

BULLA, L. C.; SANTOS, G. A.; PADILHA, L. Participação em atividades grupais. In: *Investindo no Envelhecimento Saudável*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BULLA, L. C. *Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro*. In: http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_2/relacoes_sociais.pdf. Revista Textos e Contextos. Ano 2, 2003.

_____. *Serviço Social, Educação e Práxis: tendências teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CADERNOS LBA. Série *Terceira Idade*. [s.l. : s.n.], [19--].

CAMARANO, A. A. (Org.) *Os novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). *Serviço Social, Pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, M. do C. B. de. *A Família Contemporânea em Debate*. 4. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

_____. et. al. *Programas e serviços de proteção e inclusão social dos idosos*. São Paulo: IEE/PUCSP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 2002.

COUTINHO, C. N. *Notas sobre cidadania e modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1o sem. de 1997.

COUTO, B. R. *Capacitação Profissional em Serviço Social*. In CRESS 10ª Região, 1999.

COUTO, B. R. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

_____. "O Processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal". In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.

CRESS, 7ª R-RJ. *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. 4.ed., 2006.

CURY, C. R. J. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez, 1985.

DEBERT, G. G. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: USP:Fapesp, 1999.

_____. (Org.). *Textos Didáticos/Antropologia e Velhice*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Sociologia: uma introdução crítica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

ESTEVIÃO, A. M. R. *O que é Serviço Social*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FALEIROS, V. de P. "Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?" *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, 2005.

FERNANDES, I. "A Dialética dos grupos e das relações cotidianas" In: GUIMARÃES, Gleny Duro (Org.). *Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em Perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. "Dialética da Instrumentalidade. Abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social". In: MENDES, J.M.R.; PRATES, J.C.; AGUINSKY, B. (Org.). *Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

_____. "O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais". *Revista Virtual Textos e Contextos*, ano 5, n. 6, dez. 2006.

FERRIGNO, J.C.; LEITE, M.L.C.B.; ABIGALIL, A. "Centros e Grupos de Convivência idosos: da Conquista do Direito ao Lazer ao Exercício da Cidadania". In: FREITAS, E.V.; PY, L.; CANÇADO, F.A.X.; DOLL, J.; GORZONI, M.L. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FILHO, R.S. "Controle social: a participação na perspectiva da democratização da Política Social". In: SOUZA, N.R.O.Q de et al. *Política de Assistência Social no Brasil: desafio para o assistente social*. Rio de Janeiro : Public: COMAER, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança. Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antônio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDMAN, S.N. "Velhice e direitos sociais". In: PAZ, S.F et al. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: ANG/CBCISS, 2000.

_____. *Universidade para a Terceira Idade: uma lição de cidadania*. Olinda: Elógica, 2003.

_____. "Terceira idade e Serviço Social". In: CAVALCANTI, L.F. ; REZENDE, Ilma (Org.). *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. "Proteção social e velhice: um desafio para o Serviço Social". In: SOUZA, N.R.O.Q de. et al. *Política de Assistência Social no Brasil: desafio para o assistente social*. Rio de Janeiro: Public : COMAER, 2007.

GRANEMANN, S. "Processos de Trabalho e Serviço Social I". In: *Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social*. Brasília, CEAD, 1999.

GUERRA, Y. "Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social". *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.62, 2000.

_____. "O Projeto Profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional". *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 91, 2007.

HADDAD, E. G. de M. "Do assistencialismo ao direito". In: Dossiê CFESS. *Revista Inscrita*, São Paulo, ano 3, n.6, jul. 2000.

_____. *O Direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. “Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade”. In: COFI/CFESS. *Atribuições privativas do (a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. “Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica”. In: MIONE, Apolinário Sales; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. (Org). *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. “Reforma do Ensino Superior e Serviço Social”. *Revista Temporalis*, Brasília nº 1, 2000b..

_____. ; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IANNI, O. *Dialética e Capitalismo*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. *Perfil dos Idosos responsáveis por domicílios no Brasil 2000*. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica, n. 9, 2002.

_____. “Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das Condições de Vida”. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e sócioeconômica, n. 21, 2007.

_____. *Estudos e pesquisas, informações demográfica e socioeconômicas: síntese de indicadores sociais 2003*. Rio de Janeiro: 2004. n.12

KACHAR, V. *Terceira Idade & Informática. Aprender revelando potencialidades*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Org.); CUNHA, A.A. et al. *Longevidade. Um novo desafio para a educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

LAURELL, A. C. “Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo”. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 151-178.

LEBAUSPIN, Y. (Org.) *O Desmonte da Nação - Balanço do governo FHC*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LEFEBVRE, H. *Lógica Formal. Lógica Dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

MARTINELLI, M. L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

_____. *Serviço Social. Identidade e Alienação*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Maria Lucia; KOUMROUYAN, Elza. “Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.45, 1994.

MARTINEZ, W. N. *Comentários ao Estatuto do Idoso*. 2.ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. *A Questão Judaica*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975.

_____. Karl ;ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. São Paulo: Contraponto, 1997.

_____. Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. v. 1. Livro 1. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: DIFEL, 1989.

MEDIONDO, M. S. Z.; BULLA, L. C. “Idoso, vida cotidiana e participação social”. In:*Envelhecimento Bem-Sucedido*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 2. ed.

MINICUCCI, A. *Dinâmica de Grupo. Teorias e Sistemas*. São Paulo: Atlas,1982.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis, 1994.

MINAYO M.C.S, COIMBRA JR, C.E.A. “Entre a liberdade a liberdade e a dependência” (introdução). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2002.

NERI A.L. *Envelhecer num país de jovens - significados de velhos e velhice segundo brasileiros não idosos*. Campinas, SP: Unicamp; 1991.

_____. *Psicologia do envelhecimento. Temas selecionados na perspectiva do curso da vida*. Campinas, SP: Papirus; 1995.

NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 10.ed. São Paulo: Cortez,2007.

NETTO, J.P. "Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo n. 50, 1996.

NOGUEIRA, M. A. "O desafio de construir e consolidar direitos no mundo Globalizado". *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 82, 2005.

NUNES, A.T.G.L. "As mulheres na universidade de terceira idade: busca por novas formas de envelhecer". In: PAZ, S.F et al. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: ANG/CBCISS, 2000.

PAZ, S.F., GOLDMAN, S.N. "O Estatuto do Idoso". In: FREITAS, E.V. (Org). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PEIXOTO C. "Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade". In: MORAES M; BARROS L; DEBERT G; PEIXOTO C. *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 69-84.

PELOSI, M.S. et al. "Velho e velhice: realidade virtual?" In: PAZ, S.F et al. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: ANG/CBCISS, 2000.

PEREIRA, A. P. *A Assistência Social na perspectiva dos direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, P.A.P. "Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar". In: SALES, M.A. et al. *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. "Política Social, envelhecimento e família". *Revista Ser Sócia*, Brasília, n.21, jul./dez. 2007.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. "Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social". In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília: CEAD, 2000.

PRADO, S. D. ; SAYD, J. D. "Teses e dissertações sobre envelhecimento no Brasil". *Textos sobre Envelhecimento* v.7 n.1 Rio de Janeiro, 2004.

PRATES, J. C. "O método e o potencial interventivo e político na pesquisa social". *Revista Temporalis*, Brasília, n. 9, 2006.

_____. "O planejamento da pesquisa". *Revista Temporalis*, Brasília, n.7, 2003.

RAICHELIS, R. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social. Caminhos da Construção Democrática*. São Paulo: Cortez, 2001.

REVISTA A TERCEIRA IDADE. São Paulo: SESC - Serviço Social do Comércio, vol.13, n. 25, ago. 2002, p.18.

REZENDE, I.; CAVALCANTI, L.F. (Org.). *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social. Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A, 1999.

ROCHA, S.M.; GOMES, M.G.C.; LIMA FILHO, J.B. "O Protagonismo Social da Pessoa Idosa: Emancipação e Subjetividade no Envelhecimento". In: FREITAS, E.V.; PY, L.; CANÇADO, F.A.X.; DOLL, J.; GORZONI, M.L. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

RODRIGUES, M. L. *O Trabalho com Grupos e o Serviço Social*. São Paulo:Cortez & Moraes, 1978.

SANT'ANA, R. "O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social". Revista *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, 2000.

SANTINI, R. de C. G. *Dimensões do lazer e da recreação: Questões espaciais, sociais e psicológicas*. Angelotti: São Paulo, 1993.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAWAIA, B. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis:Vozes,1999.

SILVA, M. L. L. da. "Um novo fazer profissional". In: *Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília: CEAD, 2000.

SILVA, M. de G. de O. e. *Ideologias e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, M. O.S.S. (Org.). *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. *Discurso, Velhice e Classes Sociais*. Maceió: EDEUFAL, 2007.

SIMÕES, C. *Curso de Direito do Serviço Social*. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, P. *Curso de Introdução à Economia Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

SPOSATI, A.; FALCÃO, M.C. LBA *Identidade e Efetivação das ações no enfrentamento da pobreza brasileira*. São Paulo: EDUC, 1989.

SOARES, L. T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes/CLACSO/LPP UERJ, 2001.

SOUZA, V. B. A.; MASSAIA, E.; MARQUES, C. P. “A importância de uma alfabetização sobre o envelhecimento”. In: *Investindo no Envelhecimento Saudável*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SOUZA, M. L. de. *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, A. N.S. *A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UVO, R. T.; ZANATTA, M. de L. A.L. “O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso”. *A Terceira Idade*, v.16, n.33, 2005.

VASCONCELOS, A. M. de. *Intenção-ação no trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1985.

VERAS, R. “A longevidade da população. Desafios e conquistas”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.75, 2003.

_____. *Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UNATI/UERJ, 1999.

_____. *Terceira Idade: Um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UNATI/UERJ, 1995.

_____. “Considerações acerca de um país jovem que envelhece” *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, out/dez. 1988, p. 382-397.

_____. *País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, B. O. *Serviço Social, precursores e pioneiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

VITA, Á. de. *Nossa Constituição*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

WANDERLEY, M. B. “Refletindo sobre a noção de exclusão”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.55, 1997.

ANEXO A - UFRJ / ACERVO DIGITAL MINERVA

Data : 06/02/2010

Fonte: Vide www.minerva.ufrj.br

Ao realizar buscas em nossa base de dados, voce enviou um conjunto de registros.

Informacao Global:

Assunto: TESES UFRJ
Nome: LUCIANA
E-mail: LERJ2004@YAHOO.COM.BR

Numero do registro : 1
No.de sistema [000686735]

Acosta, Luis Eduardo Acosta
O processo de renovacao do servico social no Uruguai /Luis Eduardo Acosta Acosta. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
392 f. ; 40 cm.

Numero do registro : 2
No.de sistema [000665311]

Almeida, Erica erezinha Vieira de
A sociedade civil e seus multiplos significados no debate contemporaneo :uma leitura gramsciana /Erica erezinha Vieira de Almeida.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
295f.

Numero do registro : 3
No.de sistema [000665219]

Amaral, Angela Santana do
Qualificacao dos trabalhadores e estrategia de hegemonia :o embate de projetos classistas /Angela Santana do Amaral.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
325f.

Numero do registro : 4
No.de sistema [000675898]

Araujo, Marlene de Melo Barboza
Abuso e exploracao sexual infanto-juvenil feminina e as respostas do poder publico e da sociedade civil em Joao Pessoa /Marlene de Melo Barboza Araujo.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
[17]390[30]f.

Numero do registro : 5
No.de sistema [000672466]

Araujo, Nailsa Maria Souza
Hegemonia burguesa no Brasil contemporaneo :o governo Lula-P como seu instrumento ideologico /Nailsa Maria Souza Araujo. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.
230 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 6
No.de sistema [000675993]

Bessa, Eliane da Silva
Saneamento e cidadania :privatizacao, municipalizacao e mecanismos de controle /Eliane da Silva Bessa.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
[11]270[3]f.

Numero do registro : 7
No.de sistema [000680559]

Coimbra, Ana Maria Livia de Souza
Sindicalismo e cidadania :analise da participacao institucional dos sindicatos dos trabalhadores cutistas em periodo de crise /Ana Maria Livia de Souza. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

Numero do registro : 8
No.de sistema [000686065]

Corsini, Leonora Figueiredo
Exodo constituinte :multidao, democracia e migracoes /Leonora Figueiredo Corsini. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.
223 f.

Numero do registro : 9
No.de sistema [000675988]

Dias, Cristina Maria Nogueira Parahyba.
Trabalho produtivo e trabalho improdutivo :de Marx a polemica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel) /Cristina Maria Nogueira Parahyba Dias.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
308f.

Numero do registro : 10
No.de sistema [000665130]

Eiras, Alexandra Aparecida Leite offanetto Seabra
Grupos e servico social - exploracoes teorico-operativas /Alexandra Aparecida Leite offanetto Seabra Eiras.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
357f.

Numero do registro : 11
No.de sistema [000634989]

Freitas, Rita de Cassia Santos
Maes de Acari :preparando a tinta e revirando a praca : um estudo sobre maes que lutam /Rita de Cassia Santos Freitas.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2000.
x,232,[44]f. : il.

Numero do registro : 12
No.de sistema [000635002]

Frossard, Andrea Georgia de Souza
A gestao da captacao de doadores de sangue no Brasil e no ruguai /Andrea Georgia de Souza Frossard.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.
[20],219,[22]f.

Numero do registro : 13
No.de sistema [000647251]

Gomes, Luciano Silva
Planejamento familiar :do controle da natalidade a reproducao humana, tres decadas de contradicoes e avancos /Luciano Silva Gomes.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
xiv,213f.f.

Numero do registro : 14
No.de sistema [000684679]

Granemann, Sara Aparecida
Para uma interpretacao marxista da previdencia privada /Sara Aparecida Granemann. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
268 f. : il ; 30 cm.

Numero do registro : 15
No.de sistema [000635072]

Hecksher, Mario Henrique
Guerreiro Ramos - Sociologo da sociologia nacional (m dialogo com Florestan Fernandes) /Mario Henrique Hecksher.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
ix,352f.

Numero do registro : 16
No.de sistema [000648879]

Holanda, Maria Norma Alcantra Brandao de
Alienacao e ser social :determinacoes objetivas e subjetivas /Maria Norma Alcantra Brandao de Holanda. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
2pt.

Numero do registro : 17
No.de sistema [000625066]

Hopstein, Graciela
A "barbarie" Argentina ou a potencia constituinte da multida
/Graciela Hopstein.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.
ix,216f.

Numero do registro : 18
No.de sistema [000648454]

Icasuriaga, Gabriela Maria Leme
Fim de linha :transporte e segregacao no Rio de Janeiro /Gabriela
Maria Leme Icasuriaga.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
[9],187f.

Numero do registro : 19
No.de sistema [000649022]

Klein, Alejandro
Adolescentes sem adolescencia :reflexoes em torno da construcao da
subjetividade adolescente sob o contexto neoliberal /Alejandro Klein.--
. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
290f.

Numero do registro : 20
No.de sistema [000671733]

Lacerda, Constantina Ana Guerreiro
Mulher e politica :um estudo da participacao feminina na Camara
Municipal de Goiania /Constantina Ana Guerreiro Lacerda. -- Rio de
Janeiro : CFCH, 2008.
194 f. : il. ; 30 cm.

Numero do registro : 21
No.de sistema [000649025]

Lima, Ana Maria Costa Amoroso
Administracao publica brasileira e o sistema universitario federal
:a etica deformada do patrimonio /Ana Maria Costa Amoroso Lima.--. --
Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
[6],156f.

Numero do registro : 22
No.de sistema [000676043]

Lima, Marcelo Alves
Compromisso de papel passado :um estudo sobre conjugalidade e
direito /Marcelo Alves Lima.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
199f.

Numero do registro : 23
No.de sistema [000686815]

Lopes, Marilia de Fatima Marques

A mediação do estado na fronteira público-privado no processo de interiorização do ensino superior privado na zona da mata mineira :o caso FAMINAS, em Muriae - MG /Marilia de Fatima Marques Lopes. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

202, [23] f. : il. ; 31 cm.

Numero do registro : 24

No.de sistema [000648472]

Lustosa, Maria das Gracas Osorio Pitombeira
A viabilidade da agricultura familiar no contexto da reestruturacao produtiva :particularidades no Brasil /Maria das Gracas Osorio Pitombeira Lustosa.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.

269f.

Numero do registro : 25

No.de sistema [000625077]

Machado, Leila Escorsim
J.C. Mariategui :marxismo, cultura e revolucao /Leila Escorsim Machado. --. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.

[8],478f.

Numero do registro : 26

No.de sistema [000665108]

Malato, Olinda Rodrigues
Democratizacao e gestao publica na Amazonia :orcamento participativo ao congresso da cidade no municipio de Belem-PA (1997-2004) /Olinda Rodrigues Malato.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

270[32]f.

Numero do registro : 27

No.de sistema [000673845]

Marconsin, Cleier
Cercos aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporaneo /Cleier Marconsi. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2009.

261 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 28

No.de sistema [000674428]

Mariasch, elma Lilia
As lutas por verdade e justica na Argentina contemporanea :uma cartografia /elma Lilia Mariasch. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2009.

229 f ; 30 cm.

Numero do registro : 29

No.de sistema [000671737]

Marques, Elidio Alexandre Borges

Imperialismo e direitos humanos no seculo XXI :restricoes legais e violacoes diretas as liberdades individuais na atual fase de acumulacao capitalista /Elidio Alexandre Borges Marques. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

Numero do registro : 30
No.de sistema [000672913]

Marro, Katia Iris

A rebeliao dos que "sobram" :reflexoes sobre a organizacao dos trabalhadores desempregados e os mecanismos socio-assistenciais de contra-insurgencia na Argentina contemporanea /Katia Iris Marro. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2009.

xv, 232 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 31
No.de sistema [000686380]

Mayer, Andre Luiz Monteiro

Reificacao e barbarie :critica as relacoes sociais capitalistas /Andre Luiz Monteiro Mayer. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
188f.

Numero do registro : 32
No.de sistema [000665588]

Moretzsohn, Sylvia

Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano :do senso comum ao senso critico /Sylvia Moretzsohn.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
304f.

Numero do registro : 33
No.de sistema [000052382]

Moro, Maristela Dal

Reforma agraria e a luta do MS :uma alternativa de inclusao? /Maristela Dal Moro. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2002.
251 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 34
No.de sistema [000686666]

Motta, Vania Cardoso da

Da ideologia do capital humano a ideologia do capital social :as politicas de desenvolvimento do milenio a os novos mecanismos hegemonicos de educar para o conformismo /Vania Cardoso da Motta. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.

[8], 366 f.

Numero do registro : 35
No.de sistema [000649867]

Nascimento, Claudio Albuquerque
E o juro te libertara :analise do microcredito como ferramenta social /Claudio Albuquerque Nascimento.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.

243,[36]f. : il.

Numero do registro : 36
No.de sistema [000674807]

Nascimento, Nadia Socorro Fialho
Amazonia e desenvolvimento capitalista :elementos para uma compreensao da "questao social" na regioao /Nadia Socorro Fialho Nascimento. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

Numero do registro : 37
No.de sistema [000672574]

Neves, Denise Carmen de Andrade
Insercao precoce de mulheres pobres no trabalho domestico :um estudo de trajetorias /Denise Carmen de Andrade Neves. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.

234 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 38
No.de sistema [000648995]

Nicolis, Flavia Cavalcante
Socialismo e democracia :dilemas e perspectivas do debate /Flavia Cavalcante Nicolis.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
213f.

Numero do registro : 39
No.de sistema [000635023]

Novais, Liliiane Capile Charbel
Redes de sobrevivencia :novos arranjos da velha resistencia /Liliane Capile Charbel.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
[7],251f.

Numero do registro : 40
No.de sistema [000671736]

Pereira, ania Maria Dahmer
"O guarda espera um tempo bom" :a relacao de custodia e o oficio dos inspectores penitenciarios /ania Maria Dahmer Pereira. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

350 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 41
No.de sistema [000692549]

Reis, Marcelo Braz Moraes dos
Partido proletario e revolucao :sua problematica no seculo XX
/Marcelo Braz. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
[12], 361 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 42
No.de sistema [000672797]

Ribeiro, Eleusa Bilemjian
O processo de formacao profissional do assistente social :o
estagio curricular obrigatorio /Eleusa Bilemjian Ribeiro. -- Rio de
Janeiro : FRJ, 2008.
282 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 43
No.de sistema [000532503]

Rocha Junior, Fernando Leitao
Elementos para a critica da industria da falsificacao /Fernando
Leitao Rocha Junior. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
158f.

Numero do registro : 44
No.de sistema [000686732]

Rodrigues, Mavi Pacheco
Michel Foucault sem espelhos :um pensador proto pos-moderno /Mavi
Pacheco Rodrigues. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
259f. ; 30 cm.

Numero do registro : 45
No.de sistema [000692707]

Santana, Joana Valente
Banco Interamericano de Desenvolvimento e politica urbana no
municipio de Belem :tensoes e compatibilidade no modelo de gestao de
cidades e no discurso da participacao social /Joana Valente Santana. --
Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
320 f. : il. ; 30 cm.

Numero do registro : 46
No.de sistema [000665082]

Santos, Claudia Monica dos
Os instrumentos e tecnicas :mitos e dilemas na formacao
profissional do assistente social no Brasil /Claudia Monica dos
Santos.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
248f.

Numero do registro : 47
No.de sistema [000676014]

Seleme, Maura Regina
Incontinencia urinaria :um problema social de saude publica /Maura Regina Seleme.--. -- Rio de Janeiro : FRJ,.
195[50]f.

Numero do registro : 48
No.de sistema [000676046]

Silva, Sebastiao Carlos de Aquino e
Participacao no orcamento da gestao municipal de 1997 a 2000 em Belem do Para :democratizacao das relacoes entre governantes e governados /Sebastiao Carlos de Aquino e Silva.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
196f.

Numero do registro : 49
No.de sistema [000635018]

Souza, Fatima Valeria Ferreira de
Qualificar para que ? :dilemas da politica de qualificacao profissional /. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
178,[22]f.

Numero do registro : 50
No.de sistema [000686835]

Souza Filho, Rodrigo de
Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administracao publica brasileira /Rodrigo de Souza Filho. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
395 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 51
No.de sistema [000665073]

Souza, Perci Coelho de
Potencialidades politicas nas praticas de comunicacao da C :o uso da Internet e o plato informacional do DF /Perci Coelho de Souza.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
402f.

Numero do registro : 52
No.de sistema [000648305]

Subuhana, Carlos
Estudar no Brasil :imigracao temporaria de estudantes mocambicanos no Rio de Janeiro /Carlos Subuhana.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
xvi,192f., : il.

Numero do registro : 53
No.de sistema [000676997]

Teixeira, Andrea Maria de Paula
Previdencia social no Brasil :da revolucao passiva a contra-
reforma /Andrea Maria de Paula eixeira. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
xv, 209 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 54
No.de sistema [000649363]

Valadao, Vanda de Aguiar
Implicacoes do militarismo para as praticas policiais /Vanda de
Aguiar Valadao.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
145f.

Numero do registro : 55
No.de sistema [000675945]

Veloso, Renato dos Santos
Tecnologia da informacao :contribuicao importante para o exercicio
profissional ? /Renato dos Santos Veloso.--. -- Rio de Janeiro : FRJ,
2006.
332[2]f.

Numero do registro : 56
No.de sistema [000648572]

Yacoub, Leila Baumgratz Delgado
Movimento operario e reducao da jornada de trabalho /Leila
Baumgratz Delgado Yacoub.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
237f.

Numero do registro : 57
No.de sistema [000649606]

Cesar, Monica de Jesus
Empresa-cidada :uma estrategia de hegemonia /Monica de Jesus
Cesar.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
x,205f.

Cordialmente,

Administrador

Servico de Atendimento ao Leitor

Biblioteca Universitaria

Data : 06/02/2010

Ao realizar buscas em nossa base de dados, voce enviou um conjunto de registros.

Informacao Global:

Assunto: MESTRADO UFRJ

Nome: LUCIANA

E-mail: LERJ2004@YAHOO.COM.BR

Numero do registro : 1

No.de sistema [000684202]

Andrade, Rodrigo Gomes Martins

Um estudo em busca de vestigios do socialismo petista /Rodrigo Gomes Martins Andrade. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.
153 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 2

No.de sistema [000682786]

Aragao, Cristal Oliveira Moniz de

Janelas na representacao :cartografias dos sentidos de Brasil /Cristal Oliveira Moniz de Arago. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.
152 f ; 30 cm.

Numero do registro : 3

No.de sistema [000682784]

Botelho, Marcos Paulo Oliveira

Divisao do trabalho e burocracia :para a critica das interpretacoes sociologicas da burocracia /Marcos Paulo Oliveira Botelho. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.
189 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 4

No.de sistema [000672481]

Emrick, Grace Karen

Uma analise sobre a insercao de assistentes sociais como tecnicos de referencia do Conselho Municipal de Assistencia Social da cidade do Rio de Janeiro /Grace Karen Emrick. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.
[7], 125 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 5

No.de sistema [000692664]

Freitas, Adriana da Silva

Repressao aos estudantes da UFRJ no cenario ditatorial /Adriana da Silva Freitas. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.
174 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 6

No.de sistema [000672587]

Goncalves, Luana Pedrosa Vital.

Um pais escorre pelas terras dos rios gigantes :representacoes sociais de universitarios do Para sobre o Brasil /Luana Pedrosa Vital Goncalves. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.

142 f ; 30 cm.

Numero do registro : 7

No.de sistema [000673397]

Javier Repetti, Gustavo

Da critica ao servico social tradicional a perspectiva modernizante. As particularidades do processo de reconceituacao do servico social na Argentina /Gustavo Javier Repetti. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.

183 f ; 30 cm.

Numero do registro : 8

No.de sistema [000686015]

Silva, Danielle Salgado Barbosa da

A categoria trabalho :centralidade ontologica e exploracao capitalista /Danielle Salgado Barbosa da Silva. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.

188 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 9

No.de sistema [000679029]

Sudano, Suliane

Subjetividades e movimento :movimentos sociais e processos de formacao humana /Suliane Sudano. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2008.

100f. : il. color. ; 30 cm.

Numero do registro : 10

No.de sistema [000686718]

Alves, Adriana Amaral Ferreira

Os atuais processos de avaliacao da politica de assistencia social no Brasil /Adriana Amaral Ferreira Alves. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.

318 f. ; 31 cm.

Numero do registro : 11

No.de sistema [000692206]

Amorim, Paula Kapp

Neoliberalismo e criminalizacao da pobreza /Paula Kapp Amorim. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.

144 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 12
No.de sistema [000686734]

Freire, Camila Pimentel
"As marcas da tortura engendrada pela ditadura militar brasileira"
/Camila Pimentel Freire.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.
148f.

Numero do registro : 13
No.de sistema [000686659]

Giongo, Giuliana Piantino
Familia, pobreza e velhice :uma analise dos impactos da politica
de assistencia social - Beneficio da Prestacao Continuada - destinada
ao segmento idoso no municipio do Rio de Janeiro /Giuliana Piantino
Giongo. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.
138 f. ; 31 cm.

Numero do registro : 14
No.de sistema [000686664]

Paulino, Luciana Fernandes
Representacoes sociais de velhice, cegueira e direitos sociais em
instituicoes especializadas em deficiencia visual /Luciana Fernandes
Paulino. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.
254 f.

Numero do registro : 15
No.de sistema [000675483]

Silva, Maria Dalva Casimiro da
Relacoes de trabalho no cais do Porto do Rio de Janeiro
:resistencia e modernizacao /Maria Dalva Casimiro da Silva. -- Rio de
Janeiro : FRJ, 2007.
132 p. : il. algumas color. ; 30 cm.

Numero do registro : 16
No.de sistema [000671605]

Siqueira, Luana de Souza
Programa Bolsa-Familia :politica publica de ruptura ou
continuidade ? /Luana de Souza Siqueira. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2007.
265 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 17
No.de sistema [000685688]

eixeira, Bruno Ferreira
Gato esgaldado em teto de zinco quente :uma analise do sistema
penitenciario /Bruno Ferreira Teixeira. -- Rio de Janeiro : UFRJ,.
119 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 18
No.de sistema [000673292]

Becher, Mariela Natalia
As missoes bolivarianas :alternativas e desafios (oito proposicoes para pensar o processo venezuelano) /Mariela Natalia Becher. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
129 f ; 30 cm.

Numero do registro : 19
No.de sistema [000692573]

Bonifacio, Jakeline Goncalves
O debate "democratizador" do "terceiro setor" :esvaziamento do conteudo politico da democracia na contemporaneidade /Jakeline Goncalves Bonifacio. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
131 f. ; 29 cm.

Numero do registro : 20
No.de sistema [000675930]

Castelo Branco, Rodrigo
A questao social na origem do capitalismo :pauperismo e luta operaria na teoria social de Marx e Engels /Rodrigo Castelo Branco.--
-- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
181f.

Numero do registro : 21
No.de sistema [000675947]

Coelho, Renata Maria
O exercicio do controle social na politica de assistencia social na conjuntura recente :um estudo sobre a experiencia do municipio de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro /Renata Maria Coelho.--
-- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
ix,133f.

Numero do registro : 22
No.de sistema [000684222]

Cruz, Ana Carolina Dias
Representacoes sociais de universitarios do Rio de Janeiro sobre o Brasil /Ana Carolina Dias Cruz. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
128 f. : il. ; 30 cm.

Numero do registro : 23
No.de sistema [000692283]

Dias, Aurea Cristina Santos
Violencia domestica :politicas publicas de enfrentamento no municipio de Volta Redonda /Aurea C.S. Dias. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

[8], 102 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 24
No.de sistema [000665547]

Farage, Eblin Joseph
Um olhar sobre a escola publica na favela - a insercao do assistente social /Eblin Joseph Farage. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006. 104f.

Numero do registro : 25
No.de sistema [000534256]

Gloria, Maria Cristiane Santos da
Politiclas de acao afirmativa para negros :novas respostas para antigos problemas /Maria Cristiane Santos da Gloria. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006. 154 f. ; 21 cm.

Numero do registro : 26
No.de sistema [000665438]

Haanwinckel, Barbara Zilli
Como "ser alguem na vida"? Caminhos e planos de vida de maes para jovens moradores do Morro Azul na cidade do RJ :uma analise socio-cultural /Barbara Zilli Haanwinckel.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006. vi,118f.

Numero do registro : 27
No.de sistema [000665256]

Leite, Rose Mery dos Santos Costa
O trabalho nas plataformas maritimas de petroleo na Bacia de Campos :a identidade do trabalhador offshore /Rose Mery dos Santos Costa Leite.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006. ix,232[8]f., : il.

Numero do registro : 28
No.de sistema [000675951]

Lima, Ricardo Soares
O impacto dos acordos comerciais no acesso a saude :medicamentos essenciais e a distribuicao gratuita e universal de medicamentos antiretrovirais no Brasil /Ricardo Soares Lima.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006. 122f.

Numero do registro : 29
No.de sistema [000671754]

Mendonca, Michele Fernanda Oliveira de Carvalho
Politica de habitacao e ONGs :perspectiva para ampliacao da

cidadania? /Michele Fernanda Oliveira de Carvalho. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

111 f. : il. ; 30 cm.

Numero do registro : 30
No.de sistema [000692910]

Moreira, Solange da Silva
O projeto etico-politico e a pratica dos assistentes sociais na saude /Solange da Silva Moreira. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
vii,97 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 31
No.de sistema [000672270]

Ribeiro, Elisonete
Direitos humanos e clandestinidade :as varias faces do fenomeno dos anos de chumbo aos dias atuais /Elisonete Ribeiro. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
123 f. ; 30 cm.

Numero do registro : 32
No.de sistema [000675985]

Santos, Claudia Gouveia dos
Gestao democratica na saude :analise da experiencia dos conselhos gestores de unidade no municipio de Duque de Caxias - RJ /Claudia Gouveia dos Santos.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
212f.

Numero do registro : 33
No.de sistema [000665164]

Santos, Francine Helfreich Coutinho dos
As familias de classes populares e sua relacao com a escola :uma analise da experiencia do servico social nas escolas publicas do Complexo da Mare /Francine Helfreich Coutinho dos Santos. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.
123f.

Numero do registro : 34
No.de sistema [000674811]

Souza, Rosenaria Ferraz de
Os direitos humanos na ordem do capital :elementos criticos ao debate contemporaneo no Brasil /Rosenaria Ferraz de Souza. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2006.

Numero do registro : 35
No.de sistema [000648343]

Brettas, atiana

A internacionalizacao do capital e o plano real :uma analise politico-economica do governo FHC /atiana Brettas. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.

197 f.

Numero do registro : 36
No.de sistema [000649584]

Costa, Ana Claudia Oliveira da
Exclusao social e ideologia :uma contribuicao ao debate brasileiro /Ana Claudia Oliveira da Costa.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
128f.

Numero do registro : 37
No.de sistema [000675558]

Espirito Santo, Aline Loureiro
Desenvolvimento sustentavel e gestao das cidades na globalizacao /Aline Loureiro Espirito Santo.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
116f.

Numero do registro : 38
No.de sistema [000665419]

Jesus, Elizete Pereira de
Metamorfoses urbanas da regioao grande Sao Pedro/ESS e forcas sociais atuantes /Elizete Pereira de Jesus.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
149f.,il.

Numero do registro : 39
No.de sistema [000665147]

Mota, Raquel Cristina Lucas
O empreendedorismo como alternativa :um estudo critico do Banco Popular de Ipatinga-MG /Raquel Cristina Lucas Mota.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
151f.

Numero do registro : 40
No.de sistema [000665479]

Silva, Adriana Ilha da
A segregacao socio-espacial em Vitoria/ES a partir do exame das condicoes gerais de producao capitalista e dos equipamentos e servicos publicos /Adriana Ilha da Silva.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
163f.

Numero do registro : 41
No.de sistema [000686727]

Silva, Cilene Almeida
Políticas públicas e neoliberalismo :uma análise das políticas de
habitação e de segurança pública nas favelas de Praia da Rosa e
Sapucaia /Cilene Almeida Silva. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
113, [13] f. : il. ; 30 cm.

Numero do registro : 42
No.de sistema [000613670]

Silva, Ricardo Silvestre da
A difícil construção da assistência social brasileira enquanto
política social pública :o caso de Ipatinga /Ricardo Silvestre da
Silva.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2005.
168f.

Numero do registro : 43
No.de sistema [000634970]

Soares, Maria Raimunda Penha
O potencial teórico-crítico da categoria fetichismo no mundo
contemporâneo /Maria Raimunda Penha Soares.--. -- Rio de Janeiro : FRJ,
2005.
165f.

Numero do registro : 44
No.de sistema [000648076]

Vela Oyola, Gloria Amparo
Encontro de dois mundos :participação de mulheres nos programas de
saúde em Cali/Colombia /Gloria Amparo Vela Oyola. -- Rio de Janeiro :
FRJ, 2005.
141 f.

Numero do registro : 45
No.de sistema [000647106]

Andrade, Renato de Almeida
O enfrentamento da questão social e o olhar do assistente social
sobre sua inserção nas ONGs /Renato de Almeida Andrade.--. -- Rio de
Janeiro : FRJ, 2004.
153f.

Numero do registro : 46
No.de sistema [000694701]

Boff, Emmanoel de Oliveira.
Comunicação do terceiro setor num ambiente globalizado :o caso da
Fundação Novartis para o desenvolvimento sustentável (FNDS) e do
Serviço de Educação e Organização Popular (SEOP) /Emmanoel de Oliveira
Boff. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
124, [15]f. : il.

Numero do registro : 47

No.de sistema [000649766]

Cabral, Paula Bonfim Guimaraes
As principais determinacoes economicas e ideo-politicas da
"cultura do voluntariado" no Brasil na atualidade /Paula Bonfim
Guimaraes.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
viii,105f.

Numero do registro : 48
No.de sistema [000635013]

Castro, Adriana Soares de.
Planejamento urbano e desigualdades socioespaciais :desafios
postos ao plano diretor e plano estrategio da cidade do Rio de Janeiro
/Adriana Soares de Castro. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
98f.

Numero do registro : 49
No.de sistema [000634985]

Machado, Selma Suely Lopes
Novas cenas para a velhice :um estudo sociodemografico sobre
pessoas idosas responsaveis por domicilios familiares, em Belem-PA
/Selma Suely Lopes Machado.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
124[11]f.

Numero do registro : 50
No.de sistema [000634959]

Marro, Katia Iris
Movimento de trabalhadores desempregados (MD) de Solano :sua
experiencia de luta e organizacao pelo mapa de uma Argentina fraturada
/Katia Iris Marro. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
182 f.

Numero do registro : 51
No.de sistema [000052396]

Nobre, Cristiane Maria
O "socialismo petista" e suas metamorfoses analise de uma
trajetoria :1980-2002 /Cristiane Maria Nobre. --. -- Rio de Janeiro :
FRJ, 2004.
136f.

Numero do registro : 52
No.de sistema [000634977]

Santa Barbara, Daniele Ribeiro do Val de Oliveira Lima
Diarios sobre a ditadura :o que seus filhos tem a dizer? /Daniele
Ribeiro do Val de Oliveira Lima Santa Barbara.--. -- Rio de Janeiro :
FRJ, 2004.
204f.

Numero do registro : 53
No.de sistema [000053521]

Schreider, Erika
ONGs :desafios, limites e possibilidades /Erika Schreider.--. --
Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
vi,146,[5],f.

Numero do registro : 54
No.de sistema [000686731]

Silva, Jociane Souza da
Processo de trabalho e saude do trabalhador no campo :o setor da
agricultura no ramo da fruticultura no municipio de Araruama/RJ
/Jociane Souza da Silva. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2004.
147 f. : il. ; 30 cm.

Numero do registro : 55
No.de sistema [000625260]

Costa, Cristiane de Carvalho Cerqueira
O impacto das politicas neoliberais no servico social de saude :um
estudo sobre o trabalho das assistentes sociais no HEMORIO /Cristiane
de Carvalho Cerqueira Costa.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.
x,127f.f.

Numero do registro : 56
No.de sistema [000051430]

Daros, Patricia Fagundes
Migracoes, trabalho e questao social :elementos para se repensar a
categoria Exercicio Industrial de Reserva /Patricia Fagundes Daros.--. -
- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.

Numero do registro : 57
No.de sistema [000648720]

Oliveira, Edneia Alves de
Lavagem de dinheiro do narcotrafico :etapa superior da
globalizacao financeira /Edneia Alves de Oliveira.--. -- Rio de Janeiro
: FRJ, 2003.
160f.

Numero do registro : 58
No.de sistema [000051445]

Oliveira, Etelvina Sant'Anna de
A organizacao da assistencia social como campo de politica publica
:um olhar critico sobre um passado recente /Etelvina Sant'Anna de
Oliveira.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.
xi,192,[6],f.

Numero do registro : 59
No.de sistema [000051454]

Silva, Eliane Santos da
Politica publica de trabalho e emprego no Brasil :o caso da
Secretaria Municipal de rabalho do Rio de Janeiro (Gestao 1997-2000)
/Eliane Santos da Silva.--. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.
88f.

Numero do registro : 60
No.de sistema [000051461]

Silva, Leticia Batista da
Democracia e participacao popular :orcamento participativo no
estado do Rio Grande do Sul /Leticia Batista da Silva.--. -- Rio de
Janeiro : FRJ, 2003.

Numero do registro : 61
No.de sistema [000052394]

Souza, Vanessa Bezerra de
Genero e marxismo :um estudo sobre suas aproximacoes /Vanessa
Bezerra de Souza. --. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2003.
[12],290f. ; il.

Numero do registro : 62
No.de sistema [000609794]

Araujo, Stella Mary Paredes
Politicais sociais publicas dirigidas a infancia e a adolescencia
no Paraguai no periodo de transicao e consolidacao democratica -
1989/1996 /Stella Mary Paredes Araujo. --. -- Rio de Janeiro : FRJ,
2002.
[12],215f.

Numero do registro : 63
No.de sistema [000052389]

Retana Jimenez, Juan
As dimensoes da etica e da politica no Servico Social :a
particularidade da Costa Rica /Juan Retana Jimenez.--. -- Rio de
Janeiro : FRJ, 2002.
199f.

Numero do registro : 64
No.de sistema [000601397]

Orenha, Vanda Aparecida
A relacao entre estado e sociedade civil na gestao da politica
publica na area da infancia e adolescencia :estudo de caso sobre uma
experiencia de "parceria" entre ONGs e a Prefeitura do Municipio do Rio

de Janeiro /Vanda Aparecida Orenha. --. -- Rio de Janeiro : FRJ, 2001.
[7],117,f.

Cordialmente,

Administrador

Servico de Atendimento ao Leitor

Biblioteca Universitaria

Desde 2001: apenas 3 dissertações de mestrado

ANEXO B . UFRJ / ACERVO DIGITAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL_ 2006 a 2008

UFRJ

Fonte: Vide http://www.ess.ufrj.br/teses_2008.htm. Acesso: janeiro de 2010.

TESES UFRJ

2006

NOME: SANDRA HALLACK ARBEX

TÍTULO: PROCURA DE SENTIDOS DA INTEGRALIDADE NA ÁREA DA SAÚDE DO IDOSO DE JUIZ DE FORA: ENCONTRO COM POTENCIALIDADES

ORIENTADORA: SÁRA NIGRI GOLDMAN

2007

NOME: Josimara Aparecida Delgado

TÍTULO: MEMÓRIAS DE VELHOS TRABALHADORES APOSENTADOS: ESTUDO SOBRE GERAÇÃO, IDENTIDADE E CULTURA

ORIENTADORA: Myriam Moraes Lins de Barros

2008

NOME: Selma Suely Lopes Machado

TÍTULO: O LEGADO DAS AVÓS E OS BENS DO CUIDADO. ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA, GERAÇÕES E REDES SOCIAIS EM BAIRRO POPULAR DE BELÉM/PA

ORIENTADORA: Myriam Moraes Lins de Barros

MESTRADO

2006: NENHUMA DISSERTAÇÃO

2007:

NOME: GIULIANA PIANTINO GIONGO

TÍTULO: [FAMÍLIA, POBREZA E VELHICE: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA – DESTINADA AO SEGMENTO IDOSO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO](#)

ORIENTADORA: ANDRÉA MORAES ALVES

NOME: LUCIANA FERNANDES PAULINO

TÍTULO: [REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VELHICE, CEGUEIRA E DIREITOS SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM DEFICIÊNCIA VISUAL](#)

ORIENTADORA: SARA NIGRI GOLDMAN

2008: NENHUMA DISSERTAÇÃO

ANEXO C – UFF / ACERVO DIGITAL**TDEs por programas de pós-graduação****Programa: Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social****001/2000 até 001/2010****Grau: Mestre****Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (64 TDE(s))****Adriana de Andrade Mesquita - "Com licença, eu vou a luta!" : o desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho****Ana Cristina Bechara Barros Fróes Garcia - O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas : uma experiência em grupo de apoio (Niterói, 2002-2006)****Ana Elizabeth Lole dos Santos - Masculinidades e saúde reprodutiva : a experiência da vasectomia****Ana Maisano Ribeiro Wenceslau - Conferências dos direitos da criança e do adolescente no Estado do Rio de Janeiro : caminhos da participação popular na construção da política de atendimento****Ana Paula Gomes da Silva - Abrigo: analisando o direito à convivência familiar****Ana Paula Rangel da Silva - Maternidade e HIV/AIDS : um estudo das percepções de uma equipe de saúde sobre a gestante soropositiva****Ana Paula Tatagiba Barbosa - O que os olhos não vêem... Práticas e políticas em Educação Infantil no Rio de Janeiro****Anderson Paulino da Silva - Mérito, mobilidade e raça : uma abordagem das relações entre negros e brancos na universidade****Angelica Oliveira Carvalho - A violência no município de Macaé e a participação social na construção da segurança pública****Aparecida Natia Pinto de Arruda - Mulheres e violência: memórias e lutas na cidade de Niterói****Ariane Rego de Paiva - O processo de institucionalização da política de assistência social através da implementação do SUAS****Carlos Alberto Lima de Almeida - No meio do caminho tinha uma pedra : a disciplina**

escolar e sua relação com a política de proteção à criança e ao adolescente no Brasil

Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira - Ao encontro dos meninos : a configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994-2002)

Cláudia Regina de Paula - Trajetórias de Homens Negros no Magistério: experiências narradas

Cléa Leopoldina Moraes Almeida - Programa de erradicação do trabalho infantil em Campos de Goytacazes (RJ) : um estudo sobre a inclusão da população negra

Clesirlene de Oliveira Gomes da Silva - Ciclos de vida e integração de mulheres jovens em situação de risco em Acari

Cristiano de Oliveira Moreira - Não dá para ficar calado: um estudo sobre crianças vítimas de abuso sexual

Daniela Carvalho Sophia - Os intelectuais da saúde e a invenção das utopias : 1960-1990

Deise Luci Marques - Educação em saúde na atenção básica: concepções dos profissionais médicos do Programa Médico de Família de Niterói (RJ)

Edinalva Moreira dos Santos - Raça e classe no ensino superior :revisando uma discussão clássica das relações raciais no Brasil para entender as desigualdades de acesso do negro à Universidade Pública

Fernanda dos Santos Rodrigues - O funk enquanto narrativa : uma crônica do cotidiano

Fernando Linhares Gomes Soares - Bolsa Família: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil

Francisco José Mendes Duarte - Construindo o movimento da responsabilidade social empresarial no Brasil: um estudo de caso sobre o Instituto Ethos

George Bernardo Sousa Miranda - O Programa Fome Zero : leitura de uma política social a partir da Folha de São Paulo

Giselle Pinto - Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense

Helena Mara Dias Pedro - Bolsa família e o combate à fome: percepção das famílias beneficiárias sobre a experiência de Belo Horizonte (MG)

Helenice Pereira Melo de Almeida - Convivendo com a criança em assistência domiciliar: a família neste contexto

Jaira Calil Siqueira de Oliveira - Regionalização da assistência à saúde : um estudo

dos limites à implantação da Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS na região norte do estado do Rio de Janeiro

Jennifer da Motta Perroni - Desigualdades regionais e programas de transferência de renda : uma análise do Programa Bolsa Família

Jorge Candido da Silva - Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e o desafio da inclusão digital : um estudo de caso do ProInfo-NTE - Niterói

José Barbosa da Silva Filho - A questão do negro no curso de graduação em serviço social da Universidade Federal Fluminense

Juliana Desiderio Lobo Prudencio - Redes sociais: um estudo de caso na área de atenção à saúde da criança e do adolescente

Jurema Schwind Pedroso Stussi - A eficácia do Juizado Especial Cível como sistema de proteção estatal em situação de conflito

Kamila Cristina da Silva Teixeira - O tema da diversidade na agenda da responsabilidade social empresarial: um estudo de caso

Kátia Valéria Barcellos de Andrade Bilondo - Da cesta à renda: um estudo do significado do Benefício de Prestação Continuada

Kelly Murat Duarte - Infância e adolescência : punição, controle e o sistema de garantia de direitos

Liandra Lima Carvalho - Mais do que "levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima": um estudo sobre a autonomia superativa e emancipatória de mulheres negras cariocas

Lúbia Badaró Damasceno - O controle social das políticas públicas para a infância e adolescência : uma análise do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Natividade/RJ

Ludmila Gonçalves da Matta - Da democracia racial à ação afirmativa : o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense

Manoel Ribeiro de Marins Filho - Ação afirmativa empresarial: uma investigação sobre o ingresso e o desenvolvimento das ações afirmativas em uma empresa que se pauta por princípios de responsabilidade social empresarial

Maria Angelica Lacerda da Silva - Violência antigay no Brasil : impactos e respostas individuais

Maria Aparecida Machado Orioli - O Programa de Saúde da Família do município de Itaperuna - Estado do Rio de Janeiro: avaliação da implantação e metas propostas

Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga - Os 147% em questão : o movimento dos

aposentados no Rio de Janeiro na década de 90

Marilene Parente Gonçalves - Do Material Reciclável Sobreviver, Resistir e dele uma Identidade Construir

Mariza de Paula Assis - A questão racial na formação de professores na perspectiva dos docentes da FFP

Mariza Ribas D'Ávila de Almeida - Batalhas culturais de gênero: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval

Maurício Caetano Matias Soares - Um grito pela vida: uma reflexão sobre as políticas sociais de saúde e atenção oncológica no Brasil

Melissa Cavalcanti Yaakoub - Controle democrático e intersectorialidade no Conselho Municipal de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro: construção de uma esfera pública e democrática?

Nathalia Gonçalves Gomes - Contribuições para o fracasso ou sucesso? o papel da escola pública no processo de interrupção ou continuidade da formação escolar de jovens de origem popular

Norma Emiliano - Sociabilidades e adoecimento nas universidades: a saúde do trabalhador na Universidade Federal Fluminense

Rachel de Aguiar Batista - Funk, cultura e juventude carioca : um estudo no Morro da Mangueira

Regina Coeli Benedito dos santos - Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro

Renata Guimarães de Oliveira - Infância, cidadania e educação: um estudo da integração das creches comunitárias ao sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro

Rita de Cassia Colaço Rodrigues - Poder, gênero, resistência, proteção social e memória : aspectos da socialização de “lésbicas” e “gays” em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 1980

Roberta Mercadante Santos - Saídas, invenções e poderes : estudos sobre velhices de mulheres

Roberta Oliveira Ferreira - Participação social e políticas sociais : o trabalho desenvolvido pelo Programa Morar Legal da Secretaria Municipal de Habitação do Município do Rio de Janeiro

Robson Roberto da Silva - Sistemas de proteção social e políticas de renda mínima na contemporaneidade: uma análise do programa bolsa família no município do Rio de

Janeiro

Roseli da Fonseca Rocha - A política de proteção integral no Município de Niterói dirigida a crianças e adolescentes em situação de risco social por envolvimento com drogas : avanços e entraves institucionais

Sabrina Alves de Faria - O adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: uma experiência no município de Volta Redonda

Sandra Ricardo Silva Carneiro - Um olhar sobre o sistema de atendimento à criança e adolescente vítimas de violência sexual intrafamiliar

Tathiana Meyre da Silva Gomes - De cidadão e louco... o debate sobre a cidadania do louco a partir do caso do Centro de Atenção Psicossocial

Tatiana Maria Araújo da Fonseca - O processo de revisão do benefício de prestação continuada e a política de assistência social: um estudo sobre o benefício concedido às pessoas com deficiência no município do Rio de Janeiro

Vanda Corrêa Thomé - Masculinidades e práticas de saúde : um estudo dos homens em tratamento para HIV/AIDS no município de Campos de Goytacazes

Vilnia Batista de Lira - Maternidades e esfera pública : um estudo sobre a inserção de mães no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)